

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	12
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	32
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	33
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	34
1.10 Informações de sociedade de economia mista	36
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	37
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	38
1.13 Acordos de acionistas	39
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	40
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	41
1.16 Outras informações relevantes	42
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	43
2.2 Resultados operacional e financeiro	53
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	56
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	57
2.5 Medições não contábeis	58
2.6 Eventos subsequentes as DFs	62
2.7 Destinação de resultados	63
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	64
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	65
2.10 Planos de negócios	66
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	70
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	71
3.2 Acompanhamento das projeções	74

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	76
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	89
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	90
4.4 Processos não sigilosos relevantes	92
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	98
4.6 Processos sigilosos relevantes	99
4.7 Outras contingências relevantes	100
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	101
5.2 Descrição dos controles internos	103
5.3 Programa de integridade	105
5.4 Alterações significativas	107
5.5 Outras informações relevantes	108
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	109
6.3 Distribuição de capital	129
6.4 Participação em sociedades	130
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	131
6.6 Outras informações relevantes	132
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	133
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	134
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	135
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	136
7.4 Composição dos comitês	144
7.5 Relações familiares	147
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	151
7.7 Acordos/seguros de administradores	160
7.8 Outras informações relevantes	161
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	162

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	165
8.3 Remuneração variável	169
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	171
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	172
8.6 Outorga de opções de compra de ações	173
8.7 Opções em aberto	174
8.8 Opções exercidas e ações entregues	175
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	176
8.10 Outorga de ações	177
8.11 Ações entregues	178
8.12 Precificação das ações/opções	179
8.13 Participações detidas por órgão	180
8.14 Planos de previdência	181
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	182
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	184
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	185
8.18 Remuneração - Outras funções	186
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	187
8.20 Outras informações relevantes	188
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	190
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	192
9.4 Outras informações relevantes	193
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	194
10.1 Descrição dos recursos humanos	196
10.2 Alterações relevantes	198
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	199
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	200
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	201
10.5 Outras informações relevantes	203
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	204
11.2 Transações com partes relacionadas	205
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	247
11.3 Outras informações relevantes	248
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	249
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	250
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	251
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	255
12.5 Mercados de negociação no Brasil	256
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	257
12.7 Títulos emitidos no exterior	258
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	259
12.9 Outras informações relevantes	260
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	261
13.1 Declaração do diretor presidente	262
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	263
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	264

1.1 Histórico do emissor

1. Atividade do emissor / 1.1 Descreva sumariamente o histórico do emissor

Fundada em 22 de fevereiro de 1954 com sede na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, a Companhia é uma *house of brands*, com um amplo ecossistema de soluções sustentáveis e inteligentes que atendem o mercado da mobilidade, reunindo marcas icônicas e de qualidade *premium* além de ser um dos maiores fabricantes mundiais de lonas de freio para veículos comerciais, atendendo os segmentos de montadoras e reposição. As suas principais atividades consistem no desenvolvimento, produção e comercialização de materiais de fricção para aplicação em sistemas de frenagem, além de um vasto portfólio de outros componentes para os sistemas de freio, suspensão, direção e *powertrain*.

Para chegar aos dias atuais, a Companhia passou por momentos que marcaram a sua trajetória e que hoje são considerados marcos importantes para a sua evolução, conforme abaixo exposto:

A década de 1970 foi marcada pela abertura de capital, em 1971. Nessa década, destacam-se também a celebração de acordos de tecnologia e a inauguração do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (“P&D”), em Caxias do Sul. Entre as décadas de 1980 e 1990 foram adquiridas respectivamente a Lonaflex, localizada na cidade de Osasco em São Paulo e posteriormente unificada a planta de Caxias do Sul, além da Fras-le North América Inc. nos Estados Unidos, a Fras-le Argentina e a Fras-Le Andina Comercio y Representaciones Ltda., no Chile. Em 1996, o controle acionário da Companhia foi adquirido pela Randon S.A. Implementos e Participações (“Randoncorp” ou “Controladora”), momento em que passou a fazer parte do grupo de empresas do grupo econômico da Randoncorp.

Já na década de 2000, a Companhia deu continuidade à sua expansão e, em 2008, desenvolveu sua estratégia de ser uma empresa global, por meio da inauguração da Fras-le Europe na Alemanha, da Fras-le México S. de R.L. de C.V. no México. Neste ano implementou a Fras-le China, na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, bem como, adquiriu os negócios de pastilhas de freio da empresa americana Haldex, no Estado do Alabama, Estados Unidos. Nacionalmente, em 2011 a Companhia formalizou a aquisição da Freios Controil Ltda., localizada no município de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 2013, os acionistas aprovaram em assembleia, a conversão de todas as ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na razão de uma ação ON para cada ação PN. Em 2014, ocorreu aumento do Capital Social e Bonificação em Ações. Com este movimento foram emitidas 24.994.750 novas ações ordinárias, e com isso o capital social passou a ser representado por 124.973.750 ações ordinárias.

Em 2016, decorrente da conclusão de Oferta de Ações, ocorreu aumento de Capital da Companhia, no montante de R\$ 300.000.001,32 (trezentos milhões, um real e trinta e dois centavos), por meio da emissão de 92.592.593 (noventa e dois milhões, quinhentas e noventa e duas mil, quinhentas e noventa e três) novas ações ordinárias. Em decorrência deste aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 600.000.001,32 (seiscentos milhões, um real e trinta e dois centavos), composto por 217.566.343 (duzentas e dezessete milhões, quinhentas e sessenta e seis mil e trezentas e quarenta e três) ações ordinárias. Em dezembro do mesmo ano a Companhia adquiriu Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda localizada na cidade de Sorocaba, São Paulo.

Em 2017, a Companhia se dedicou a projetos de expansão da capacidade produtiva da controlada Fras-le Friction Material na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, na China. Também nesse mesmo período a Companhia constituiu a Fras-le Panamericana S.A.S., que consiste em um escritório comercial na cidade de Bogotá, e um centro de distribuição na cidade de Cartagena, em uma zona franca. A cobertura dessa operação, além da Colômbia, também se estende para o Peru, Equador, América Central e Caribe. Além dessas empresas, foram adquiridas no mesmo ano: Armetal que detém controle da Farloc ambas sediadas em Buenos Aires, Argentina. Fanacif S.A com sede em Montevideú. No ano de 2017 a Companhia também fez uma *Joint Venture*, que resultou na ASK Fras-le Friction Private Limited (“ASK Fras-le”), localizada na cidade de Manesar, estado de Haryana, na Índia.

Em agosto de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações de emissão da Jofund S.A., sociedade, com sede na cidade de Joinville (SC), com atuação no mercado de autopeças através da marca (“Fremax”). Em dezembro de 2019 a Companhia celebrou contrato para aquisição da Nakata Automotiva S.A. Em setembro de 2020 foi realizada a transferência da participação societária adquirida, com o que a Companhia assumiu efetivamente o controle e a gestão da Nakata. Em outubro de 2020, foi aprovada a alteração do tipo societário da Nakata para sociedade limitada. No mesmo ano foi realizada a incorporação da unidade controlada

1.1 Histórico do emissor

Fremax como filial da Companhia. Como consequência da Incorporação, a Companhia pode amortizar fiscalmente o ágio relativamente a aquisição pela Companhia de sua participação na Fremax.

Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a transferência da fábrica de amortecedores e sede administrativa da Nakata de Diadema (SP) para Extrema (MG), sendo que o centro de tecnologia permaneceu em Osasco (SP). Em abril de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a consolidação da sociedade do Centro Tecnológico Randon - CTR, com a participação societária da Randoncorp. O CTR foi constituído em 2009 e concentrava na mesma estrutura ativos da Companhia e Controladora. A formalização da sociedade permite o CTR explorar novos mercados e crescer de maneira sustentável, ampliando a oferta de produtos. Em agosto de 2021, a Companhia divulgou através de comunicado ao mercado o lançamento da “Fras-le Smart Composites”, uma nova linha de componentes estruturais, desenvolvidos em materiais compósitos, direcionados principalmente à substituição de peças atualmente produzidas em aço. Estes materiais possuem alto desempenho e trazem ganhos expressivos na redução de peso, pelo uso de designs funcionais, flexíveis e inovadores, engenharia especializada e inteligência de aplicações, contribuindo na redução de emissão de gases poluentes. Em 2023 aconteceu a evolução da marca Smart Composites, para “Composs”.

Em abril de 2022, decorrente da conclusão de Oferta de Ações, ocorreu aumento de Capital da Companhia, no montante de R\$629.400.000,00 (seiscentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais), por meio da emissão de 52.450.000 (cinquenta e dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias. Em decorrência deste aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$1.229.400.001,32 (um bilhão e duzentos e vinte e nove milhões e quatrocentos mil e um real e trinta e dois centavos), composto por 270.016.343 ações ordinárias (duzentos e setenta milhões e dezesseis mil e trezentos e quarenta e três). Além disso, em outubro foi inaugurado o Centro Operativo Garín localizado na província de Buenos Aires, Argentina. O objetivo da nova estrutura é a centralização das operações e o fortalecimento da marca. O novo espaço conta com setor de logística, distribuição de autopeças além das operações administrativas e marketing.

O ano de 2023 foi um marco importante na história da Companhia, alinhada com evolução dos últimos anos e estratégia de longo prazo, nasce a Frasle Mobility, marca institucional global que atua como uma *house of brands* focada em segurança, inovação, sustentabilidade e em oferecer as melhores experiências para seus clientes.

Em fevereiro de 2023, a Companhia celebrou contrato de compra e venda entre a Fras-le Europe B.V. e a AML Juratek Limited, com sede em Doncaster, Reino Unido. Com essa aquisição, a operação da Companhia na Europa passa a contar com cinco unidades: um escritório comercial situado na Alemanha e quatro centros de distribuição, sendo um localizado na Holanda, dois centros de distribuição localizados na Inglaterra - em Doncaster e em Bradford - e um na Irlanda do Norte.

Em abril de 2024 a Companhia anunciou a reestruturação da unidade Fanacif S.A. com o encerramento das atividades fabris daquela unidade em 16 de abril. Essa movimento tem como objetivo a otimização dos ativos de produção, utilizando a capacidade das unidades industriais instaladas no Brasil, bem como redução de custo fixo da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Atividade do emissor / 1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

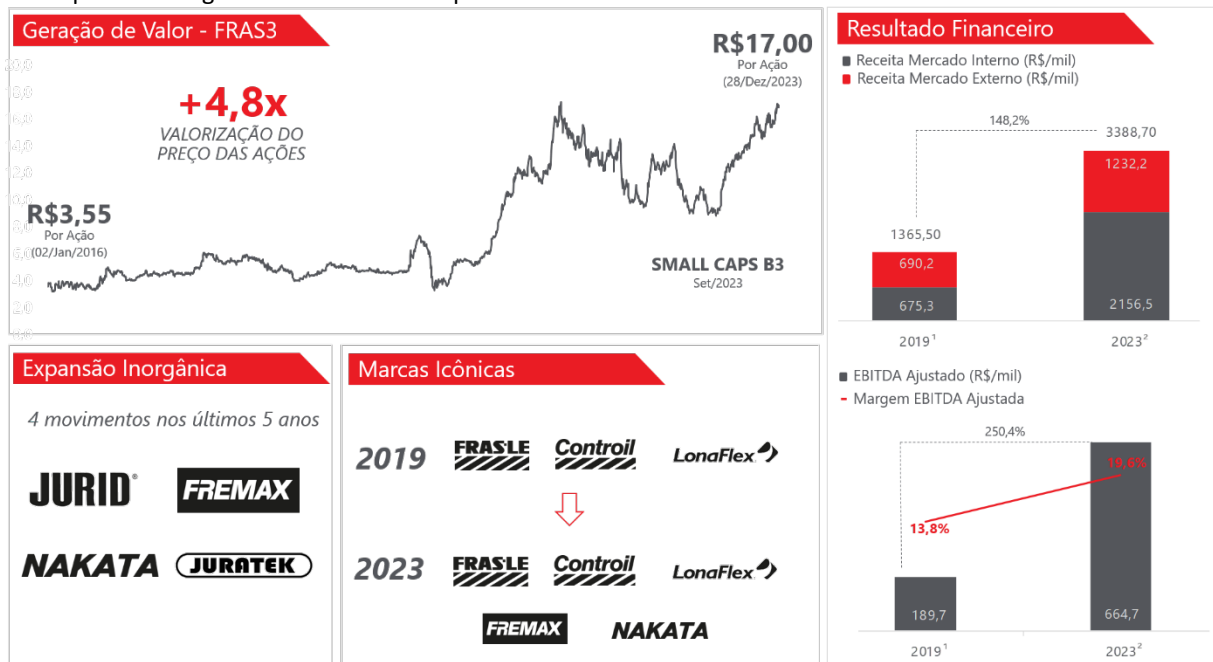
VISÃO GERAL

A Frasle Mobility (Fras-le S.A. | B3: FRAS3) é uma *house of brands*, onde a união de marcas fortes busca garantir o sucesso dos nossos clientes. Oferecendo um pacote completo de soluções para manter a vida em movimento, contamos com um amplo ecossistema de soluções sustentáveis e inteligentes que atendem o mercado da mobilidade. A Companhia atua no desenvolvimento, fabricação, comercialização e na importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, suspensão, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como na prestação de assistência técnica.

Possui operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, Holanda, Colômbia, Uruguai, Inglaterra e Índia, podendo participar no capital de outras sociedades. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a receita operacional líquida consolidada da Companhia totalizou R\$ 3,4 bilhões, dos quais 88,1% são provenientes da comercialização de autopeças no mercado de reposição e 11,9% corresponde a montadoras. Adicionalmente, 36,4% do total da receita líquida consolidada provem do mercado externo.

A Companhia dedica-se à pesquisa e desenvolvimento de materiais de fricção eficientes e inovadores, inclusive por meio de projetos conjuntos com as próprias montadoras. Acreditamos que isso permitiu estabelecer um relacionamento com as mais reputadas montadoras de veículos comerciais no Brasil e no exterior, dentre as quais: MAN, Ford, Volkswagen, DAF, Iveco, Renault, Honda, Mitsubishi, General Motors, Mercedes Benz, Scania e Volvo. Esse relacionamento fortalece a credibilidade dos produtos oferecidos pela Companhia no mercado de reposição. Para tanto, desenvolvemos um avançado centro de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) que compreende laboratórios químico, físico e piloto, que combinado com o moderno Centro Tecnológico Randon (“CTR”) representam um diferencial tecnológico para o desenvolvimento de produtos inovadores e de alta performance, desenvolvidos à medida das necessidades do cliente. Estes diferenciais tecnológicos são elementos importantes a serem levados em consideração pelas montadoras de veículos e sistemistas na escolha de seus fornecedores. Dessa forma, a Companhia posiciona-se no Brasil como o principal fornecedor de materiais de fricção para freio à tambor para clientes renomados, como a Mercedes-Benz, Scania, Volvo, DAF, Iveco, Knorr-Bremse, Master Sistemas Automotivos e Schulz Automotiva, e um dos principais fornecedores de materiais de fricção para freio à disco para clientes como Hitachi, TRW e Continental.

A Companhia tem construído uma plataforma cada vez mais diversa em relação ao portfólio de produtos, vivendo uma jornada de aquisições que tem como principal objetivo a manutenção, o crescimento e a perpetuidade dos negócios. Em adição aos movimentos de aquisição, a Companhia investe constantemente em sua expertise química, física e de engenharia para desenvolver materiais mais inteligentes, que sejam eles mais leves, mais eficientes ou com matérias primas mais sustentáveis. Através da execução de sua estratégia, a Companhia tem gerado valor relevante para seus acionistas.



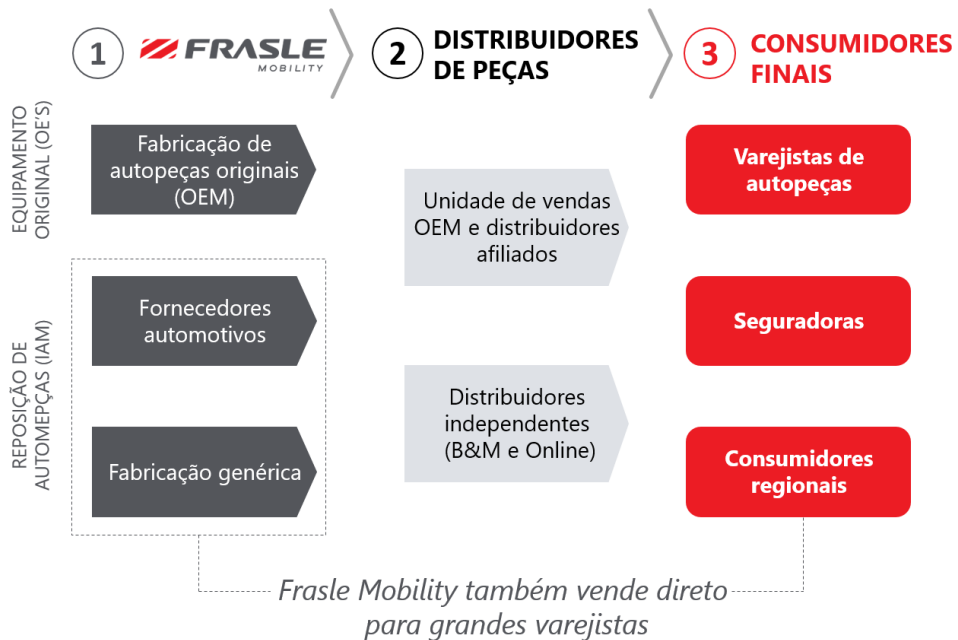
Fonte: Companhia. (1) Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (2) Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (3) O EBITDA Ajustado não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitida pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para o exercício apresentado e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Reconciliação do EBITDA Ajustado vide item 2.5 deste formulário.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ao longo dos anos, a Companhia vem se desenvolvendo cada vez mais e expandindo seu modelo de negócios. Atualmente, além de oferecer autopeças, a Companhia é capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços, que atendem vários setores conforme ilustrado no organograma abaixo. A Companhia procura operar como uma plataforma de balcão único (*one-stop-shop*) onde são atendidos diversos tipos de clientes, pela praticidade de encontrar diversos tipos de produto, marcas de qualidade reconhecida, alavancados por uma plataforma de distribuição robusta.



A Companhia possui um posicionamento estratégico no mercado de autopeças no Brasil, atuando tanto no segmento de fabricação de autopeças originais (*Original Equipment Manufacturing*) quanto no mercado de reposição de autopeças (*Independent Aftermarket*). Além de ofertar para grandes distribuidoras nacionais, ela também atende consumidores regionais, seguradoras e varejistas de autopeças, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Nosso Modelo de Negócio

Por meio do seu controlador, a Randon S.A. Implementos e Participações (“Randoncorp”), a Companhia faz parte de um conglomerado de empresas que oferece um amplo portfólio de produtos para veículos comerciais no mundo. A Randoncorp é uma companhia aberta, listada no segmento Nível 1 de Governança Corporativa da B3, provedora mundial de soluções para transporte de cargas e detentora de uma marca reconhecida globalmente. As atividades da Companhia são desenvolvidas com auxílio de suas controladas, e organizadas conforme especificado abaixo:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Frasle Mobility Site Controil (Freios Controil Ltda): fornecedora de cilindros de freio e outros materiais para o sistema de freio e o motor, e também, polímeros automotivos. É atuante no mercado de reposição e montadora, principalmente na América Latina, destacando Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, além da América do Norte. A Freios Controil foi fundada em 1957, e está instalada numa área de 38 mil m², na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Frasle Mobility Site Garin (Armetal Autopartes S.A.): é responsável pela distribuição e comercialização no mercado argentino dos produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia, principalmente da Farloc e da Fanacif. Também distribui e comercializa no mercado argentino, um amplo portfólio com produtos variados, que abrange desde componentes para os sistemas de freio, suspensão e motor, até líquidos envasados e produtos diversos para veículos automotores.

Frasle Mobility Site Garin (Farloc Argentina a S.A.I.C. YF): é responsável pela produção e envase de líquidos de freio, de arrefecimento, anticongelantes e anticorrosivos. Possui liderança no mercado argentino nesta linha de produtos.

Frasle Mobility site Montevideo (Fanacif S.A.): é responsável pela comercialização e exportação de materiais de fricção principalmente lonas e pastilhas de freios.

Frasle Mobility Site Garin (Fras-le Argentina S.A.): é responsável pela distribuição e comercialização no mercado argentino dos produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia.

Frasle Mobility site Alabama (Fras-le North America, Inc.): é responsável por produzir e comercializar pastilhas de freio para veículos comerciais leves e pesados atendendo os segmentos de montadoras e reposição no mercado norte americano. Através de seu escritório de vendas situado no estado de Michigan, comercializa lonas e pastilhas de freios para veículos comerciais e de passeio, produzidos em sua maioria na unidade fabril da Companhia, atendendo dessa forma os segmentos de montadoras e reposição no mercado norte americano.

Frasle Mobility Sales Office Chile (Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.): escritório comercial responsável pela comercialização no mercado chileno de produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia.

Frasle Mobility Sales Office Mexico (Fras-le México S. De R.L. De C.V.): escritório comercial responsável pela comercialização no mercado mexicano, de produtos produzidos nas unidades fabris da Companhia.

Frasle Mobility site Pinghu (Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd): através de sua unidade industrial situada na China produz e comercializa lonas e pastilhas de freio para veículos comerciais para o mercado asiático e europeu, além de exportar seus produtos para outros países. Em 2020, foi criada a Jiaxing Bafu Trading Company Ltd., unidade controlada pela Fras-le Friction Materials que tem como objetivo atuar como *trading company* para revenda de discos e tambores.

Frasle Mobility Head Office Europa (Fras-le Europe B.V.): a estrutura é composta por um escritório comercial localizado na Alemanha (Fras-le Europe GmbH), que é responsável por distribuir e comercializar nos mercados da Europa, Oriente Médio e África material de fricção de linha pesada e um centro de distribuição localizado na Holanda (Fras-le Europe B.V.) responsável pela distribuição nessas mesmas regiões de materiais de fricção e componentes de sistema de freio para veículos leves. Em 2023, a operação adquiriu como controlada a AML Juratek Limited. A nova adquirida incorporou a operação no continente com três centros de distribuição sendo dois localizados na Inglaterra, um em Doncaster (Juratek Limited e Tekjur Limited) e outro em Bradford (Bettaparts Limited), e um centro de distribuição na Irlanda do Norte (filial da Juratek Limited) ambos com concentração de vendas no Reino Unido, Hungria e Romênia de material de fricção e componentes de sistema de freio para linhas leve e pesada.

Frasle Mobility Centro de Distribuição AM Cartagena (Fras-le Panamericana S.A.S.): essa operação é responsável por distribuir e comercializar os produtos das marcas Fras-le, LonaFlex, Fremax, Controil e Nakata. A operação conta com um escritório comercial e técnico na cidade de Bogotá e um centro de distribuição em zona franca, localizado na cidade de Cartagena, ambas na Colômbia. A unidade é responsável pelas vendas na Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, América Central e Caribe.

Frasle Mobility site Sorocaba (Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.): através de sua operação localizada em Sorocaba, São Paulo, é responsável pela fabricação e distribuição de pastilhas e sapatas de freio para a linha de veículos leves, além de fluidos e lubrificantes de freio. Os produtos aos clientes dos segmentos de montadoras e de reposição, no mercado de veículos leves do Brasil e da América do Sul.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Frasle Mobility site ASK Fras-le (ASK Fras-le Friction Private Limited): é uma *join venture* instalada em Manesar, no estado de Haryana, na Índia, com o objetivo de produzir e fornecer lonas e pastilhas de freios para veículos comerciais, para reposição e montadoras, com o propósito de atender o mercado indiano e os países vizinhos como, Nepal, Sri Lanka e Bangladesh, e demanda global de materiais de fricção por meio de exportações.

Frasle Mobility site Extrema (Nataka Automotiva Ltda.): a operação é composta por um centro de tecnologia e desenvolvimento e sede administrativa em Osasco, São Paulo uma unidade produtiva, e centro de distribuição em Extrema, Minas Gerais que distribui todas as marcas Frasle Mobility para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. A Nakata produz e comercializa componentes destinados a veículos leves, pesados e motocicletas, incluindo um amplo portfólio de produtos como: amortecedores, terminais e barras de direção, pivôs e bandejas de suspensão, juntas homocinéticas, componentes de eixos cardan e diferencial entre outros.

Frasle Mobility site Fremax (Fras-le S.A. Filial Joinville): é uma operação fabril instalada em Joinville, no estado de Santa Catarina, que atua no mercado de autopeças, sendo um dos principais fabricantes de discos e tambores de freios para veículos leves.

Centro Tecnológico Randon Ltda. ("CTR"): o CTR é um complexo destinado ao desenvolvimento e homologação de produtos para a indústria da mobilidade no país. A composição societária do CTR é formada pela Frasle Mobility, com 45,07% do controle e pela Randoncorp com 54,93%. Ele possui uma subsidiária, a Nione Ltda., da qual detém 100% do capital. Está localizado no município de Farrroupilha, no Rio Grande do Sul, em uma área de mais de 90 hectares, 2.200m² onde funciona como um hub de engenharias e laboratório estrutural, conta com 15km de pistas e 20 diferentes tipos para oferecer amplos serviços.

Nione Ltda.: É a primeira empresa do mundo a produzir nanopartículas de nióbio em larga escala. Criada em 2021, as operações industriais estão localizadas na cidade de Içara/SC. Por meio da nanotecnologia, as propriedades físico-químicas dos materiais são potencializadas, trazendo à tona suas melhores versões, melhorando seu desempenho, revolucionando produtos tradicionais e possibilitando a criação de novas soluções com características únicas.

Presença geográfica

A Companhia é líder no segmento de materiais de fricção na América Latina e acredita ser um dos maiores fabricantes de lonas de freio para veículos comerciais no mundo, atendendo às principais montadoras de veículos (diretamente ou através de fornecedores de sistemas de freios a estas montadoras, também chamados de sistemistas) e mercados de reposição do mundo, por meio de vendas a grandes distribuidores de autopeças.

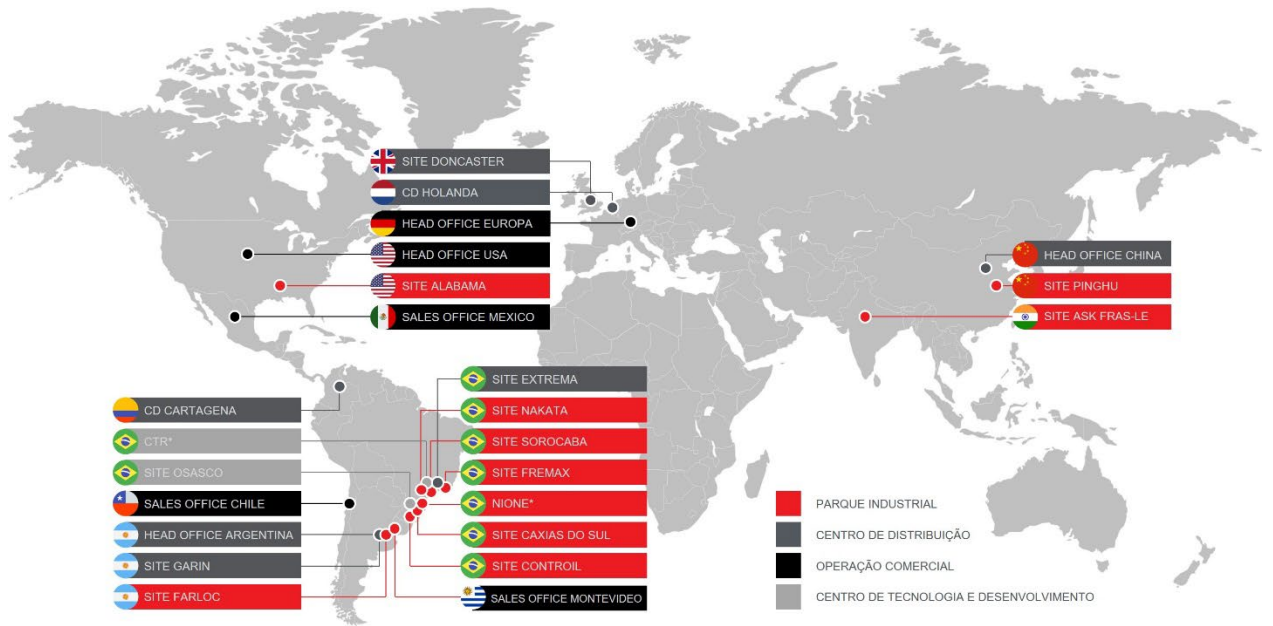
A filial instalada na cidade de Joinville (SC), tem como principal atividade a industrialização de peças fundidas e/ou usinadas, de ferro, aço e outras ligas, especialmente para o segmento de autopeças, sendo um dos principais fabricantes de discos e tambores de freios para veículos leves no país.

A unidade localizada em Extrema (MG) é uma das principais da Companhia. A Nakata tem uma longa trajetória no mercado de reposição de autopeças, oferecendo uma ampla gama de produtos para veículos leves, comerciais e pesados. A empresa é conhecida pela qualidade e confiabilidade de suas peças, que abrangem sistemas de suspensão, direção, transmissão, freios e motor.

A presença global da Companhia é evidenciada com 10 (dez) fábricas, sendo seis localizadas no Brasil (Caxias do Sul (RS), São Leopoldo (RS), Sorocaba (SP), Joinville (SC), Extrema (MG) e Içara (SC). E cinco unidades no exterior, sendo uma na China (cidade de Pinghu, aproximadamente 90 quilômetros de Xangai), uma nos Estados Unidos (cidade de Prattville, estado do Alabama), uma na Índia (cidade de Manesar, estado de Haryana), e uma na Argentina (cidade de San Martín, província de Buenos Aires). Possui 9 (nove) centros de distribuição localizados no Brasil, Argentina, Colômbia, Holanda, China, Inglaterra e Irlanda do Norte, além de, 5 (cinco) escritórios comerciais localizados nos Estados Unidos, Alemanha, Chile, México e Uruguai.

A estrutura comercial suportada pelos centros de distribuição no exterior e por uma equipe de colaboradores dedicados à logística e vendas no mercado externo a partir do Brasil e em diversas localidades no mundo, capacita a Companhia a atender os clientes em mais de 125 países. Apoiada em uma estrutura comercial estrategicamente distribuída, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de 63,6% de vendas no Brasil e 36,4% no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia acredita que sua presença geográfica, aliada à qualidade de seus produtos e à expertise em gestão da alta administração, a classifica como um fornecedor preferencial de produtos para autopeças, se destacando no longo prazo como um parceiro confiável, não só das principais montadoras, mas também de sistemistas, distribuidores e varejistas do mercado de reposição de autopeça.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 13,5% da receita operacional líquida da Companhia provem da América do Norte, 1,5% da América Central, 63,6% do Brasil, 9,6% da América do Sul (sem considerar Brasil), 1,1% da África e do Oriente Médio, 7,6% na Europa e 3,1% da Ásia e Oceania.

Nosso portfólio

A Companhia possui um amplo portfólio de produtos, contemplando mais de 25 mil referências de autopeças (*Stock Keeping Units* ou “SKUs”). Nos últimos anos tem também diversificado seu portfólio de produtos além de produtos de fricção, que em 2016 representavam cerca de 90% do seu portfólio e em 2023 representam 48% do portfólio da Companhia. São oferecidos produtos de maior qualidade para seus clientes, resultando em uma participação de mercado (*market share*) representativa nas principais categorias de atuação, conforme demonstrado na imagem abaixo:



Volume de OE é 7x menor que o IAM, embora a Frasle Mobility seja líder e relevante player no Brasil e EUA (+90% e 40% dos mercados OE CV Brasileiro e Americano respectivamente)

Fonte: Dados referente ao ano 2023. Notas: (1) Volume de vendas de reposição; (2) Considera veículo novo com configuração padrão; (3) Considera 12.000 Km/ano para LV e 100.000 Km/ano para CV, sem avarias; (4) Considera recorrência para substituição de outros no cenário nota (3).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Plano estratégico

A Companhia pretende manter sua posição de liderança no mercado brasileiro e, como empresa global, tornar-se uma referência internacional nos segmentos em que atua. Para atingir esses objetivos, as principais diretrizes de sua estratégia são:

Transformação para um modelo de negócios leve em ativos (*asset-light*)

A Companhia produz aproximadamente de 65% das autopeças vendidas. Cada vez mais, o foco da Companhia está no desenvolvimento das peças, visando terceirizar o processo de produção e assim beneficiar de eficiência de capital. Com isso, a Companhia promove um modelo de negócios mais leve em ativos (*asset-light*), podendo otimizar suas competências em desenvolvimento de produtos e suprimentos, marketing e percepção de marca (*branding*).

Aumento da participação da Companhia em mercados nos quais possui *market share* pouco relevante

A Companhia acredita que a sua presença global, a reputação, a qualidade e a variedade do seu portfólio de produtos, a capacita a atender às particularidades de mercados no exterior, o que contribui para a sua consolidação em mercados com alto potencial de crescimento. Adicionalmente, a Companhia avalia constantemente oportunidades de aquisições estratégicas, buscando ampliar sua presença nos mercados onde já atua e alcançar mercados em que vislumbra oportunidades de atuação e crescimento.

Manutenção de sua posição de liderança no Brasil e ampliação do portfólio de produtos por meio de aquisições estratégicas

No Brasil, a Companhia pretende manter sua posição de liderança na distribuição de lonas de freio para veículos comerciais nos segmentos de montadoras e no fornecimento de lonas e pastilhas para veículos comerciais e leves no segmento de reposição, conforme comparativos disponibilizados por agências globais.

Adicionalmente, a Companhia tem ampliado o seu portfólio de produtos por meio de aquisições estratégicas, com foco em produtos complementares ao sistema de freios e outros componentes para veículos, o que acredita ser o desenho de um modelo integrado como fabricante e fornecedor, estreitando ainda mais o relacionamento com montadoras e grandes distribuidores do mercado de reposição.

Investir continuamente no desenvolvimento de produtos e novas tecnologias

A Companhia seguirá desenvolvendo o portfólio de seus produtos através de investimentos em tecnologia, buscando aprimorar o pacote completo de soluções para manter a vida em movimento, que atende com eficácia às demandas de seus clientes. A Companhia acredita que tal iniciativa a habilita a atender uma demanda por produtos de maior valor agregado e, conjuntamente com a ampliação de seu portfólio de produtos, contribuirá de forma mais relevante para a geração de receitas com melhores margens, além de resultar na fidelização de seus clientes, promovendo e consolidando relacionamentos de longo prazo. Para tanto, a Companhia está focada na *customer value*, suportado pelo constante aprimoramento de seus produtos em termos de eficiência, durabilidade, custo de produção, redução de ruídos e interação com as demais peças dos sistemas de frenagem, bem como pelo atendimento e assistência técnica no pós-venda.

Outro ponto relevante é na inovação é a digitalização do negócio objetivando a experiência e satisfação dos clientes. A Companhia já oferece o catálogo de seus produtos de forma digital, e está constantemente buscando automatizar e integrar os dados com distribuidores através de Interface de Programação de Aplicações (Application Programming Interface, ou "APIs").

Em 2020, a Companhia lançou o Auto Experts (autoexperts.parts). Plataforma que integra os catálogos digitais de produtos das marcas Fras-le, Lonaflex, Controil, Fremax, Nakata, Master, Jost, Suspensys e Castertech. Foi criada para facilitar e agilizar o acesso à informação, permitindo que ao pesquisar por um tipo de veículo, produto ou montadora, sejam apresentadas todas as opções de peças automotivas disponíveis nas marcas ofertadas.

Em 2022, o processo de busca dentro da plataforma foi otimizado e um mecanismo de geolocalização foi implantado. Na nova função "Onde Encontrar" é possível inserir palavras-chave, como marca, modelo e montadora do veículo direcionando o usuário para uma lista de estabelecimentos que contam com as peças adequadas para a necessidade de reposição. No ano de 2023, mais de 21 mil unidades de produtos foram cadastradas na plataforma, a qual passou por uma atualização relacionada a experiência do usuário, possibilitando download de conteúdo dos catálogos com acesso off-line, vídeos com orientações e instruções de uso e aplicações dos produtos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

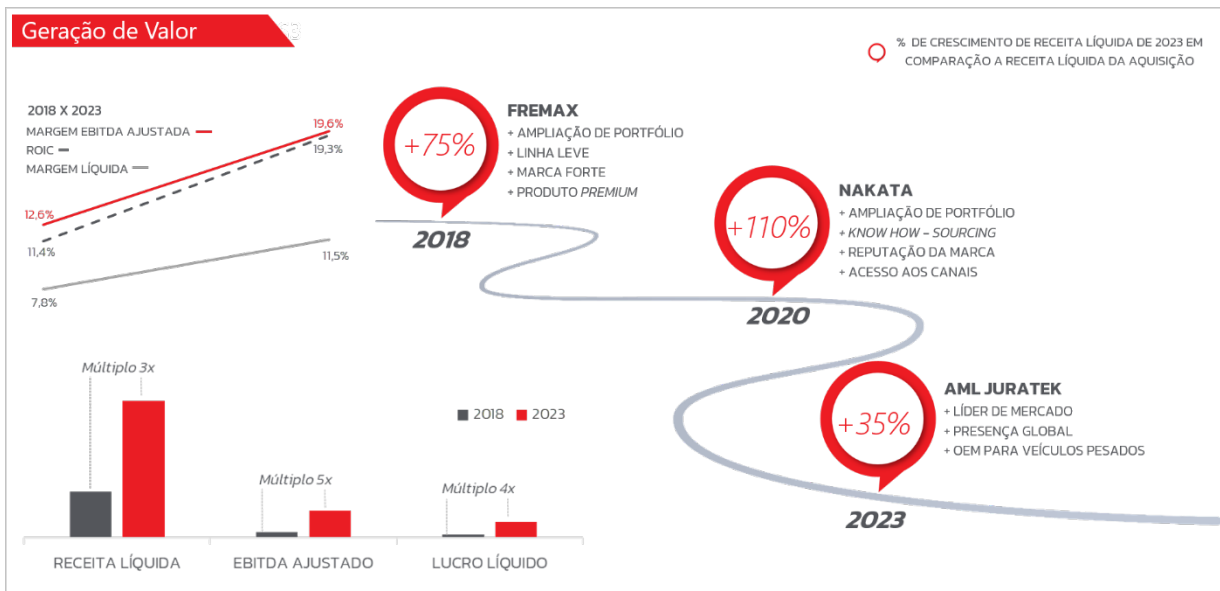


Foco no controle de custos e captura de sinergia com aquisições

A Companhia possui um modelo de gestão que avalia de forma matricial o desempenho de suas fábricas e centros de distribuição, através da criação e implementação de metas, definição de responsabilidades e rigoroso acompanhamento. Essa metodologia permite manter eficiência e estrutura operacional de baixo custo, garantindo, assim, maior competitividade. A Companhia acredita que apresenta também um histórico de sucesso na captura de sinergias oriundas de aquisições estratégicas.

Adicionalmente, a Companhia pretende se beneficiar da expansão de sua presença global para ampliar sua rede de fornecedores, obter melhores preços na aquisição de matérias primas e, conseqüentemente, aumentar a margem final na venda de seus produtos.

As sinergias das aquisições são apresentadas no gráfico abaixo considerando o período entre os ciclos de 2018 a 2023.



Foco em parcerias com clientes estratégicos, sem comprometimento da diversificação da carteira de clientes e da autonomia nos mercados em que atua

A Companhia acredita que parcerias estratégicas com determinados clientes oferecem oportunidades de entrada e expansão nos mercados geográficos em que busca se consolidar. Por isso, busca conciliar a expansão e manutenção destas parcerias com a ampliação e diversificação de sua base de clientes, tanto em termos de número, quanto em termos geográficos, visando reduzir sua exposição a riscos. A Companhia pretende alcançar estes objetivos sem comprometer sua independência e capacidade de competição e penetração nos mercados em que atua, permitindo melhor controle e administração dos preços de seus produtos.

Foco constante no desenvolvimento de novas tecnologias

A Companhia investe constantemente em expertise química, física e de engenharia para desenvolver materiais mais inteligentes, mais leves, mais eficientes ou com matérias primas mais sustentáveis. Visando explorar essa estratégia a Companhia desenvolveu algumas iniciativas, são elas:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Compos

Em 2021 a Companhia iniciou as atividades da Fras-le Smart Composites, projeto que tem como objetivo desenvolver e utilizar materiais compósitos estruturais para a produção de autopeças. Em abril de 2023, a marca passou por uma atualização e começou a ser denominada Compos.

A Compos trabalha com tecnologia e desenvolvimento de produtos com menor peso, melhor desempenho, design inovador e com apelo de sustentabilidade. Além disso, essa linha de produtos surge como uma alternativa ao aço e tem como diferenciação a flexibilidade de design, além da leveza, o que contribui para uma maior durabilidade da peça, bem como uma economia no consumo de combustível e, conseqüentemente, a redução de emissões de poluente.

No ano de 2023, foi destaque a automatização da linha de produção em Caxias do Sul (RS) devido a ganho de projetos que necessitaram de aumento de capacidade. Na nova estrutura são produzidos suportes de paralamas e lanternas para veículos comerciais.

No exercício de 2023, cerca de 50 mil peças em materiais compósitos foram fornecidas ao mercado. A Companhia trabalha ativamente no desenvolvimento de novos produtos, sendo os projetos mais relevantes para os próximos ciclos:



Nione

É uma unidade industrial, controlada pelo CTR, fundada em 2021, uma empresa focada no desenvolvimento de produtos utilizando nano partículas de elementos como nióbio. Através da nanotecnologia é possível produzir peças com mais resistência, leveza e durabilidade. O CTR é uma sociedade entre Frasle Mobility e Randoncorp. A Frasle Mobility é detentora da patente de descoberta da nanopartícula e por isso exerce direito a *royalties*. Ao longo dos últimos anos foram construídas novas oportunidades e estudos para diferentes setores industriais, com destaque em metalurgia, eletroeletrônica e química.

Em 2023, a unidade lançou a solução para tratamentos de superfícies metálicas utilizando óxido de nióbio nanoestruturado. O aditivo, desenvolvido em parceria com a Klintex Insumos Industriais, aumenta em até 70% a resistência à corrosão, apresentando uma alternativa sustentável aos tratamentos tradicionais, como o fosfato tricatiônico. Este lançamento representa um avanço significativo na área de pré-tratamentos de pintura, combinando alto desempenho com sustentabilidade ambiental.

Além disso, a Companhia também conta com o apoio do Instituto Hercílio Randon ("IHR") e (ihr.tec.br), a primeira instituição brasileira de ciência e tecnologia voltada ao setor automotivo, criado para reinventar a indústria e construir um futuro em que todos possam mover-se com liberdade, segurança e qualidade de vida. Com a missão de potencializar, acelerar e compartilhar inovação, o IHR atua por meio da pesquisa científica e do desenvolvimento de tecnologias com foco em eletrônica embarcada, materiais inteligentes e mobilidade.

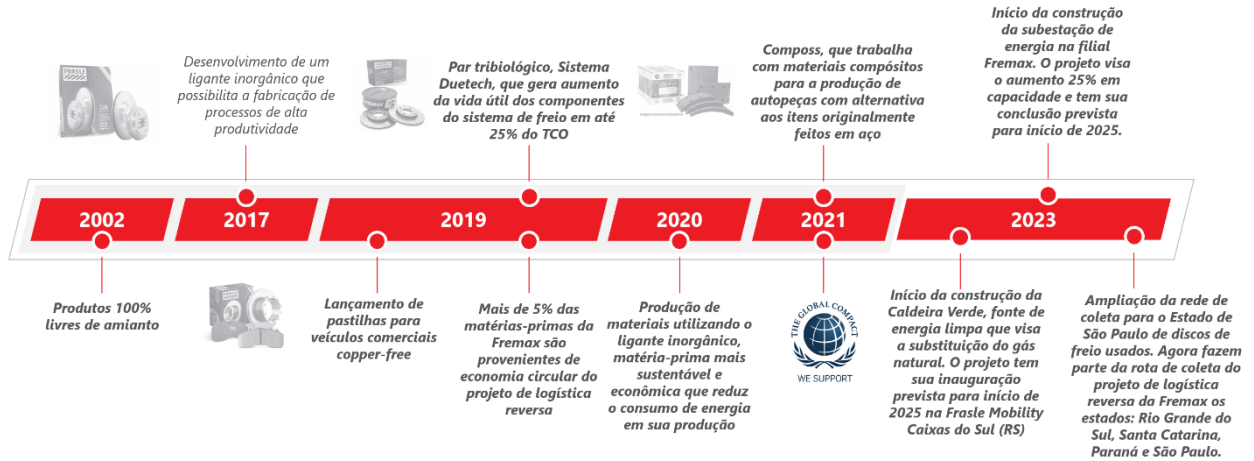
O IHR é uma instituição privada, sem fins lucrativos apoiada pela Randoncorp, que tem como objetivo principal amparar todas as suas empresas no fortalecimento da cultura de inovação. Atualmente, mais de 100 pessoas estão envolvidas em projetos no IHR e em 2023, o instituto conduziu 33 projetos, além de ser responsável por apoiar mais de 15 *startups* e deter 58 patentes, um avanço de 93,3% em comparação a 2022

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

que foi concluído com 30 patentes.

Foco em ESG

A Companhia está comprometida com o desenvolvimento sustentável do negócio. As ações são pautadas pelo princípio fundamental que rege toda a gestão: ser uma empresa ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. A Companhia vem desenvolvendo iniciativas sustentáveis desde 2002, onde 100% dos seus produtos deixaram de conter amianto. Desde então foram lançadas diversas iniciativas voltadas à sustentabilidade de seu negócio.



A Companhia também seguiu apoiando o Instituto Elisabetha Randon (IER), unidade que coordena os programas sociais da corporação voltados para à comunidade. O IER desenvolve suas ações por meio dos programas Vida Sempre, Florescer, Florescer Iniciação Profissional, Ser Voluntário e Memorial Randon, além de projetos financiados por leis de incentivo, iniciativas que refletem um investimento total de R\$ 1,12 milhões em 2023 das unidades Frasle Mobility Caxias do Sul e Fremax.

Para seguir avançando em sustentabilidade, em 2021, juntamente com a Randoncorp, foi lançada a “Nossa Ambição ESG”, que define os pilares estratégicos, compromissos e metas para promover a sustentabilidade do negócio até 2025 sendo eles:

- Zerar acidentes graves;
- Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.
- Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025; e
- Ampliar a receita líquida consolidada anual gerada por novos produtos.

A Companhia acredita que o futuro é uma oportunidade de construir o novo, onde a estratégia em sustentabilidade conecta essa construção na busca por soluções e relações geradoras de valor, seguras e cada vez mais sustentáveis. Por isso no ciclo de 2023, a Companhia atuou na atualização da matriz de materialidade que resultou em três novos pilares estratégicos denominados Planeta, Pessoas e Negócios, porém ressalta-se que os compromissos públicos listados acima permanecem como válidos até o exercício de 2025. Para mais informações sobre o tema vide o item 2.10 deste formulário.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1. Atividade do emissor / 1.3 Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia segmenta suas atividades buscando atender de forma diferenciada e com agilidade seus principais clientes – montadoras, sistemistas e distribuidores do mercado de reposição, considerando ainda a presença geográfica de cada um:

Montadoras

Esse segmento compreende a fabricação e comercialização, principalmente, da família de materiais de fricção: lonas, pastilhas de freio para caminhões, ônibus, automóveis e comerciais leves. Em complemento à linha de fricção, também são fabricados e comercializados outros materiais para o sistema de freio, tais como discos e tambores, cilindro mestre, cilindro de roda, reparos, reservatórios para líquido de freio, e ainda soluções em polímeros, tais como mangueiras do filtro de ar, anéis de vedação e batentes. A empresa também fabrica e comercializa molas a gás e amortecedores. Nos últimos anos a empresa vem desenvolvendo projetos de materiais compósitos para diferentes aplicações automotivas, destacando-se suportes para para-lamas e lanterna que já estão sendo fornecidos para o mercado OEM. A Companhia mantém relacionamento comercial com montadoras e sistemistas no Brasil há mais de 30 anos, destacando-se Scania, Volvo, Mercedes-Benz, Volkswagen Caminhões e Ônibus, Iveco, DAF, Knorr-Bremse, Schulz Automotiva, Continental, Renault, Mitsubishi, Stellantis, Honda, General Motors, Ford. Este segmento é atendido exclusivamente pelas marcas “Fras-le”, “Fremax”, “Jurid”, “Controil”, “Nakata” e “Compass”.

Reposição

Este segmento compreende a fabricação e comercialização de autopeças, entre eles pastilhas e lonas para freios de veículos pesados, pastilhas, lonas e sapatas para veículos leves, revestimentos de embreagem, pastilhas e sapatas para motocicletas, pastilhas e sapatas para trens e metrô, lonas moldadas e trançadas para aplicações agrícolas e industriais. Em complemento à linha de fricção, também são fabricadas e comercializadas outras peças para o sistema de freio, tais como, cubos de roda, discos e tambores de freio, cilindro mestre, cilindro de roda, reparos, reservatórios para líquido de freio, servo freio e linha completa de componentes para suspensão, transmissão, freios, motor e moto peças, pivôs de suspensão e juntas homocinéticas, e ainda, soluções em polímeros como mangueiras do filtro de ar e anéis de vedação. A comercialização nos diversos mercados de atuação se dá com as marcas “Fras-le”, “Lonaflex”, “Durbloc”, “Controil”, “Fremax”, “Nakata”, “Jurid”, “Abtex”, “Armetal”, “Best Brake”, “Compass”, “Ferodo”, “Juratek”, “Plasbestos”, “Power Engine”, “Tensa”.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com 917 distribuidores e aproximadamente 2.465 pontos de vendas localizados em todos os estados do Brasil, suportados por 28 colaboradores dedicados a venda no mercado de reposição.

No exterior, em 31 de dezembro de 2023, contamos com aproximadamente 690 clientes que são atendidos, direta ou indiretamente, por uma grande equipe Comercial e Técnica localizados estrategicamente: nas 11 plantas - Brasil (6), EUA (1), China (1), Índia (1), Argentina (1) e Uruguai (1), além dos centros de distribuição e operações comerciais espalhadas pelo mundo.

A receita operacional líquida proveniente de cada um dos segmentos divulgados pela Companhia encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
(Em R\$ milhões, exceto %)		% do total
Reposição	2.984,2	88,1%
Montadora	404,4	11,9%
Receita operacional líquida	3.388,7	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A administração da Companhia monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo bruto, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Da mesma forma, as Despesas Operacionais, Ativos e Passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

Por estas razões, encontra-se evidenciado na tabela abaixo exclusivamente o lucro bruto segregado por segmento divulgado pela Companhia:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
(Em R\$ mil, exceto %)	% do total	
Reposição	1.029.209	90,40%
Montadora	109.392	9,60%
Lucro bruto	1.138.601	100,00%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1. Atividade do emissor / 1.4 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo

MATERIAIS DE FRICÇÃO

Pesquisa e Desenvolvimento

A partir dos seus centros de P&D, a Companhia desenvolve processos de produção que conferem tecnologia própria para a fabricação de toda sua linha de produtos de fricção. A exclusividade tecnológica inerente à produção da grande maioria dos produtos é resguardada a partir do seu segredo industrial (*trade secret*). Portanto, a inteligência por trás de cada produto advém do seu processo de produção e composição química dos materiais.

O desenvolvimento de cada novo produto, compreendendo fórmula e parâmetros de processo de transformação química, é conduzido no centro de P&D localizado em Caxias do Sul/RS, onde a Companhia conta com mais de 100 profissionais altamente qualificados, entre técnicos, químicos e engenheiros, e uma estrutura de equipamentos de teste e investigação que inclui laboratórios químico, físico e piloto.

Adicionalmente, os produtos da Companhia são testados em um moderno Centro de Testes (Centro Tecnológico Randon, "CTR"), abrangendo 20 pistas dos mais diversos tipos de terrenos (alta velocidade, *off-road* e rampas, VDA e ABS), que, conjuntamente, totalizam aproximadamente 15km. Os testes são direcionados ao desenvolvimento de produtos de fricção inovadores e de alta performance, o que pode ser confirmado pelo baixo número de peças reprovadas por milhão de unidades.

Formulação

A formulação de material de atrito resulta da habilidade da Companhia de definir a quantidade exata de cada composto (matéria-prima) que irá compor o material, entre fibras, aglomerantes, atritantes, lubrificantes e cargas minerais. O projeto da formulação do material é uma das etapas de maior concentração de *know-how* desta indústria.

Processo

- **Mistura:** a tecnologia na produção de lonas e pastilhas de freio começa a partir dos parâmetros de processo estabelecidos na mistura das matérias-primas que compõem o material, seguido da definição e controle de tais parâmetros, compreendendo o tipo de equipamento de mistura (balança ou misturador) ou sequência de adição, quantidade, temperatura, velocidade e tempo de mistura dos compostos químicos.

Com relação à produção de pastilhas e sapatas de freio, há ainda a utilização de plaquetas produzidas a partir do aço pela própria Companhia, por meio do processo de estamparia, que consiste no corte e moldagem de placas de aço conforme especificações técnicas dos sistemas de freio nos quais estes materiais de fricção serão utilizados. Desde 2008, parte dos serviços de estamparia foram integrados no sistema de produção da Companhia, o que possibilitou a verticalização do processo de produção e aumento de competitividade.

- **Moldagem a quente:** Concluída a mistura, o composto é prensado em alta temperatura (prensas). Nessa etapa do processo, a utilização de parâmetros adequados de temperatura, pressão específica e sequências de ciclos de ventilação são determinantes para conferir as propriedades desejadas ao material de atrito.

- **Tratamento térmico:** Após a moldagem, o composto recebe um tratamento térmico em estufas, e, da mesma forma que nas etapas anteriores, os parâmetros de processo são controlados com rampas de temperaturas e tempo de exposição, para conferir a exata característica desejada no material.

- **Beneficiamento:** Findo o processo de transformação química (mistura, moldagem e tratamento térmico), o refinamento final do produto é feito por processo de transformação mecânica, ou beneficiamento. São etapas como corte, retífica, lixamento, chanfragem, perfuração, aplicação de rebaixos, pintura, marcação, testes infravermelho, montagem de acessórios e embalagem.

(a) características do processo de distribuição

O processo de comercialização e distribuição é distinto para cada segmento:

Segmento de reposição

As vendas para este mercado são efetuadas para distribuidores de autopeças, que realizam suas compras diretamente de uma estruturada equipe de vendas e pós-vendas situada na sede da Companhia e nos escritórios comerciais de suas controladas que intermediam o relacionamento da Companhia com os distribuidores.

Além disso, através de sua área de marketing, a Companhia fornece aos distribuidores catálogos, lista de preços, circulares e outros materiais de propaganda regularmente emitidos, bem como auxilia na montagem de estandes em feiras específicas e auxilia o distribuidor na elaboração de plano de marketing. No mercado doméstico, os produtos da Companhia são revendidos por meio de uma rede de distribuidores formada por mais de dois mil pontos de venda de autopeças (oficinas mecânicas, lojas, frotistas, auto centers e concessionárias), sediados em todos os estados do país. A entrega dos produtos para os distribuidores no Brasil é feita por meio de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário.

No mercado externo, os produtos da Companhia são na sua maioria exportados diretamente do Brasil e China para os clientes internacionais, entretanto também oferecemos aos clientes a comodidade de vendas locais das unidades fabris da Companhia na China, nos Estados Unidos, no Uruguai, na Argentina e na Índia ou dos Centros de Distribuição e escritórios comerciais localizados pelo mundo, onde são desenvolvidos os relacionamentos comerciais.

A entrega dos produtos para os distribuidores situados fora do Brasil é feita por meio de empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário ou por modal portuário, quando o modal rodoviário não possui o alcance necessário para realizar a entrega, conforme localização do cliente.

Segmento de Montadora

Para este mercado a comercialização é direta, tanto para montadoras de veículos como para sistemistas (montadoras de sistema de freios e embreagens).

No mercado doméstico, as grandes montadoras e sistemistas realizam suas compras por meio de compras programadas com prazo médio de três meses de antecedência. A Companhia mantém contratos de fornecimento com as principais montadoras do Brasil, por meio dos quais regulam as especificações dos produtos, os preços acordados, as formas de entrega e penalidade em caso de não atendimento.

A entrega dos produtos até os parques industriais das montadoras e sistemistas é feita por meio de empresas de logística contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário.

No mercado externo, a Companhia utiliza no segmento de montadoras a mesma estrutura comercial e de distribuição utilizada no mercado de reposição, descrita acima.

Pós-venda

Após a venda dos produtos, a Companhia disponibiliza uma equipe especializada que faz o acompanhamento pós-venda junto aos clientes, por meio de canais telefônicos (por iniciativa do cliente) e roteiro de visitas periódicas (por iniciativa da Companhia). Estes serviços possuem o objetivo de prestar assistência técnica, avaliar e captar as demandas e solicitações dos clientes e instruir sobre o uso correto dos produtos, o que a Companhia acredita representar um importante diferencial competitivo que contribui para fidelização dos clientes e manutenção da qualidade e imagem dos produtos da Companhia perante o mercado.

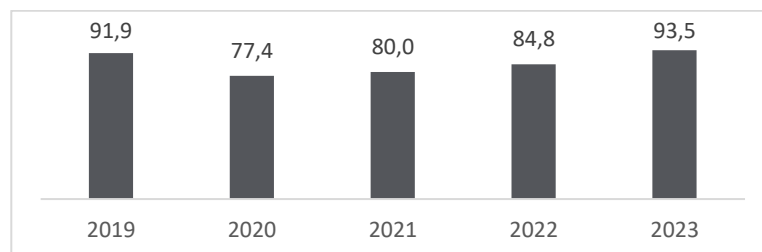
(b) características dos mercados de atuação, em especial (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Indústria global automotiva

A Indústria Automotiva Global, no contexto econômico dos últimos dois anos sofreu forte contração em diversos setores devido a pandemia causada pelo covid-19. Todavia, o setor automobilístico apesar das restrições de locomoção e as adaptações tecnológicas têm mostrado características de resiliência e recuperação. Segundo a Organização Internacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (OICA) houve uma contração de 12,9% na produção de veículos entre os anos de 2019 e 2021. Porém, na comparação com o ano de 2023, pode-se observar uma recuperação na produção mundial de 16,9%.

Abaixo, segue informações detalhadas das pesquisas OICA (Organização Internacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores), e Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Número de veículos fabricados (em milhões de unidades)



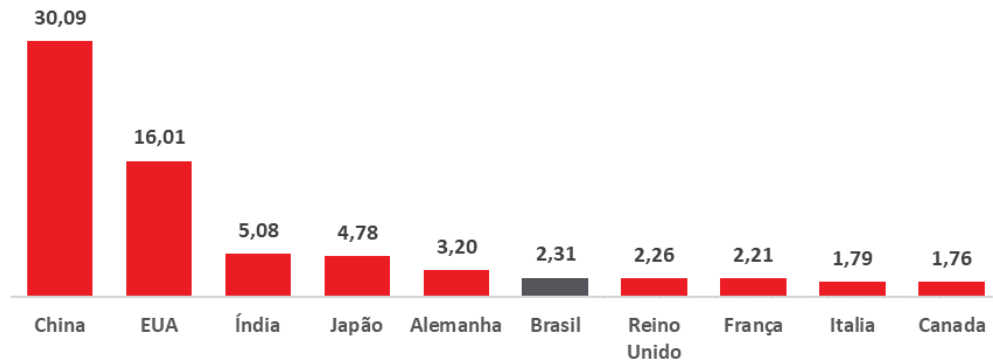
Fonte: OICA, 2024. Vide Website: <https://www.oica.net/category/production-statistics/2023-statistics/>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Brasil é um forte mercado consumidor da indústria automobilística. Segundo relatório da frota circulante do Sindipeças/Abipeças, em 2023 no Brasil contabilizaram-se 47,1 milhões de unidades em circulação, 0,5% maior em comparação com a do ano anterior. Os veículos importados corresponderam a 14,3% desse número.

Em 2023, o Brasil vendeu mais de 2,3 milhões de veículos novos, representando o sexto maior mercado de vendas de veículos do mundo, estando atrás da China, Estados Unidos, Índia, Japão e Alemanha e o primeiro lugar da América do Sul e Central.

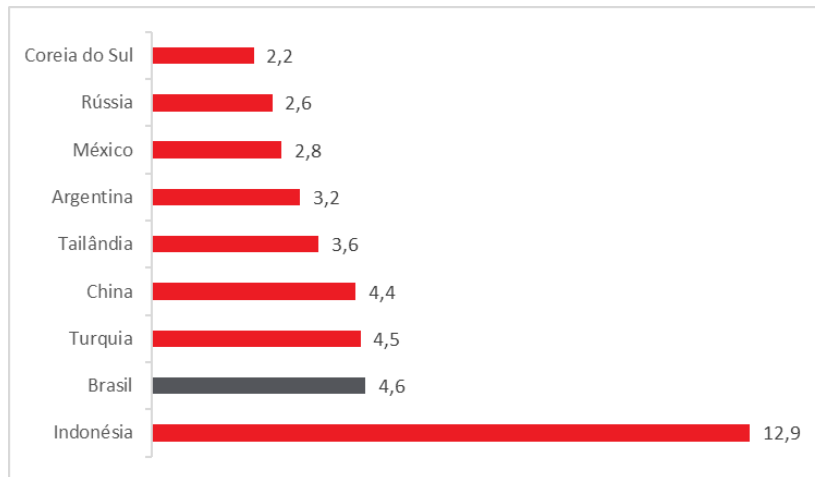
Mercado mundial de vendas de automóveis: Top 10 países (em milhões de unidades)



Fonte: OICA, 2024. Vide Website: <https://www.oica.net/category/sales-statistics/>

Além de possuir a sexta maior frota circulante de automóveis, o Brasil ainda possui um grande potencial de expansão na categoria de veículos leves, uma vez que o número de habitantes para cada veículo é inferior ao de outros países, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Número de habitantes por veículo 2020¹



1. Último dado disponível. Fonte: Anfavea 2024. Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/anuarios-2/>

INDÚSTRIA BRASILEIRA AUTOMOTIVA

Segundo o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2023 da Anfavea há 26 montadoras, 491 fabricantes de autopeças, 4.122 concessionárias de automóveis operando no Brasil e 52 unidades fabris existentes.

De acordo ainda com a Anfavea, a receita líquida da indústria automobilística atingiu US\$ 69,8 bilhões em 2022, representando um aumento de mais de 30%, quando comparado a 2021, ainda manteve o Brasil entre os maiores produtores mundiais de autoveículos no mesmo ano em termos de faturamento.

Conforme relatório da frota circulante da Anfavea, em 2023, a frota circulante brasileira considerando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus cresceu 0,6% em comparação ao ano anterior, atingindo 48,1 milhões de unidades no país, segundo a tabela “Histórico da Frota Circulante no Brasil (em unidades)”.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

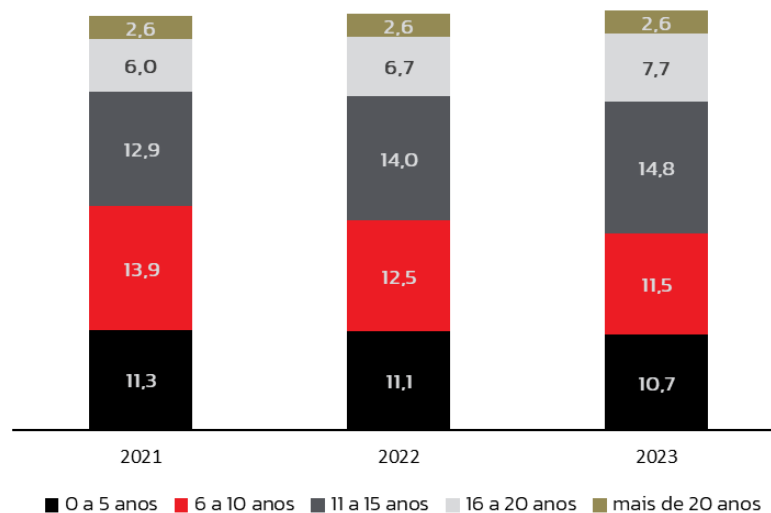
Histórico da Frota Circulante no Brasil (em milhares de unidades)

Segmento	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição Anual (%)
							2023/2022
Automóveis	38.697	39.592	39.779	39.848	39.878	39.987	0,27%
Comerciais Leves	5.189	5.313	5.360	5.474	5.544	5.673	2,33%
Caminhões	1.908	1.938	1.955	2.010	2.061	2.091	1,44%
Ônibus	380	385	382	378	378	381	0,79%
Total Auto veículos	46.174	47.227	47.476	47.711	47.861	48.132	0,57%

Fonte: Anfavea 2024. Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/anuarios-2/>

Conforme relatório da frota circulante Sindipeças, do total de 47 milhões da frota circulante no país em 2023, 10,7 milhões possuem uma idade média entre 0 e 5 anos, 11,5 milhões possuem idade média entre 6 e 10 anos, 14,8 milhões possuem idade média entre 11 e 15 anos, 7,7 milhões de 16 e 20 anos, e, 2,6 milhões possuem idade média maior que 20 anos.

Histórico da idade média da frota circulante no Brasil (em milhões)



Fonte: Sindipeças 2024. Vide Website: https://www.sindipeças.org.br/sindinews/Economia/2024/Frota_Circulante.pdf

De acordo com o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2023 da Anfavea, a capacidade de produção anual de auto veículos atualmente ultrapassa 4,5 milhões de unidades, enquanto em 2023, foram produzidos somente 2,3 milhões de auto veículos novos, entre nacionais e importados, considerando automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. A tabela abaixo mostra a tendência da produção brasileira, no período de 2018 a 2023.

Produção total de auto veículos no Brasil (em milhares)

Segmento	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Varição Anual (%)
							2023/2022
Automóveis	2.388	2.449	1.607	1.708	1.825	1.782	-2,34%
Comerciais Leves	359	355	298	363	351	422	20,06%
Caminhões	116	118	95	165	169	112	-33,99%
Ônibus	32	30	21	21	35	24	-31,48%
Total Auto veículos	2.895	2.951	2.020	2.256	2.380	2.339	-1,71%

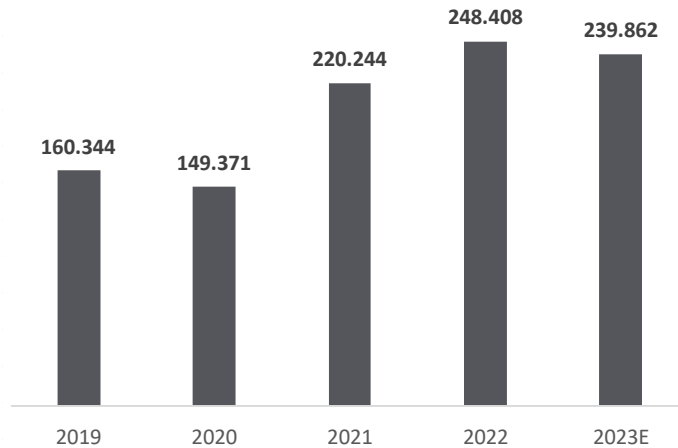
Fonte: Anfavea 2024. Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/anuarios-2/>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

MERCADO BRASILEIRO DE AUTOPEÇAS

De acordo com estimativas do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), o mercado brasileiro de autopeças apresentou crescimento anual de 49,6% entre 2019 e 2023E, chegando a R\$ 240 bilhões.

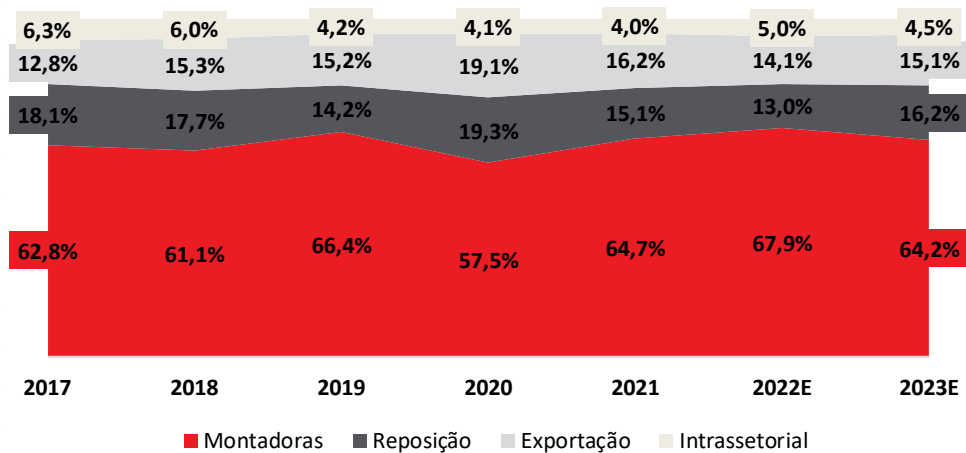
Faturamento nominal (em R\$ milhões)



2023E: Estimativa de faturamento (em milhões) de 2023.
 Fonte: Sindipeças (2024). Vide <https://virapagina.com.br/sindipecas2024/6/>

Ainda conforme anuário Sindipeças, as vendas para montadoras representam a maior parte do faturamento do setor, tendo entre 2017 e 2023E registrado em média 63,5% do total, seguida por vendas para o setor de reposição, o segundo mercado mais importante para autopeças, com 16,2% de representatividade projetada para 2023E e 16,2% na média do período analisado.

Distribuição do faturamento por segmento de venda (%)

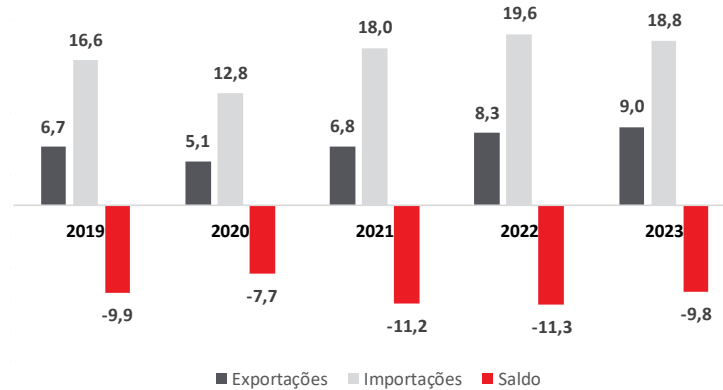


Fonte: Sindipeças (2024). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2024/16/>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Embora a balança comercial do setor apresente déficit nos últimos cinco anos, o saldo negativo teve seu pico registrado em 2022, quando apresentou valor de US\$ 11,3 bilhões. De 2018 a 2020 as importações caíram em ritmo mais acelerado que as exportações, reduzindo o déficit para US\$7,7 bilhões em 2020.

Balança comercial do setor de autopeças (em bilhões de US\$ FOB)



Fonte: Sindipeças (2024). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2024/45/>

Entre os anos de 2022 e 2023 o principal destino das exportações brasileiras foram a Argentina e os Estados Unidos, somando 51,9% e 52,0% em cada ano, respectivamente. Quanto à origem das importações, destaca-se a China, com 16,3% e 16,0% de representatividade no período apresentado, bem como Estados Unidos e Alemanha, em segunda e terceira principais origens.

Principais destinos de exportações e origem das importações de autopeças

US\$ milhões	2022	2023	US\$ milhões	2022	2023
Total de exportações	8.307,4	9.017,2	Total de importações	19.589,1	18.772,1
Argentina	35,5%	36,7%	China	16,3%	16,0%
Estados Unidos	16,4%	15,3%	Estados Unidos	12,4%	12,6%
México	9,2%	10,0%	Alemanha	9,9%	9,6%
Alemanha	7,0%	6,8%	Japão	8,6%	8,6%
Colômbia	3,5%	3,1%	México	6,8%	7,2%
Chile	4,0%	2,7%	Itália	5,5%	5,5%
Noruega	1,2%	1,9%	Coreia do Sul	5,1%	4,7%
Itália	1,9%	1,8%	Argentina	5,3%	4,6%
Paraguai	1,5%	1,6%	França	3,1%	3,7%
Peru	1,5%	1,5%	Índia	3,6%	3,6%
Outros países	18,4%	18,6%	Outros	23,5%	36,5%

Fonte: Sindipeças (2024). Vide Website: <https://virapagina.com.br/sindipecas2024/47/>

Licenciamento de auto veículos novos (000')

Conforme apresentado na tabela abaixo, houve um declínio no licenciamento de novos autos veículos de 2010 a 2023. A queda traz cada vez mais em evidência o envelhecimento da frota de veículos no Brasil. Como consequência, temos um mercado crescente para fabricantes e distribuidores de autopeças, uma vez que esses veículos adicionais exigirão peças de reposição e serviços de reparo nos próximos anos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ANO	Automóveis (000')	Comerciais Leves (000')	Caminhões (000')	Ônibus (000')	Total (000')
2010	2.857	472	158	28	3.515
2011	2.902	524	173	35	3.633
2012	3.115	519	139	29	3.802
2013	3.041	539	155	33	3.767
2014	2.795	539	137	27	3.498
2015	2.123	358	72	17	2.569
2016	1.688	300	51	11	2.050
2017	1.857	319	52	12	2.240
2018	2.102	373	76	15	2.566
2019	2.262	404	101	21	2.788
2020	1.616	339	90	14	2.058
2021	1.558	419	129	14	2.120
2022	1.577	384	127	17	2.105
2023	1.721	459	108	20	2.309

Fonte: Anfavea (2024) Vide Website: <https://anfavea.com.br/site/anuarios/>

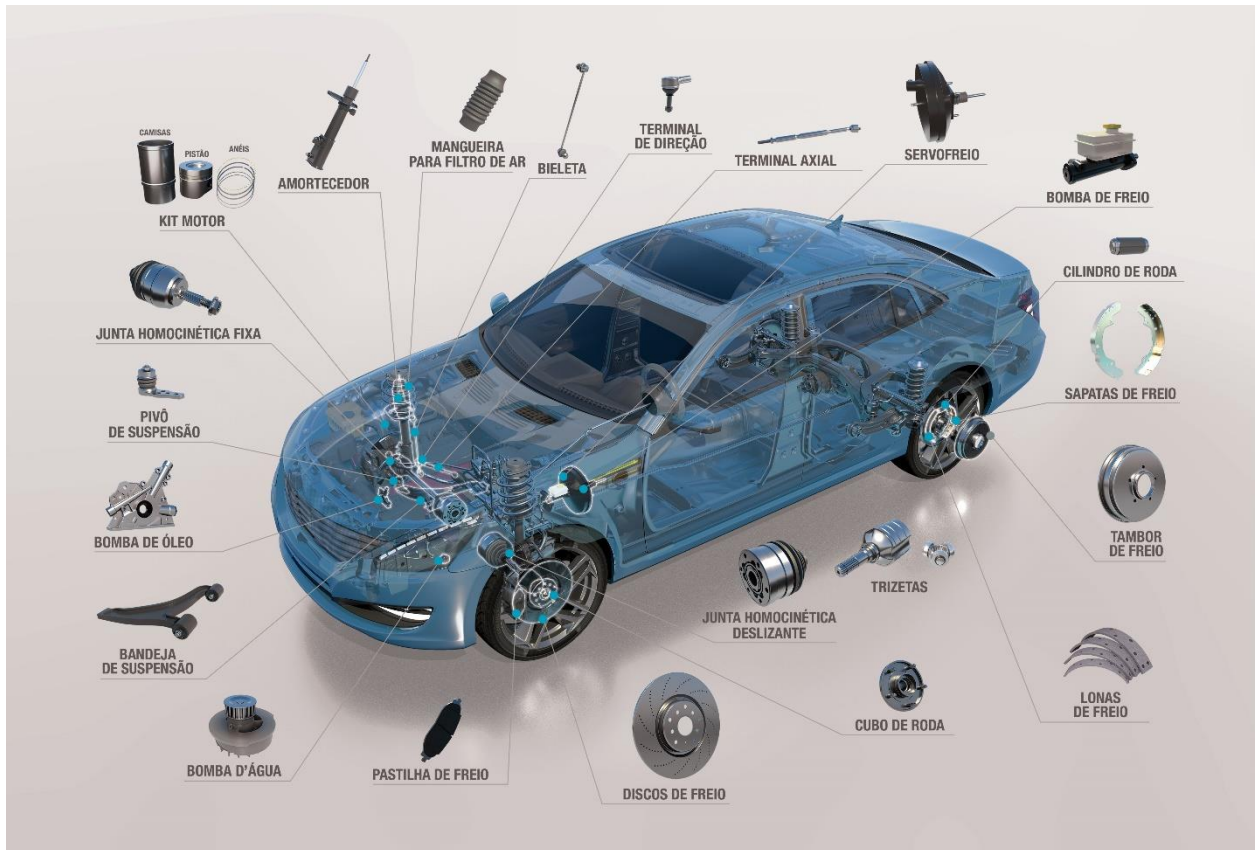
Através de estudos estatísticos, com base em informações obtidas pelas equipes comerciais, representantes, associações e sindicatos do setor automotivo, entre outros, a empresa consegue realizar o acompanhamento do seu *market share*, bem como identificar os seus mercados potenciais e a partir disto definir estratégias e formas de atuação. Estas análises são realizadas de formas diferentes para os três mercados, sendo que para alguns, estas análises são feitas por linha de produtos: pastilhas de freio, lonas de freio, sapatas, disco de freio, tambor de freio, cilindro de roda, cilindro mestre, servo freio, amortecedores. Abaixo o *market share* reposição do mercado doméstico referente ao exercício social encerrado em 2023.



Dados 2023. % Quantidade faturada/Mercado Potencial

Salienta-se que os produtos apresentados na imagem acima são os de maior representatividade, porém a Companhia possui um amplo portfólio automotivo conforme a imagem abaixo:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Os principais concorrentes da Companhia no Brasil são: TMD Friction do Brasil S.A. (Cobreq), Thermoid S/A Materiais de Fricção, Duroline S.A., TRW Automotive, Syl Sistema de Freio; MDS, Hipper Freios, ATE, Katho Auto Partes, Brembo, ZF TRW, Bosch, Marelli, Driv, Kyb.

Os principais concorrentes da Companhia no exterior são: Federal Mogul Corporation, Nisshinbo Holdings Inc. (TMD Friction), Akebono Brake Corporation, ITT Corporation e BPI Brake Parts Inc.

(c) eventual sazonalidade

Não há sazonalidade relevante nos mercados em que a Companhia atua.

(d) principais insumos e matérias primas: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Os principais insumos e matérias-primas utilizados no processo de fabricação dos materiais de fricção, componentes para sistema de freio e de suspensão, direção e *powertrain* produzidos pela Companhia são:

- i) Metálicos (alumínio, aço plano, sucata de ferro, ferro fundido, ferro gusa, fundidos e forjados).
- ii) Aglomerantes (resinas fenólicas, borrachas etc.);
- iii) Fibras orgânicas e inorgânicas dos mais variados tipos (fibra de aramida, de vidro, de carbono);
- iv) Abrasivos (óxido de alumínio, silicato de zircônio, óxido de cromo);
- v) Lubrificantes (grafites e sulfetos);
- vi) Modificadores de atrito (sulfato de bário, carbonato de cálcio, vermiculita); e

A Companhia adquire suas matérias-primas de grandes fornecedores, nacionais e internacionais, firmando contratos em reais, moeda estrangeira, principalmente o Dólar norte americano, ou em reais vinculados ao Dólar norte americano. Para as principais matérias-primas a Companhia possui no mínimo dois fornecedores nacionais ou internacionais previamente aprovados, além de conduzir um programa de capacitação e desenvolvimento de novos fornecedores, onde são avaliados itens como qualidade da matéria-prima, agilidade na entrega e preço. A Companhia não mantém contratos de fornecimento de longo prazo ou com exclusividade e realiza as compras de seus insumos conforme sua necessidade e planejamento. No segmento de montadoras, a Companhia assume ainda a obrigação de cadastrar previamente seus fornecedores junto aos seus clientes.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Na data deste Formulário de Referência, a relação da Companhia com seus fornecedores não estava sujeita ao controle ou regulamentação governamental e não havia dependência relevante de fornecedores para nenhuma das matérias primas utilizadas.

Adicionalmente, a Companhia é integrante da Randoncorp, um dos maiores consumidores de aço do Brasil, e, portanto, se beneficia de ganhos de escala na negociação para aquisição desta matéria-prima.

As matérias-primas adquiridas no Brasil chegam às unidades fabris da Companhia por meio de empresas de transporte contratadas pela Companhia que utilizam o modal rodoviário. Com relação às matérias-primas provenientes do exterior, chegam ao Brasil principalmente pelo modal portuário sob responsabilidade do fornecedor, e, a partir do porto, são transportadas por operadores logísticos contratados pela Companhia, também pelo modal rodoviário.

Com relação às unidades fabris da Companhia localizadas no exterior, as matérias-primas são adquiridas de fornecedores próprios, de forma a otimizar o controle de custos, velocidade do fornecimento e qualidade dos produtos adquiridos.

No segmento de montadoras, os contratos firmados pela Companhia preveem reajustes no preço de seus produtos conforme variação do preço de *commodities*, principalmente o aço e derivados do petróleo. No segmento de reposição não há volatilidade nos preços. Adicionalmente, no mercado externo, apesar de não haver volatilidade nos preços dos produtos da Companhia, flutuações na cotação do Dólar norte americano em relação ao Real causam volatilidade nas margens de contribuição dos produtos da Companhia.

1.5 Principais clientes

1. Atividade do emissor / 1.5 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total (a) montante total de receitas provenientes do cliente

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
(Em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total
Grupo Comolatti (Companhia Brasileira de Distribuição Automotiva S.A.)	381,04	11,24%

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas provenientes do cliente Grupo Comolatti são consideradas no segmento de reposição.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1. Atividade do emissor / 1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia no Brasil não exigem licenças ou autorizações governamentais especiais, além daquelas normalmente exigidas pela legislação para atividades potencialmente poluidoras e, por isso, a Companhia não considera relevantes os efeitos regulatórios da ação governamental nos seus negócios. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía todas as licenças necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Tríplice responsabilidade ambiental

A tutela ao meio ambiente tem expressa previsão na Constituição Federal, tendo o caráter de direito fundamental e indisponível (art. 225, caput), sendo também fixada a responsabilidade ambiental por condutas lesivas ao meio ambiente (art. 225, §3º), nas esferas civil, penal e administrativa, independentes entre si. Assim, em nosso ordenamento jurídico, a ocorrência de um mesmo evento ou fato que cause degradação ambiental pode ensejar a responsabilidade (i) administrativa, que envolve sanções previstas no Decreto nº 6.514/08 e na Lei nº 9.605/98 (“Lei de Crimes Ambientais”), incluindo multa, embargo e suspensão da atividade; (ii) civil, que consiste na obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente por meio de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias; e (iii) criminal, de acordo com o previsto na Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais).

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas, com consequências diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não necessariamente isenta o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, dispõe, nos termos de seu art. 70, que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, mais especificamente com o Decreto federal nº 6.514/2008, as infrações administrativas podem ser punidas com advertência; multa simples no valor de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal, bem como é delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/1981 (art. 14, §1º), que instaura a responsabilidade objetiva, extracontratual e solidária na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre aquele e a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental. O empreendedor, independentemente da existência de culpa deverá indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço nos estabelecimentos da Companhia ou fora deles, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais por eles causados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

A legislação ambiental prevê, ainda, que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (artigo 4º da Lei Federal nº 9.605/1998). A jurisprudência tem entendido que a insuficiência de bens para reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros é fato suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, a responsabilidade pela reparação de danos ambientais na esfera civil é imprescritível, conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (RE 654.833).

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Responsabilidade Criminal

Do ponto de vista criminal, a Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais sujeita as pessoas físicas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica está sujeita, de forma isolada, cumulativa ou alternativa às seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa.

Licenciamento ambiental

O uso racional dos recursos naturais e o exercício de atividades com potencial de impacto para o meio ambiente estão submetidos à autorização e fiscalização estatal, exercida nos termos da lei e de sua regulamentação, que é específica para cada tipo de recurso natural ou de atividade.

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6938/81) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais e/ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças, autorizações e registros legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, como regra, um sistema trifásico, no qual cada licença é emitida por um determinado período de validade e sua renovação ou emissão da licença subsequente restam condicionadas ao efetivo cumprimento das respectivas exigências técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. O licenciamento trifásico abrange a emissão sequencial das seguintes licenças: Licença Prévia ("LP"), Licença de Instalação ("LI") e Licença de Operação ("LO"). A realização de audiência pública para apresentação de informações sobre o projeto para a comunidade pode ser obrigatória para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de significativo impacto ambiental.

Em regra geral, as licenças ambientais possuem validade por período definido na licença e deverão ser periodicamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, para garantia da regularidade da atividade desenvolvida. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação da licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Vale ressaltar, contudo, que os Estados e Municípios têm autonomia para determinar prazos diferentes do previsto pela legislação federal para a renovação de licenças e autorizações ambientais de sua competência.

Os documentos são protocolados nos prazos estabelecidos e eventualmente ocorrem atrasos na emissão dos documentos, sem prejuízo para as atividades da Companhia, uma vez que o documento anterior continua válido até o recebimento do novo. A Companhia entende possuir um histórico de sucesso na obtenção e renovação das licenças relacionadas acima, envidando seus melhores esforços para atuar em consonância com a legislação brasileira vigente.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia.

A competência para o licenciamento ambiental é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei Complementar nº 140/2011 e da Resolução CONAMA nº 237/2007, no que não revogada ou contrária à Lei Complementar nº 140/2011. Para os empreendimentos de impacto ambiental supra regional ou realizados em áreas de interesse ou domínio da União, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, bem como os casos de impacto local sujeitos à competência dos municípios (empreendimentos com impacto local, desde que os municípios possuam convênio firmado com o Estado para o exercer o licenciamento), o órgão estadual é responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes.

Eventual descumprimento de licenças, autorizações, permissões e registros dos órgãos ambientais competentes ou a operação em desacordo com suas condicionantes sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

No âmbito administrativo, as multas por tais ilícitos variam entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), além de outras penalidades como advertência, embargos, demolição, fechamento temporário ou permanente do empreendimento ou suspensão das atividades, conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 6.514/2008.

Outorga de recursos hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (“PNRH”) estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público, seja para a captação de um corpo d’água (ainda que de poço artesiano e/ou para consumo público), ou para o lançamento em corpo d’água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

De acordo com a PNRH, considera-se infração administrativa a execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou pelo não atendimento das condicionantes nela impostas. Tais condutas ensejam a aplicação de penalidades, dentre as quais advertência, multa diária e/ou multa simples proporcional à gravidade da infração, sendo que em ambas, os valores aplicados podem variar de R\$100,00 (cem reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), além de embargo provisório ou definitivo.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso de o lançamento de efluentes fora dos padrões ensejar a poluição do corpo d’água, ou sanções criminais no caso de poluição ou uso de recursos hídricos sem a devida autorização.

Gerenciamento de resíduos sólidos

Nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010, empresas que geram resíduos sólidos são responsáveis pelo seu correto armazenamento, transporte e destinação final. A depender das atividades e da quantidade de resíduos gerada, os órgãos ambientais exigem que as empresas preparem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”), com a descrição da geração, manuseio, tratamento, estocagem, transporte, venda e destinação de quaisquer resíduos gerados pela empresa, com a indicação dos respectivos locais de disposição final (depósitos/aterros/incineradores).

A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades. Nesses casos, a Companhia pode ser considerada solidariamente responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros e também estaria exposta na esfera administrativa e criminal, a depender do seu envolvimento nos atos questionados.

Dessa forma, é fundamental que haja uma gestão conjunta de riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento da atividade, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de eventual responsabilização solidária. Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais.

A Companhia deve observar normas atinentes ao gerenciamento de resíduos sólidos e possui Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para tanto. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita, sobretudo, a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais). No âmbito administrativo, condutas relacionadas ao lançamento de resíduos sólidos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos, o descumprimento de obrigação prevista no sistema de logística reversa ou à conduta de deixar de manter atualizadas e disponíveis aos órgãos municipais competentes informações completas sobre a operacionalização do PGRS sob sua responsabilidade são consideradas infrações administrativas, passíveis de multas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos dos arts. 61 e 62 do Decreto Federal n. 6.514/2008.

Áreas Contaminadas

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público.

São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade caracteriza infração administrativa passível de multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na esfera administrativa, além de crime ambiental e da obrigação de reparar o meio ambiente.

Em âmbito federal, a Resolução nº 420/2009 do CONAMA dispõe sobre critérios e valores orientadores de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas.

Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação propter rem (ônus queacompanha o imóvel).

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas e efetiva remediação visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro, o que pode ensejar o desembolso de despesas significativas.

Feita a remediação, segue-se o monitoramento dos resultados obtidos por período de tempo a ser definido pelo órgão ambiental. Os resultados do monitoramento indicarão a eficiência da remediação. Eventuais restrições de uso decorrentes de contaminação anteriormente existente e que sejam verificadas após a remediação de áreas desativadas devem ser tornadas públicas, por meio da averbação no registro de imóveis competente.

A Companhia desenvolve atividades em áreas consideradas suspeitas de contaminação e com potencial de contaminação. Dessa forma, deve cumprir obrigações relacionadas à elaboração de estudos técnicos periódicos para monitoramento de tais áreas e pode ser demandada a implementar medidas de remediação, caso confirmada a existência de contaminação nesses imóveis.

Outras regulamentações aplicáveis

Por fim, as atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas ao registro junto ao órgão de classe, nos termos da Lei nº. 6.839/1980 e, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia detinha o Certificado de Regularidade de Registro e Responsabilidade Técnica válido emitido pelo Conselho Regional de Química - CRQ.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ("INMETRO") publicou a Portaria nº 55, de 30 de janeiro de 2014, revista em 21 de julho de 2011 ("Portaria nº 55") com o regulamento que define os requisitos mínimos de segurança para a fabricação, importação e venda de materiais de atrito destinados ao uso em freios de veículos rodoviários automotores no mercado de reposição.

Conforme a Portaria nº 55, o prazo estipulado para os fabricantes adequarem suas produções é até 28 de janeiro de 2016, onde o material de atrito usado nos sistemas de freios a disco ou a tambor de veículos rodoviários automotores deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os requisitos aprovados e devidamente registrados no referido órgão. Ou seja, todas as pastilhas e lonas de freios para veículos leves, comerciais e reboques fabricados no Brasil ou importados deverão ter o selo de identificação da conformidade do Inmetro e serem aprovadas em requisitos específicos, tais como, cisalhamento, dilatação e crescimento, compressibilidade a quente, compressibilidade a temperatura ambiente e detecção de asbestos.

No mês de agosto de 2015, a Companhia obteve a certificação de seus produtos, pastilhas e lonas de freio e sapatas, conforme a Portaria nº 17, de 29 de janeiro de 2015, e a Portaria nº 55, de 13 de março de 2019, ambas do INMETRO. Com o portfólio já certificado, a empresa atesta seu compromisso reforçado na visão, missão e negócio, em produzir itens de segurança que garantam frenagens seguras e eficientes aos veículos zelando por processos industriais que assegurem a eficiência e qualidade do produto final.

A autorização para uso do Selo de Identificação da Conformidade é concedida depois de cumpridos todos os requisitos exigidos e deve ser impresso, de forma clara, legível e indelével no corpo dos conjuntos lona e pastilha de freio e/ou nas embalagens.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e licença do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Em determinados municípios, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A controlada da Companhia ocupa imóveis por meio de contratos atípicos de locação, regidos pelo artigo 54-A da Lei 8.245/91 (“Lei de Locações”) no qual está previsto que na locação não residencial de imóvel urbano em que o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma do imóvel especificado pelo pretendente à locação prevalecerão as condições que as partes livremente pactuarem entre si, além dos procedimentos previstos na Lei de Locações.

Ainda, o §2º do art. 54 da Lei de Locações afasta a regra geral que prevê a possibilidade de o locatário devolver o imóvel arcando com a multa pactuada de forma proporcional ao período de cumprimento do contrato, uma vez que dispõe que em caso de denúncia antecipada do vínculo locatício, o locatário deverá arcar com a totalidade da multa pactuada no contrato de locação.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. A inobservância da legislação ambiental aplicável pode sujeitar a Companhia a sanções: (i) administrativas, que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, embargo, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades; e, (ii) criminais, podendo ser aplicadas as penas previstas pela Lei Federal nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”). Independentemente das sanções impostas nas esferas administrativa e criminal, a Companhia pode ser condenada à obrigação de reparar eventual dano ambiental causado independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo (responsabilidade civil objetiva). Apesar de não haver determinação expressa em lei nesse sentido, a maioria da doutrina e jurisprudência entende que ações de reparação de danos ambientais não estão sujeitas à prescrição por decurso do tempo.

Além disso, é importante ressaltar que a legislação ambiental estipula a responsabilidade solidária entre os poluidores. A vítima do dano ambiental, ou aquele que a lei autorizar, não está obrigada a processar todos os poluidores em uma mesma ação.

Por ser solidária a responsabilidade, pode-se escolher uma dentre todas as empresas poluidoras (aquela que tem todos os requisitos necessários para figurar como ré na ação, ou simplesmente a de melhor situação econômica) para a efetiva reparação do dano. Resta para a empresa acionada o direito de regresso contra as demais.

Diante da previsão da responsabilidade solidária, tem-se que a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço para a Companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não a isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso os terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. Assim, eventuais erros na gestão conjunta de riscos ambientais, imputáveis ou não à Companhia, podem resultar em responsabilização por danos ambientais, o que pode gerar efeitos adversos para a Companhia.

A aprovação de leis e regulamentos de proteção ao meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras da Companhia e sobre os seus resultados.

Abaixo estão relacionadas as certificações de cada unidade da Companhia:

UNIDADES	CERTIFICAÇÕES
Fras-le S.A.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001 - ISO45001 -ISO/IEC17025
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001 - ISO45001
Fras-le North America, Inc.	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001
Fremax Sistemas Automotivos EIRELI	ISO9001 - IATF16949 - ISO14001
Freios Controil Ltda.	ISO9001 - IATF16949
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd.	ISO9001 - IATF16949
Fanacif S.A.	ISO9001 - ISO14001
ASK Fras-le Friction Private Limited	ISO9001 - IATF16949
Farloc Argentina S.A.I.C. YF	ISO9001
Nakata Automotiva Ltda.	ISO 14001 - ISO 45001 - ISO 9001

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

O pioneirismo da Companhia também foi determinante no monitoramento do amianto, iniciado em 1983, movimento que eliminou totalmente essa matéria-prima das linhas de produção da Companhia, no início dos anos 2000.

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), além de garantir o cumprimento da regulação ambiental, tem como objetivos e metas minimizar e prevenir os impactos ambientais decorrentes do uso de recursos naturais e da geração de resíduos, o qual desenvolve sistematicamente ações voltadas à conservação ambiental, entre as quais:

- Busca de novas tecnologias para otimização do tratamento de resíduos;
- Indicadores específicos de medição do Desempenho Ambiental;
- Central de resíduos;
- Processo de compostagem;
- Sistema de captação de material particulado;
- Sistema de Tratamento de Efluentes;
- Sistema de recirculação interna de efluentes tratados;
- Monitoramento das emissões atmosféricas, resíduos líquidos e sólidos;
- Realização de atividades de educação ambiental para público interno e externo durante a semana que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Programa de recolhimento de material oriundo de trocas de produto descartado por novo, pelo cliente.

O Programa de Gerenciamento de Resíduos, tem como objetivo eliminar ou reduzir desperdícios em seu processo produtivo, e destinar adequadamente os resíduos ou rejeitos que possam causar danos ao meio ambiente. Os resíduos gerados recebem tratamento adequado, em conformidade com as normas e os padrões exigidos pelos órgãos ambientais.

O programa pró-ambiente consiste na realização da coleta e destinação dos materiais de fricção após o uso pelomercado. O objetivo deste programa é garantir o destino final adequado aos materiais usados, de forma a prevenir possíveis impactos ambientais, revelando dessa forma a convicção de que preservar o meio ambiente significa a própria sobrevivência e responsabilidade perante as gerações futuras, além de disponibilizar aos clientes um serviço adicional e diferenciado. Em 2023 foram recolhidos e destinados corretamente, em torno de 1.275 toneladas de lonas de freios descartadas por mais de 390 clientes cadastrados no programa.

Consumo de Água e Tratamento de Efluentes

A água utilizada na Companhia é proveniente do abastecimento da autarquia municipal e de poço artesiano. O uso de poços está condicionado à preservação do nível do lençol freático local, por este motivo foi instalado um sistema de controle automatizado de captação de água dos poços, com medições em tempo real, o que permite maior controle da vazão para não estressar a fonte.

Os efluentes são provenientes de sanitários, vestiários, restaurante, torres de resfriamento, lavador de gases, entre outros. O processo de tratamento dos efluentes é realizado através de um sistema de filtragem, com a adição de produtos químicos e biológicos, e monitoramento periódico.

O consumo de água na Frasle Mobility site Caxias do Sul ao longo de 2023 atingiu 101,4 milhões de litros e foram tratados aproximadamente 60,4 milhões de litros. A reutilização destes efluentes tratados correspondeu a um volume de 27,3 milhões de litros, representando 45%. Abaixo seguem os volumes de consumo, tratamento e reutilização de efluentes nos últimos 3 (três) anos da operação.

Ano	2023	2022	2021
Consumo (m ³)	101.409	91.056	75.242
Tratados (m ³)	60.357	63.902	61.411
Reutilizado (m ³)	27.246	24.866	25.708
% de reutilização	45%	39%	41%

Os investimentos na controladora relacionados à conservação ambiental, orientados pela Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), corresponderam nos últimos cinco anos, em média R\$6,2 milhões e no exercício de 2023 estes investimentos totalizaram R\$ 8,4 milhões um avanço de 21,7% quando comparado ao ciclo de 2022.

Em relação a tratados internacionais de proteção ambiental a Companhia não firmou formalmente nenhum compromisso oficial, pois acredita que as práticas e certificações descritas acima já são suficientes para manter um padrão de proteção e preservação ambiental adequado aos padrões internacionais geralmente aceitos.

Em 2021, a Randoncorp lançou o Programa Corporativo Rota Verde, que estabelece ações e metas a serem desenvolvidas por todas as unidades do Grupo considerando todos os aspectos da sustentabilidade, associadas ao meio ambiente e ao universo corporativo. Dentre esses compromissos, dois são ambientais, são eles:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Reduzir em 40% a emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e zerar o lançamento de efluentes tratados até 2025 atingindo 100% de reuso.

Ao longo de 2023 a Companhia manteve-se alinhada com a sua ambição ESG. Sobre os compromissos citados acima, a Companhia iniciou no fim do exercício a construção da Caldeira Verde na Frasle Mobility site Caxias do Sul, esse projeto visa o atingimento do compromisso público em reduzir em 40% a emissão de gases de efeito estufa até 2030, para mais informações vide item 2.10 desse formulário.

Sobre resíduos em aterro industrial, no ciclo de 2021 a Companhia enviou 3.724,3 toneladas de resíduos não perigosos para aterro industrial frente ao ciclo de 2023 foram 3.262,78 redução de 12,4%. Além disso, o reuso de água aumento 3,2% entre o período de 2021 a 2023 na Frasle Mobility site Caxias do Sul. A Companhia permanece ativa no cumprimento dos compromissos propostos.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades A

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

No tocante à Frasle Mobility, a companhia possui relevante interesse nos registros de suas propriedades intelectuais desenvolvidas, tendo em vista ser uma estratégia jurídica de proteção e de garantia de mercado, além de perpetuação da marca Randoncorp e da Fras-le Mobility. Por conta disso, há, inclusive, uma sinergia entre os diversos setores da Companhia a fim de garantir a efetividade dessas estratégias para manter a comercialização das marcas icônicas, presentes no nosso portfólio, reconhecidas pela tradição, qualidade e entrega, com alto nível de serviço e atendimento diferenciado, sendo referências nos seus mercados de atuação, tanto a nível nacional quanto internacional.

Patentes

No Brasil, a invenção de uma nova tecnologia, seja para produto ou processo, pode fazer jus a uma patente. Patente é um título que concede ao seu titular o direito de propriedade, contra terceiros, sobre uma invenção ou modelo de utilidade, por um período de 20 (vinte) ou 15 (quinze anos), respectivamente, contados da data do depósito, não prorrogável.

Atualmente, entre os pedidos concedidos e os que se encontram ainda em trâmite no INPI, a Frasle Mobility possui 54 registros de patentes, todos de grande relevância para a sua atuação no mercado nacional e internacional dentro de seu segmento. Além disso, tendo em vista a Companhia conduzir projetos de pesquisa e desenvolvimento destrutivos, algumas dessas tecnologias patenteáveis são alvo de licenciamento para outras empresas que exploram mercados distintos dos de atuação da Frasle Mobility, o que faz das patentes uma importante ferramenta de mercado para a Companhia.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuados diretamente ou por meio de terceiros

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não se aplica.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

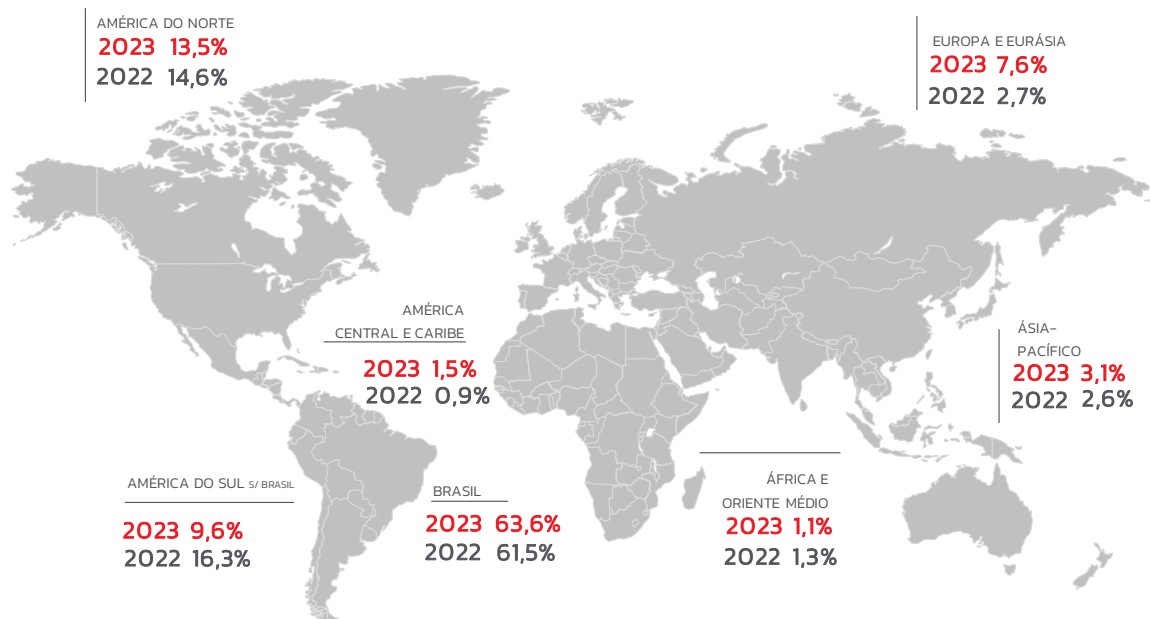
1. Atividade do emissor / 1.7 Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.156,5 milhões o que representa 64% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.232,2 milhões o que representa 36% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. Abaixo a distribuição de receita pelo globo.



1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1. Atividade do emissor / 1.8 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia está sujeita a regulação de produtos de segurança, principalmente nos Estados Unidos e na China, onde possui unidades fabris.

Estados Unidos da América: o desempenho dos sistemas de frenagem de veículos automotores é testado principalmente em função das normas FMVSS (*Federal Motor Vehicle Safety Standards*), emitidas pelo Departamento de Transporte dos Estados Unidos da América, que impõe requisitos baseados, dentre outros, em distância de parada e resposta às variações de temperatura. O material também é ranqueado conforme a Norma VESC V-3.

Adicionalmente, nos estados da Califórnia e de Washington, foram editadas novas legislações de cunho ambiental limitando a quantidade de amianto, cobre e outros componentes usados em materiais de fricção para freios de veículos automotores. Há tendência de que esta legislação seja expandida para os demais estados norte-americanos. A Companhia já desenvolve produtos que atendem a esta regulamentação e continua investindo em pesquisa e desenvolvimento para ampliar o seu portfólio nestas condições especialmente para os mercados afetados por estas legislações. Por fim, a Companhia está sujeita a licenças operacionais e de segurança normalmente exigidas pela legislação do Estado do Alabama e, até a data deste Formulário de Referência, atendia todas as regulamentações aplicáveis.

China: o órgão regulamentador é CNCA (*Certification and Accreditation Administration of the People's Republic of China*) – A norma utilizada é proveniente da GB “*GuoJia BiaoZhun*” que significa Bureau Nacional de Normas. Os materiais comercializados no mercado chinês devem conter um selo na embalagem na qual aparece a licença de produção da empresa e a norma GB que regulamenta o produto. Para materiais de fricção a norma regulamentadora é GB-5763-2018. Esta norma especifica as propriedades e requisitos que os materiais de fricção devem atender para ser comercializados no mercado chinês. Por fim, a Companhia está sujeita a licenças operacionais e de segurança normalmente exigidas pela legislação chinesa e, até a data deste Formulário de Referência, atendia todas as regulamentações aplicáveis.

Outros mercados para os quais a Companhia exporta seus produtos também contam com programas de certificação de materiais de fricção, são eles:

Europa: os materiais de fricção, discos e tambores de freio devem ser certificados segundo as normas ECE *Regulation* Nº13 e ECE *Regulation* Nº 90 para o fornecimento ao mercado de montadoras e reposição respectivamente. Tais normas estabelecem critérios mínimos de desempenho para materiais de fricção, no que tange seu coeficiente de atrito e propriedades mecânicas.

Rússia: os materiais de fricção produzidos estão de acordo com a certificação EAC e o Regulamento Técnico da União Aduaneira CU TR 018/2011. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos.

Colômbia: os materiais de fricção, cilindros de freio (mestre e roda), líquidos de freio, discos e tambores e a unidade fabril no qual são produzidos devem ser certificados segundo a *Resolución* MICT 4983:2011 baixo a norma NTC 1715:2005, (NTC 1884:2001 NTC 1652-1:2004), NTC 1721:2015, NTC 1783:2008 NTC 1392:2008 junto ao Instituto Colombiano de Normas *Técnicas y Certificación*. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos, além do sistema de qualidade adotado do fabricante.

Argentina: os materiais de fricção, cilindros de freio (mestre e roda), amortecedores e a unidade fabril no qual são produzidos devem ser certificados segundo a norma IRAM-AITA 6-C2:2002, IRAM-AITA 6-E4:2016, IRAM-AITA 6-A2:2020, (IRAM-AITA 4-D3:2020, IRAM-AITA 4-D2:2017) junto ao Instituto Argentino de *Normalización y Certificación*. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos, além do sistema de qualidade adotado do fabricante.

Venezuela: os materiais de fricção produzidos devem ser certificados segundo a norma COVENIN 767:2022 junto ao Instituto *Comisión Venozolana* de Normas Industriales. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos.

Equador: Os materiais de fricção produzidos devem ser certificados segundo a norma NTE INEN 2185:2017 junto ao *Servicio Ecuatoriano de Normalización*. Os requisitos envolvem o desempenho do material de fricção em ensaios mecânicos e tribológicos.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1. Atividade do emissor / 1.9 Políticas socioambientais

(a) indicar se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O ciclo de informações sociais, ambientais e de governança divulgadas pela Companhia ocorre de três formas, sendo:

- i) Trimestral: Através do release de resultados e apresentações;
- ii) Anual: Em seu Relatório da Administração, com os destaques das informações sociais, ambientais e de governança atualizadas, referente ao período em análise;
- iii) Anual: Em seu Relatório de Sustentabilidade, de forma mais aprofundada, com informações relacionada também aos temas sociais, ambientais e de governança, além da descrição das principais práticas de sustentabilidade, buscando constantemente a melhoria e a ampliação destas práticas.

Além disso, nos últimos anos a Companhia também realizou um evento específico para reportar os avanços relacionados aos compromissos públicos assumidos em conjunto com seu controlador Randoncorp, denominado "Ambição ESG".

(b) metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na última versão divulgada do Relatório de Sustentabilidade, relativa ao ano de 2022, a Companhia seguiu as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), padrão voluntário adotado por empresas dos mais diversos setores e países para o reporte de sustentabilidade que oferece uma metodologia de comparabilidade e evolução da gestão em sustentabilidade. Além de seguir as diretrizes do Relato Integrado, do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), com o objetivo de mostrar a interdependência entre os capitais do negócio e sua relevância à geração de valor em longo prazo e as diretrizes do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), padrão voluntário global para o reporte de sustentabilidade setorial.

(c) indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relatório de sustentabilidade de 2022 passou por verificação independente elaborado pela empresa ELEVATE Consulting. O processo de verificação foi conduzido de acordo com o padrão AA1000AS v3 (AA1000 Assurance Standard v3), na condição de verificação do Tipo 1, proporcionando um nível moderado de Assurance.

(d) indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

O último Relatório de Sustentabilidade da Companhia pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (ri.fraslemobility.com) no índice de Governança Corporativa no tópico sustentabilidade (<https://ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/>).

(e) indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Relativo ao último relatório divulgado, do ano de 2022, foi realizado um estudo de materialidade, que identificou os temas mais relevantes para a sustentabilidade do negócio a partir da perspectiva dos investidores (principais índices ESG do mercado de capitais), dos principais *frameworks* (GRI, SASB e ODS), das melhores práticas do setor (considerando os pares em todo o mundo) e da estratégia de atuação da Companhia que deu origem a Ambição ESG da Companhia onde os principais indicadores monitorados pela são os assumidos como compromissos públicos, sendo eles:

- Duplicar o número de mulheres em cargos de liderança até 2025;
- Zerar acidentes graves;
- Ampliar a receita líquida anual gerada por novos produtos;
- Reduzir 40% da emissão de gases de efeito estufa até 2030;
- Zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% do efluente tratado até 2025.

Para o ano de 2023 a Companhia revisou sua materialidade, sendo realizada pela primeira vez no conceito de dupla materialidade, que considera três eixos para análise dos temas prioritários: financeiro, riscos socioambientais e perspectiva dos stakeholders. No processo, foram identificados 9 temas materiais que foram distribuídos em 3 pilares:

- **Planeta:** Mudanças climáticas e qualidade do ar e ciclo de vida do produto;
- **Pessoas:** Atração, desenvolvimento e retenção de colaboradores, Direitos humanos e relações trabalhistas e Saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores.
- **Negócios:** Inovação e tecnologia, Privacidade e segurança dos dados, Ética, integridade e compliance e Segurança e excelência do produto.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(f) indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A partir de um estudo detalhado das sinergias entre nossa estratégia e Ambição ESG com os ODS, identificamos pelo menos dezessete objetivos nos quais nossa atuação pode ter impacto positivo. Ao avaliar a relevância e a urgência de nossa atuação em cada um deles, identificamos sete como sendo prioritários ao nosso negócio, que são:

- ODS 5 – Igualdade de gênero
- ODS 7 – Energia limpa e acessível
- ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 9 – Indústria inovação e infraestrutura
- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12 - Consumo e produção responsáveis
- ODS 16 - Ação contra a mudança global do clima

A partir da materialidade de 2023, os ODS priorizados são: 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13 e 16.

(g) indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O relatório de sustentabilidade da Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas especificamente a questões climáticas.

(h) indicar se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa nos escopos 1 e 2. Em 2022, registramos um total de 29,0 mil tCO₂e em nossas emissões. As emissões de Escopo 1 registraram um total de 19,3 mil tCO₂e, uma redução de 20,3% em relação a 2021. As emissões de Escopo 2, totalizaram 9,7 mil tCO₂e, em comparação à 13,3 mil tCO₂e em 2021.

Temos o compromisso público, em conjunto à Randoncorp, de reduzir as nossas emissões totais de gases de efeito estufa em 40% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. Adicionalmente, os nossos indicadores de consumo de energia são continuamente monitorados, por meio do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Em 2022, consumimos 763,4 mil GJ de energia, uma queda de 8,2% no consumo em relação ao ano anterior. Para informações mais detalhadas, vide o relatório de sustentabilidade da Companhia, através do website: <https://ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/>.

(i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i.a não divulgação de informações ASG

Não se aplica.

ii.a não adoção da matriz de materialidade

Não se aplica.

iii.a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não se aplica.

iv.a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não se aplica.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia está em fase de análise e elaboração de projeto para implantação das recomendações emanadas pela TCFD (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*), a ser realizada nos próximos ciclos.

vi.a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1. Atividade do emissor / 1.10 Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1. Atividade do emissor / 1.11 Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 1.12 deste Formulário nos três últimos exercícios sociais.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1. Atividade do emissor / 1.12 Principais operações societárias

Aquisição AML Juratek Limited

Por meio de Fato Relevante a Companhia divulgou em fevereiro de 2023 a celebração de contrato de compra e venda entre a controlada Fras-le Europa BV e a AML Juratek Limited com sede na cidade de Doncaster, Reino Unido. A AML Juratek é controladora da Juratek, que atua há 28 anos e da Bettaparts, que atua há mais de 40 anos, ambas no mercado europeu de reposição de autopeças. A estrutura é composta por três centros de distribuição sendo dois da Juratek e um da Bettaparts. A operação insere-se na estratégia da Companhia de ampliação de seus negócios no setor de reposição em mercados maduros, por meio da diversificação de produto e expansão de marcas em seu portfólio. O preço de aquisição foi de £18,22 milhões.

1.13 Acordos de acionistas

1. Atividade do emissor / 1.13 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou acordo com acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1. Atividade do emissor / 1.14 Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1. Atividade do emissor / 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não celebrou contratos relevantes pelo emissor e suas controladas.

1.16 Outras informações relevantes

1. Atividade do emissor / 1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores / 2.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas neste item 2 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB e às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além de normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores.

As informações constantes deste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.fraslemobility.com) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm/pt-br).

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Exercício de 2023

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (Dívida líquida dividida pelo EBITDA) foi de 0x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.050,4 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 59,5 milhões, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0x. O EBITDA atingiu R\$ 667,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando margem EBITDA de 19,7% no período. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 664,7 milhões, representando uma Margem EBITDA Ajustada de 19,6%, acréscimo de R\$ 189,1 milhões quando comparado com o EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Exercício de 2022

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total (Dívida líquida dividida pelo EBITDA) foi de 0x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 567,9 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 2,0 milhões negativos, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0x. O EBITDA atingiu R\$ 453,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando margem EBITDA de 14,8% no período. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 475,6 milhões, representando uma Margem EBITDA Ajustada de 15,6%, acréscimo de R\$ 62,3 milhões quando comparado com o EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) estrutura de capital

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2023	31/12/2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não)	2.050.885	1.987.438
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.838.188	1.763.901
Capital total (terceiros + próprio)	3.889.073	3.751.339
Parcela de capital de terceiros	52,7%	53,0%
Parcela de capital próprio	47,3%	47,0%

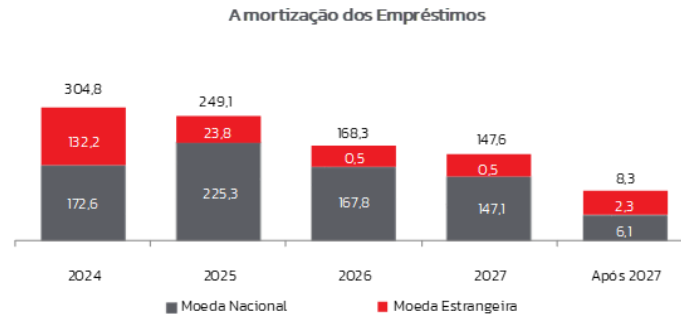
Exercício de 2023

Adicionalmente, a Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas e os recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. Os Diretores entendem que os níveis atuais do índice de liquidez corrente e solvência estão em boa situação em 2023. O índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante em 31 de dezembro de 2023) foi de 2x. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia pagou R\$ 161,2 milhões de principal de Empréstimos e R\$ 108,8 milhões em juros referentes a Empréstimos. No mesmo período foram captados novos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

empréstimos no montante de R\$ 94,7 milhões. A diminuição da dívida líquida está atrelada ao aumento das disponibilidades de caixa e redução de empréstimos. A dívida líquida no fim do exercício era de R\$ 59,5 milhões equivalente a 0x do EBITDA.

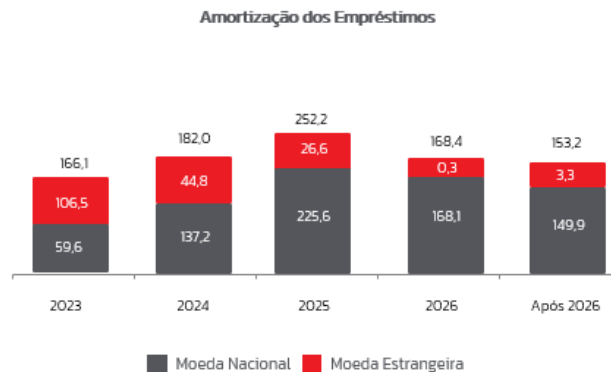
(Em Milhões de R\$)



Exercício de 2022

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou R\$ 199,2 milhões de principal de Empréstimos e R\$ 94,4 milhões em juros referentes a Empréstimos. No mesmo período foram captados novos empréstimos no montante de R\$ 157,7 milhões, além da Oferta Restrita de ações (*Follow on*) captando R\$629,4 milhões em abril de 2022. A redução da dívida líquida foi influenciada pela geração de caixa, somado a manutenção dos investimentos. A dívida líquida no fim do exercício era de R\$ 2,0 milhões equivalente 0x do EBITDA.

(Em Milhões de R\$)



(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém sua capacidade de pagamento dos compromissos financeiros de curto e longo prazo. O índice de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA) permaneceu 0x entre os exercícios de 2022 e 2023.

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômico-financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos da Companhia que visa a maximizar o giro dos ativos operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia foi de 2,1x enquanto no mesmo período de 2022 era de 2,7x.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP, FUNDOPEM, FINAME, NCE, PPE e acesso ao mercado de capitais, por meio da emissão de debêntures, dentre outros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para as necessidades de capital que a Companhia utiliza no curso regular dos seus negócios são o caixa operacional e os empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas disponibilidades são suficientes para atender as suas necessidades regulares de capital. A Companhia possui acesso rápido a linhas de crédito, considerando os bons índices de avaliação junto a instituições financeiras, caso haja descasamento entre essas disponibilidades e as obrigações vincendas no curto prazo da Companhia.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo relaciona os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Empréstimos e Financiamentos Bancários (R\$ milhões)

	Indexador	Juros a.a.	Vencimento final	Consolidado	
				2023	2022
Circulante					
Moeda nacional:					
NCE	CDI+	1,29% a 2,60%	Fev/27	103.836	24.611
Debêntures (a)	CDI+	1,45%	Jul/27	49.094	14.935
Vendor (b)	CDI+	4,00%	Jan/24	11.036	12.341
Fundopem (c)	IPCA+	1,00% a 3,00%	Jun/36	1.834	2.869
FINEP	TJLP+	0,80%	Mar/30	1.424	1.428
Capital de Giro	CDI+	1,93%	Ago/24	5.251	277
FINAME	IPCAI+	4,92%	Dez/24	132	133
Empréstimo Financeiro Direto	CDI+	1,32%	Fev/23	-	2.984
Moeda estrangeira:					
PPE	Term Sofr 6M	3,23% a 3,53%	Jul/25	24.284	26.226
NCE	Fixo	3,65%	Out/24	15.972	17.455
Capital de Giro	Fixo	6,25% a 9,14%	Jun/24	55.010	33.741
Capital de Giro	Sofr+	2,25%	Mai/24	19.991	21.570
Term Loan	Libor 3M+	2,75%	Jul/23	-	6.940
Term Loan	Fixo	2,00%	Ago/28	527	548
Overdraft	UK base rate+	2,30%	Mai/24	16.428	-
Total				304.819	166.058
Não circulante					
Moeda nacional:					
Debêntures	CDI+	1,45%	Jul/27	383.575	418.004
NCE	CDI+	1,29% a 2,60%	Fev/27	147.500	242.560
FINEP	TJLP+	0,80%	Mar/30	7.343	8.741
Fundopem (c)	IPCA+	1,00% a 3,00%	Jun/36	7.792	6.406
Empréstimo Capital de Giro	CDI+	2,22%	Ago/24	-	5.000
FINAME	IPCAI+	4,92%	Dez/24	-	132
Moeda estrangeira:					
PPE	Term Sofr 6M	3,23% a 3,53%	Jul/25	23.275	50.170
NCE	Fixo	3,65%	Out/24	-	16.958
Capital de Giro	Fixo	6,25% a 9,14%	Jun/24	-	3.300
Term Loan	Fixo	2,00%	Ago/28	3.838	4.541
Total				573.323	755.812
Total de empréstimos				878.142	921.870

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo, somavam em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 304,8 milhões, já em 31 de dezembro de 2022, o montante foi de R\$166,1 milhões. Tais valores consistem, principalmente, em financiamentos ao mercado externo, vendor, NCE, e empréstimos com recursos do BNDES, FINEP e Fundopem.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 573,3 milhões, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$755,8 milhões. Tais valores consistem,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente, em financiamentos ao mercado externo, NCE, Debêntures e empréstimos com recursos do FINEP e Fundopem.

Abaixo seguem as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos mais relevantes da Companhia. Salienta-se que a Companhia vem cumprindo regularmente as condições, garantias e restrições acordadas nos termos desses contratos:

A Companhia realizou a emissão de debêntures que se referem a captações emitidas em 22 de junho de 2020 e 15 de julho de 2020, nos montantes de R\$210 milhões cada, totalizando R\$420 milhões sendo que todas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sob regime de subscrição. O vencimento final será em julho de 2027. Salienta-se que existem *covenants* de dívida por Ebitda e a Companhia está cumprindo os mesmos. Informações adicionais referentes a emissão de debêntures, podem ser acessadas no site da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 432,7 milhões.

Em agosto de 2021, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil, a NCE no valor de R\$ 110 milhões a ser quitada em 31 parcelas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais com fim em julho de 2025, o saldo devedor sofre incidência de juros correspondentes a 120,9% do CDI. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 112,8 milhões, adicionalmente compõem o total de NCE no respectivo período o monte de R\$ 154,5 milhões totalizando em 31 de dezembro de 2023 R\$ 267,3 milhões.

Em setembro de 2020, a Companhia celebrou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, referente ao financiamento no montante total de R\$ 11,3 milhões, sendo que o desembolso de R\$ 10 milhões aconteceu em 13 de novembro de 2020 e o saldo remanescente aconteceu em 19 de julho de 2021. A última parcela do financiamento foi liberada em 2023, além disso o saldo devedor sofre a incidência da TJLP mais 0,8% de juros fixos ao ano. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 8,8 milhões.

A sua controlada Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda celebrou contrato de capital de giro junto ao Banco do Brasil S/A no montante de R\$ 5 milhões, com amortização final em agosto de 2024. O saldo devedor sofre incidência de 118,5% do CDI. A dívida é avalizada pela Fras-le S/A. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 5,3 milhões.

Com maior relevância na composição do saldo de Capital de Giro e Term Loan, constam empréstimos renovados junto ao Citibank durante o ano de 2023 para a Fras-le Norte América e Fras-le Índia (ASK) e vencimentos previstos durante o ano de 2024, com saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 31,8 milhões. Também compõem o saldo de Capital de Giro valores captados, durante o ano de 2023, junto ao Itaú no Uruguai, para a controlada Fanacif, que perfaziam o montante de R\$ 41,3 milhões. O exercício foi encerrado com R\$ 79,4 milhões.

As empresas Juratek, que foram adquiridas em 2023, pela Fras-le S/A através de sua subsidiária na Europa, captaram recursos, em junho de 2023, via contrato de Overdraft junto ao HSBC com vencimento previsto para 2024 e saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 16,4 milhões.

As operações no exterior acima descritas possuem *Parent Guarantee* da Fras-le S/A.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será apresentada em ordem de preferência de liquidação:

- 1) Obrigações sociais e trabalhistas;
- 2) Impostos a recolher;
- 3) Empréstimos e financiamentos com garantias reais (atualmente, não aplicável);
- 4) Demais empréstimos e financiamentos;
- 5) Outros passivos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns contratos de financiamentos celebrados pela Companhia contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados *covenants* financeiros não forem cumpridos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os índices financeiros estabelecidos foram atendidos pela Companhia.

Para fins dos índices referidos acima, considera-se:

“Dívida Líquida” a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e as contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

“EBITDA” o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, da depreciação e da amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. O cálculo do Ebitda deverá incluir o Ebitda proforma das empresas adquiridas pela Emissora não consolidadas integralmente no período de apuração.

Os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente previstas em operações financeiras que limitam, dentre outros eventos, a alienação de ativos da Companhia e a alienação/transfêrencia do seu controle societário. As principais cláusulas encontram-se descritas nas escrituras de Emissões de Debêntures que podem ser acessadas no site da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>).

A Companhia entende que as cláusulas de quaisquer dos contratos de financiamento dos quais é parte não restringirão de maneira significativa a capacidade de contratar novas dívidas para satisfazer as necessidades de capital, caso seja necessário. Adicionalmente, nenhuma das cláusulas desses contratos restringe diretamente a capacidade de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio da Companhia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia estava em conformidade com as restrições citadas por esses contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui financiamentos e empréstimos garantidos por avais/fianças da Randon S.A. Implementos e Participações no montante de R\$ 7.649 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). A Frasle Mobility presta avais e fianças para suas controladas no valor total de R\$ 162.705 (R\$ 142.354 em 31 de dezembro de 2022) em operações de empréstimos e financiamentos.

Indicadores	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Covenant Financeiro (Dív. Líquida/Ebitda)	-0,09x	0,0x	1,9x
Covenant Financeiro Limite	≥ 3,5x	≥ 3,5x	≥ 3,5x
% Do Endividamento atrelado a Covenants Financeiros	49%	47%	44%

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue tabela que apresenta a evolução durante os anos de 2023 e 2022 dos contratos que estavam em vigor, que possuíam limite de crédito aprovado e em fase de desembolso:

Consolidado (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Financiamentos		
Contratado	121.884	78.266
Liberado	48.179	44.112
Saldo a liberar	73.705	34.154

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício sociais encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia:

Receita operacional líquida: o IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle dos produtos (dentro outro, avaliação da transferência de riscos e benefícios mais significativos a propriedade do produtos) forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega; b) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado. c) Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Custo Vendas e Serviços: o Custo Vendas e Serviços é composto de (i) matérias-primas e outros materiais usados e consumidos na produção; (ii) fretes de matérias primas; (iii) outros custos, incluindo depreciação, custo de mão de obra, serviços de terceiros, entre outros.

Receitas (despesas) operacionais: as receitas (despesas) operacionais são compostas principalmente por (i) despesas com vendas, compostas por fretes de nossos produtos finais e comissões; (ii) despesas administrativas e gerais, compostas por despesas com as áreas de apoio, tais como qualidade, suprimentos, manutenção e despesas com pesquisa e desenvolvimento; (iii) despesas com honorários fixos da administração; (iv) outras despesas operacionais, compostas principalmente por participações de resultados, provisões e outros resíduos de venda de imobilizados; e (v) outras receitas operacionais, compostas principalmente por venda de imobilizados (ex. sucata). A Companhia não divulga as receitas (despesas) operacionais por segmento, pois tais itens não são informados de forma segregada aos responsáveis pelas tomadas de decisões na Companhia.

Lucro Bruto ou Lucro Operacional: é a diferença entre receita operacional líquida e o custo de fazer o produto ou prover o serviço, antes de deduzir *overheads*, folha de pagamento, impostos, e pagamento de juros.

Despesas c/ Vendas: as despesas com vendas são relacionadas com todos os gastos que envolvem o processo de comercialização de um produto ou serviço.

Despesas Administrativas: despesas administrativas são os gastos gerais de uma empresa que não estão ligados diretamente a produção. São exemplos gasto com conta telefônica, recepção, limpeza e departamento jurídico. Podem-se separar as despesas de uma empresa em operacionais e administrativas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras Despesas / Receitas: demais despesas que não classificadas como de vendas ou administrativas e que não se relacionam à produção de um produto.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro está relacionado aos resultados obtidos mediante as atividades que não possuem relação direta com as operações.

Receitas financeiras: as receitas financeiras abrangem principalmente receitas de variações cambiais, juros sobre rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com derivativos, ajustes a valor presente e outras receitas financeiras.

Despesas financeiras: as despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, juros sobre empréstimos e financiamentos, perdas com outras operações de derivativos, ajustes a valor presente, variações monetárias, despesas bancárias, e outras despesas financeiras, compostas principalmente por descontos concedidos, taxas (IOF) e comissões.

Lucro Antes IRPJ e CSLL ou LAIR: é o lucro antes dos impostos sobre o resultado.

Provisão para IRPJ e CSLL: a Provisão para IRPJ e CSLL é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, conforme Lei nº 9.249/95.

A Provisão para IRPJ e CSLL compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Lucro Líquido: representa o lucro restante depois que todo o custo e as despesas (incluindo impostos) foram deduzidos da receita em um determinado período.

Participação dos administradores nos lucros: as despesas com participações de administradores nos lucros encontram-se prevista no artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária, os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Companhia que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: (a) 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia; ou (b) o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos Diretores. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 39 do Estatuto Social.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				
	31/12/2022	AV%	31/12/2022	AV%	AH% 2023/2022
Receita operacional líquida	3.388,7	100,0%	3.058,2	100,0%	10,8%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-2.250,1	-66,4%	-2.154,7	-70,5%	4,4%
Lucro Bruto	1.138,6	33,6%	903,5	29,5%	26,0%
Despesas operacionais, líquidas	-595,6	-17,6%	-570,4	-18,7%	4,4%
Vendas	-313,0	-9,2%	-291,6	-9,5%	7,3%
Administrativas e gerais	-250,0	-7,4%	-211,1	-6,9%	18,5%
Resultado da equivalência patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-100,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-32,5	-1,0%	-67,8	-2,2%	-52,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	543,0	16,0%	333,0	10,9%	63,1%
Receitas Financeiras	337,4	10,0%	323,5	10,6%	4,3%
Despesas Financeiras	-434,2	-12,8%	-462,8	-15,1%	-6,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ajuste de correção monetária	80,9	2,4%	55,2	1,8%	46,6%
Lucro Antes dos Impostos sobre o lucro	526,7	15,5%	248,8	8,1%	111,7%
Imposto de renda e contribuição social	-137,9	-4,1%	-45,5	-1,5%	203,2%
Lucro Líquido do exercício	388,7	11,5%	203,3	6,6%	91,2%

Receita operacional líquida

Conforme o quadro acima, a receita operacional líquida apresentou aumento de R\$ 330.5 mil, ou 10,8%, no exercício de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022. Essa variação é explicada pela evolução da receita operacional líquida em cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme abaixo:

Montadoras: houve aumento de R\$ 7,0 mil, ou 1,8%, na receita operacional líquida do segmento de montadoras, passando de R\$ 397.5 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 404.4 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, decorrente da retomada gradativa por ganhos de novos negócios e pela baixa da taxa Selic, que estimulou o retorno de financiamentos de veículos novos.

Reposição: houve aumento de R\$ 323.5 mil, ou 12,2%, na receita operacional líquida do segmento de reposição, passando de R\$ 2.660,7 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.984,2 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, decorrente, principalmente, de: estratégia segmentada por cada região de atuação; internacionalização da Companhia; demanda crescente do número de passagens pelas oficinas para manutenção de veículos; fortalecimento em estratégias de marketing das marcas e fortalecimento de portfólio e companhias de vendas.

Excepcionalmente no ano de 2023 a Companhia registrou um impacto financeiro de R\$115,1 milhões negativos decorrente da forte desvalorização do peso argentino devido a novas sanções político econômicas do país. A Companhia ressalta que atuar no país fortalece a distribuição geográfica, premissa estratégica dos negócios. Também se destaca que as operações no país possuem estratégias de precificação de estoques e aplicações das disponibilidades de caixa atreladas ao dólar além de um time experiente e disciplinado na busca de resultados.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram aumento de R\$ 95,4 mil ou 4,4%, no comparativo 2023x2022. Em 2023, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 2.250,0 mil, o que representa 66,4% da receita líquida do período. O mesmo período de 2022 foi concluído com 70,5% do custo sobre a receita líquida totalizando R\$ 2.154,7 mil.

Contribuíram para esse resultado, eficiência na gestão operacional com compras de suprimentos estratégicas, negociação de preço de produtos comanufaturados e esforços na redução de custos operacionais, adicionalmente a deflação de custos de insumos e a valorização do Real frente ao Dólar Norte Americano também são fatores para a manutenção crescente da margem bruta.

Despesas operacionais

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2023	31/12/2022	% 2023/2022
Despesas c/ Vendas	-313,0	-291,6	7,3%
Despesas Variáveis c/Vendas	-115,2	-101,5	13,5%
Outras Despesas c/ Vendas	-197,9	-190,1	4,1%
Despesas Administrativas	-250,0	-211,1	18,5%
Outras Despesas / Receitas	-32,5	-67,8	-52,0%
Outras Despesas Operacionais	-102,0	-101,0	1,1%
Outras Receitas Operacionais	69,5	33,2	109,6%
Equivalência Patrimonial	-0,5	0,0	-2929,8%
Total Desp/Rec Operacionais	-596,0	-570,4	4,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

São destaques:

- As despesas com vendas aumentaram 7,3% devido ao retorno de feiras, exposição e eventos nacionais e internacionais;
- A linha de outras despesas operacionais registrou impacto de não recorrentes, são eles: provisão de litígio de R\$37,1 milhões e substituição da linha de pintura a base de água para eletrostática a pó no montante de R\$ 2,4 milhões da controlada Nakata; *impairment* de ativos na controladora no montante de R\$ 0,8 milhão e nas unidades controladas Fras-le Europe B.V. de R\$ 0,6 milhão e Fanacif de R\$ 11,9 milhões.
- Em outras receitas operacionais houve a reversão de provisão relacionada a superveniência da Nakata de R\$ 28,5 milhões, o que se refere majoritariamente à atualização da projeção contratual vinculada ao aproveitamento de créditos tributários que foi alterada pela Lei nº 14.789/23, Lei da Tributação das Subvenções, a qual estabelece que os benefícios fiscais concedidos pelo estado de Minas Gerais relativo ao ICMS passam a ser tributados via Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e contribuições ao PIS e COFINS e R\$ 24,5 milhões referente a ação rescisória da controlada Nakata sobre a exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Resultado financeiro

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2023	31/12/2022	% 2023/2022
Variação Cambial	93,3	175,9	-46,9%
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras	219,0	108,6	101,7%
Ajuste a Valor Presente	19,7	17,2	14,0%
Outras Receitas Financeiras	5,4	21,7	-75,1%
Receitas Financeiras	337,4	323,5	4,3%
Variação Cambial	-201,2	-226,2	-11,0%
Juros sobre Financiamentos	-109,1	-112,0	-2,6%
Ajuste a Valor Presente	-37,9	-27,5	37,8%
Despesas Bancárias	-47,1	-52,0	-9,4%
Outras Despesas Financeiras	-38,9	-45,2	-13,8%
Despesas Financeiras	-434,2	-462,8	-6,2%
Ajuste Correção monetária	80,9	55,2	46,7%
Resultado Financeiro	-15,9	-84,2	-81,2%

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$15,9 milhões negativo, sendo os principais destaques: variação entre dólar x real de 8,1 pontos percentuais entre os anos de 2023 e 2022 (R\$ 5,28 BRL/USD dez/2022 vs. R\$ 4,85 BRL/USD dez/2023); juros sobre rendimentos de aplicações financeiras crescem devido da maior disponibilidade de caixa; as operações da Argentina impactaram positivamente o resultado financeiro no montante de R\$118,0 milhões no que tange inflação e reconversão e relacionado aos eventos não recorrentes, a Companhia registrou impacto negativo no resultado financeiro de R\$11,8 referente atualização a valor presente da combinação de negócios da Nakata.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, o imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 137,9 milhões o que representa 203,1% superior em relação a 2022 que foi concluído com R\$45,5 milhões. O crescimento está atrelado ao aumento das vendas e conseqüentemente da receita líquida.

Lucro líquido do exercício

O ano de 2023 foi concluído com R\$ 388,7 milhões em lucro líquido e margem líquida de 11,5% o que representa 4,8 pontos percentuais de avanço frente a 2022 que foi concluído com R\$ 203,3 milhões e 6,6% de margem.

Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa da Companhia divide-se entre atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Companhia em 2023 foi de R\$ 1.037,5 mil contra R\$ 105.1 mil negativos em 2022. Essa variação ocorreu principalmente em função da majoração de lucro líquido, aumento das vendas no exercício e impacto da inflação e desvalorização cambial.

Atividades de investimentos

O caixa líquido usado nas atividades de investimentos da Companhia totalizou R\$ 236.4 mil negativos em 2023 contra R\$ 87.4 mil negativos do ano de 2022. A majoração dessa linha está vinculada a combinação de negócios no montante de R\$100,8 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 318,6 mil negativos em 2023, uma redução de R\$ 715,279 mil em comparação com o exercício social anterior que foi finalizado com R\$396,7 milhões. A oscilação acontece porque em 2022 a companhia realizou integralização de capital (*follow-on*) no montante de R\$629,4 milhões.

(Em R\$ mil)	Exercício encerrado em 31/12/2023	Exercício encerrado em 31/12/2022	Varição 2023 x 2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.037,5	-105,1	1.142,6
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-236,4	-87,4	-149,0
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	-318,6	396,7	-715,3
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	482,6	204,3	278,3

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentários dos diretores / 2.2 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil)	Exercício encerrado em 31/12/2023	Exercício encerrado em 31/12/2022
Mercado doméstico	2.156.474	1.882.132
Mercado externo	1.232.183	1.176.038
Receita operacional líquida	3.388.657	3.058.171

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta, principalmente, pelos pagamentos que são recebidos dos seus clientes decorrentes das vendas de materiais de fricção, sistema de freio, sistema de suspensão e outros.

No exercício de 2023, a receita operacional líquida proveniente do mercado doméstico foi de R\$ 2.156,5 milhões, o que representa 63,6% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia. O exercício de 2022 totalizou o montante de R\$ 1.882,1 milhões representando 61,5% do total das receitas operacionais líquidas da Companhia no período.

O crescimento no mercado doméstico foi estimulado pelo mercado de reposição que se manteve aquecido, registrando fluxo crescente de veículos pelas oficinas, redução do preço dos combustíveis e redução da taxa Selic, que impulsiona o mercado de consumo. Além dos fatores econômicos, a Companhia consolidou estratégias comerciais, com maior disponibilidade de produtos e fortalecimento das marcas. Na linha para veículos comerciais, o ano se manteve com alta demanda, impulsionada pelo fortalecimento do relacionamento com clientes e ganho de espaço no mercado. O mercado de Montadoras, também se destacou pela retomada gradativa de novos negócios após paralisações das fábricas por baixa demandas de veículos novos.

A receita operacional líquida proveniente do mercado externo totalizou em 2023 R\$ 1.232,2 milhões, representando 36,4% do total de receita operacional líquida no período e 4,8 pontos percentuais de avanço frente a 2022 que foi concluído com R\$1.176,0 milhões.

O crescimento é devido a inclusão das receitas da aquisição da AML Juratek Limited, consolidação do centro de distribuição da Fras-le Panamericana com fortalecimento do portfólio de pastilhas para veículos leves e aos novos negócios em montadora conquistados pela Fras-le Índia – ASK.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia é afetado, principalmente, pela demanda por materiais de fricção, componentes para o sistema de freio, suspensão e direção, que, por sua vez, é impactada pela situação econômica nacional e global, e pelas taxas de câmbio e inflação.

Demanda e situação econômica nacional e global

A Companhia está inserida em um mercado competitivo, porém, possui um modelo de negócio diferenciado, onde o seu faturamento bruto é diversificado entre os segmentos de mercado de reposição e montadoras e ambientes doméstico e externo. Sempre que houver mudanças no cenário econômico ou nas tendências da indústria de autopeças que impacte adversa e diretamente a demanda pelos produtos produzidos pela Companhia, deverão ser tomadas medidas com o fim de mitigar o resultado negativo dessas oscilações. Por outro lado, tendemos a nos beneficiar de condições econômicas favoráveis no Brasil e no mundo, principalmente pela expansão da frota circulante, envelhecimento da frota circulante, pelo aumento na demanda por veículos novos, bem como, pelo aumento nos volumes de cargas e transportes em geral.

Taxas de câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pela volatilidade do câmbio tanto positiva quanto negativamente. A Companhia efetua vendas para o exterior e está exposta ao risco cambial decorrente de exposição de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos. A desvalorização do Real frente a moedas como o Dólar norte americano e o Euro, costuma resultar em um aumento das margens nas vendas para o exterior, enquanto a valorização possui o efeito reverso.

As exportações (correspondente à receita líquida exportada sem eliminações *intercompany*) totalizaram 541,5 milhões no exercício de 2023, enquanto no exercício de 2022 este valor correspondeu a R\$ 546,0 milhões. A redução apresentada no exercício de 2023 refere-se à variação entre dólar x real de 8,9 pontos percentuais entre os anos de 2023 e 2022 (R\$ 5,28 BRL/USD dez/2022 vs. R\$ 4,85 BRL/USD dez/2023).

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Variações taxas de câmbio e derivativos

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar americano. O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em hedge natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Desde janeiro de 2014, a Companhia designava formalmente para *hedge accounting* como os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

Em relação aos empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou R\$ 161,2 milhões do principal dessa dívida, enquanto em relação a novos empréstimos foram captados R\$ 94,7 milhões. Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 878,1 milhões, dos quais R\$ 304,8 milhões ou 35% são de curto prazo e R\$ 573,3 milhões ou 65% são de longo prazo.

Em relação empréstimos e financiamentos do circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia pagou R\$ 199,2 milhões do principal dessa dívida, enquanto em relação a novos empréstimos foram captados R\$ 157,7 milhões. Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 921,9 milhões, dos quais R\$ 166,1 milhões ou 18% são de curto prazo e R\$ 755,8 milhões ou 82% são de longo prazo.

Variações da Inflação

A Companhia é afetada pela inflação no que tange seus custos e despesas operacionais, sendo que os principais índices aplicados são INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado). Baseado em fontes externas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o INPC correspondia a 3,71%, e o IGP-M -3,18%. Em 31 de dezembro de 2022, o INPC correspondia a 5,93% e o IGP-M 5,46%. A variação nos índices mencionados acima pode impactar nos custos com matéria prima, mão de obra e energia elétrica. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o impacto da inflação na receita operacional líquida foi moderado.

Variações nos volumes de vendas

Em relação ao volume de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em peças (Materiais de Fricção) foram vendidas 103,8 milhões de unidades e 98,5 milhões de unidades respectivamente.

Em relação aos volumes de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em peças (Componentes de Freio) foram vendidas 9,5 milhões de unidades e 8,7 milhões de unidades respectivamente.

Em relação aos volumes de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em peças (Componentes de Suspensão, Direção e *Powertrain*) foram vendidas 19,4 milhões de Unidades e 16,6 milhões de unidades. A seguir o detalhamento da receita operacional líquida por produto:

(R\$ milhões, exceto %)	31/12/2023	AV%	31/12/2022	AV%
Fricção	1.635,4	48,3%	1.502,7	49,1%
Componentes p/ Sistema de Freio	676,0	19,9%	591,6	19,3%
Componentes p/ Sistema de Suspensão, Direção e <i>Powertrain</i>	948,6	28,0%	821,0	26,8%
Outros Produtos	128,7	3,8%	142,8	4,7%
Receita Operacional Líquida	3.388,7	100,0%	3.058,2	100%

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi concluído com crescimento em todas as famílias de produtos. O crescimento na linha de materiais de fricção é devido ao mercado de reposição brasileiro aquecido em reparos na oficina, além disso, a Companhia trabalhou em reposicionamento de linhas e expansão das marcas; para sistema de freio, o aumento está vinculado na ampliação de portfólio e suporte de produtos

2.2 Resultados operacional e financeiro

adicionais, além da nova linha de pintura *Maxcoating* que agregou valor com o revestimento protetivo para os discos de freio; os componentes para sistema de suspensão, direção e *powertrain* obtiveram ganhos em *market share* na linha de amortecedores em decorrência ao aumento de produtividade, estratégias de compras de produtos comanufaturados e sinergias com o centro de distribuição da controlada Nakata.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Impactos da inflação

A Companhia adquire insumos e produtos do mercado interno e externo, para manter sua operação principal de fabricação e venda de produtos manufaturados. A inflação impacta no desempenho da Companhia na medida em que suas despesas que não são atreladas ao Dólar, sofrem aumentos como por exemplo: salários e materiais de uso e consumo estão indexados aos principais índices de inflação. Por consequência, as matérias-primas bem como outros materiais necessários na fabricação incorrem igualmente em aumentos. O processo inflacionário tem impacto negativo principalmente nas margens de contribuição e no resultado líquido da Companhia.

A variação cambial impacta tanto na receita da Companhia, que possui parte de seu faturamento em dólares oriundo das exportações, quanto nos custos dos produtos vendidos em que parte desses custos são atrelados ao Dólar. No que tange aos financiamentos a Companhia tem parte expressa em reais e dólar, no entanto, utiliza instrumentos financeiros a fim de manter o equilíbrio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentários dos diretores / 2.3 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas e já divulgadas ao mercado pela Companhia e a Companhia não realizou a adoção antecipada de outras normas.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentários dos diretores / 2.4 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia realizou a aquisição da AML Juratek em 01 de março de 2023, conforme fato relevante divulgado na data. Em 2023, não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária com exceção a anteriormente comentada.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Em 2022, com apoio de seus assessores jurídicos e tributários, no contexto do ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza Sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Administração da Companhia entende que a decisão do STF e com base em jurisprudências e temas similares, indicam que a aceitação do tratamento fiscal de não incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa SELIC é provável pela autoridade tributária responsável. Com base nisso, a Companhia reconheceu, em 30 de setembro e em 31 de dezembro de 2022, os valores decorrentes desta matéria em suas informações financeiras, na rubrica de impostos sobre o lucro no resultado do período e as atualizações monetárias no resultado financeiro. Os valores foram calculados considerando efeitos retroativos que se aplicam por 5 anos da data de ingresso da ação judicial. Considerando que a Companhia só poderá compensar ou restituir os valores destes créditos após o processo ser transitado em julgado, a Companhia irá estimar, com base na melhor expectativa, a data que o processo transitará em julgado e a partir desse evento demonstrar a projeção financeira para recuperabilidade do ativo.

Oferta Restrita de Ações (*Follow on*)

Em abril de 2022 a Companhia publicou em fato relevante com aprovação do aumento de capital social mediante a emissão de 52.450.000 novas ações no âmbito de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476 no preço por ação de R\$ 12,00, homologando o montante total de R\$ 629.400.000,00.

A totalidade dos recursos líquidos provenientes da Oferta Restrita serão destinados para expansão dos negócios da Companhia, incluindo aquisições, *greenfields*, *joint ventures* e/ou outros acordos comerciais estratégicos; investimentos nos negócios e produtos desenvolvidos pela Companhia, incluindo a exploração de novas tecnologias e a expansão das unidades produtivas atuais; e, capital de giro.

2.5 Medições não contábeis

2. Comentários dos diretores / 2.5 – Medições não contábeis

a) informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

O **EBITDA** (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“[Instrução CVM 156](#)”), conciliada com a medida contábil (lucro líquido) apresentadas nas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização (“**EBITDA**”).

A **Margem EBITDA** é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida (“**Margem EBITDA**”). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes, incluindo, mas não se limitando a i) *Impairment* de ativos; ii) Processos diversos; iii) Reestruturação societária subsidiárias; iv) Impacto de ganhos de processos tributários; vi) Atualização combinação de negócios; e *Hedge accounting*.

A **Margem EBITDA Ajustado** é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ajustada, se for o caso. Assim como a Margem EBITDA, este indicador também não é uma medida reconhecida dentre as normais brasileiras e internacionais de contabilidade. Além disso, não possui um significado padrão e não é comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS. EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e outras sociedades, inclusive companhias fechadas, podem adotar esse significado diferentes e, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens não recorrentes.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

IFRS	Exercício social encerrado em
(Em milhões de reais, exceto %)	31/12/2023
EBITDA ¹	667,2
Margem EBITDA ²	19,7%
EBITDA Ajustado ³	664,7
Margem EBITDA Ajustada ⁴	19,6%
Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (múltiplo) ⁵	59,5
1 EBITDA corresponde ao resultado operacional acrescido da depreciação e amortização.	
2 A Margem EBITDA é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.	
3 calcula-se o EBITDA Ajustado devolvendo ao EBITDA as despesas e receitas consideradas não recorrentes.	
4 Margem EBITDA Ajustada é uma porcentagem resultante da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.	

2.5 Medições não contábeis

5 O endividamento financeiro líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre a subtração da dívida bruta e disponibilidades consolidadas com o EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme ICVM nº 156/22.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem Financeira

A dívida bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, é composta por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), instrumentos financeiros – passivo (circulante e não circulante), débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinação de negócios.

A dívida líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à dívida bruta deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras de liquidez não imediata (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros - ativo.

A alavancagem financeira corresponde à dívida líquida da Companhia, dividida pelo EBITDA dos últimos doze meses.

Os três indicadores acima são consolidados, e não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à dívida líquida, dívida bruta e alavancagem financeira elaboradas por outras empresas. Eles apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez, desempenho. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira não possuem significado padrão e outras sociedades, inclusive companhias fechadas, podem adotar esse significado diferentes e, portanto, nossa apresentação pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023:

IFRS (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2023
Dívida Bruta ¹	1.030.066
Dívida Líquida ²	59,478
Alavancagem Financeira ³	0 x
1 Dívida Bruta corresponde aos empréstimos e financiamentos da Companhia, somados aos instrumentos financeiros do passivo patrimonial, débitos com empresas ligadas e contas a pagar por combinações de negócios.	
2 Dívida líquida é a dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo patrimonial.	
3 Alavancagem financeira é a é calculado pela divisão entre dívida líquida consolidada com o EBITDA Consolidado dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme ICVM nº 527/12.	

(b) conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro líquido do exercício para o EBITDA e do EBITDA para o EBITDA Ajustado, bem como os cálculos da Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado (todos já explicados na letra “a”) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Reconciliação do lucro líquido consolidado para o EBITDA e EBITDA Ajustado (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2023
Lucro Líquido	388,7
Resultado Financeiro	15,9
Depreciação	124,7
IRPJ e CSLL	137,9
EBITDA	667,2
Margem EBITDA	19,7%

2.5 Medições não contábeis

Eventos não recorrentes	-2,5
Impairment de ativos	13,3
Ação rescisória Nakata	-24,5
Atualização combinação de negócios	-28,5
Exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	37,1
EBITDA Ajustado	664,7
Margem EBITDA - Ajustada	19,6%

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da dívida bruta, da dívida líquida e alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023:

Reconciliação das dívidas bruta e líquida e da alavancagem financeira (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2023
Disponibilidades	1.089.543
Dívida Bruta	-1.030.066
Dívida Líquida	59.478
EBITDA	667,250
Alavancagem financeira	0 x

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medidas não contábeis descritas abaixo são amplamente utilizadas pelo mercado e possibilitam aos investidores acompanhar o desempenho financeiro da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. Não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicadores de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. Também não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações, razão pela qual entende ser importante sua inclusão no Formulário de Referência. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, na medida em que não considera determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras e despesas com amortização e depreciação. Dessa forma, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são divulgados pela Companhia para evidenciar qual seria o resultado dos indicadores EBITDA e Margem EBITDA caso determinadas receitas e despesas, consideradas pontuais e atípicas aos resultados da Companhia, não tivessem ocorrido. Esse indicador permite uma melhor compreensão do desempenho operacional e financeiro da Companhia, no entanto não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis vigentes adotadas no Brasil e pode ser definido e calculado de maneira diversa por outras empresas.

Dívida bruta, dívida líquida e alavancagem financeira

A Companhia considera a dívida bruta e dívida líquida, medidas práticas para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. A dívida bruta e dívida líquida

2.5 Medições não contábeis

não são consideradas medidas de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possuem significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

A Companhia considera a alavancagem financeira, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para nosso capital de giro. Este índice também não é considerado uma medida de desempenho financeiro pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e não possui significado padrão, nem definição comparável a outras Companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentários dos diretores / 2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

Captação Sustentável

Em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia firmou contrato de financiamento com a *International Finance Corporation* “IFC”, membro do Grupo Banco Mundial. A captação perfaz o montante de R\$ 250.000, com prazo de pagamento de até 9 anos e com carência de 2 anos. Os recursos serão destinados principalmente aos projetos voltados à sustentabilidade, atrelados ao compromisso público de reduzir 40% das emissões de gases de efeito estufa. O atingimento da meta trará um benefício de desconto nos juros do financiamento a partir de 2026.

Encerramento Fanacif S.A.

Em 16 de abril de 2024, através de comunicado ao mercado, a Companhia informou o encerramento das atividades fabris da controlada FANACIF S.A. (“FANACIF”) em Montevideo, Uruguai, como parte de uma estratégia de otimização de footprint em resposta aos desafios comerciais enfrentados ao longo dos últimos anos. A Frasle Mobility assegura o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela FANACIF e garantirá todo o suporte durante o processo de encerramento. A Companhia continuará operando no mercado do Uruguai, mantendo suas operações comerciais e de distribuição no país.

Calamidade pública Rio Grande do Sul

Em 02 de maio, a Companhia divulgou, por meio de comunicado ao mercado, a suspensão temporária das atividades presenciais de algumas de suas unidades fabris, localizadas no Rio Grande do Sul, em função do estado de calamidade pública vivenciado no estado, decorrente das fortes chuvas. A operação da Frasle Mobility site Caxias do Sul retornou as operações já no dia em 06 de maio, mas a Frasle Mobility site Controil, localizada em São Leopoldo, teve a operação alagada e ficou paralisada até o dia 21 de maio. O retorno gradual aconteceu a partir do dia 22 de maio, e no dia 27 de maio, a operação retornou às atividades presenciais, em todas as áreas e turnos de trabalho. Este retorno foi avaliado cuidadosamente, sempre prezando pela segurança dos funcionários.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentários dos diretores / 2.7 – Política de destinação dos resultados

	2023
(a) regras sobre retenção de lucros	<p>No que se refere à retenção de lucros, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Estatuto Social vigente no período, foram observadas as seguintes destinações: (a) Reserva Legal, em valor equivalente a 5% do lucro líquido, que não excederá a 20% do capital social; (b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria; (c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes, quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das alíneas anteriores; (d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 39; e (e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supramencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do Capital Social.</p> <p>A Companhia possui, ainda, Reservas de Incentivos Fiscais, reconhecidas no passivo em função da adesão ao programa "FUNDOPEM/RS" e outros incentivos utilizados para fomentar sua atividade econômica concedidos através do Programa Federal Rota 2030, destinado à cadeia automotiva.</p>
(b) regras sobre distribuição de dividendos	<p>Conforme estabelecia o Art. 39 do Estatuto Social vigente no período, os acionistas tiveram direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, o correspondente a 25% do lucro líquido.</p> <p>Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia pode creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.</p> <p>Prescreve em três anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, nos termos do artigo 287, II, "a" da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Os dividendos deverão ser pagos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data em que forem declarados, salvo se houver deliberação em sentido contrário pelos acionistas em Assembleia, sendo que, em qualquer caso, esse pagamento deverá ocorrer dentro do mesmo exercício social em que tiverem sido declarados.</p> <p>No exercício de 2023, a Companhia remunerou os acionistas como segue: Juros sobre o capital próprio (líquido de IRF) no valor total de R\$107.474 mil imputados aos dividendos; e, dividendos no valor de R\$ 35.266 mil, que somados aos juros sobre o capital próprio pelo valor bruto de IRF, representam 45,31% do lucro ajustado. O valor total da remuneração aos acionistas no exercício foi de R\$142.740 mil.</p>
(c) periodicidade das distribuições de dividendos	Os juros sobre o capital próprio distribuídos no ano de 2023, foram pagos em agosto de 2023, janeiro e abril de 2024.
(d) restrições à distribuição de dividendos	N/A
(e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em 27 de julho de 2020. A Política pode ser consultada no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.fraslemobility.com/), em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentários dos diretores / 2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas a sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentários dos diretores / 2.9 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

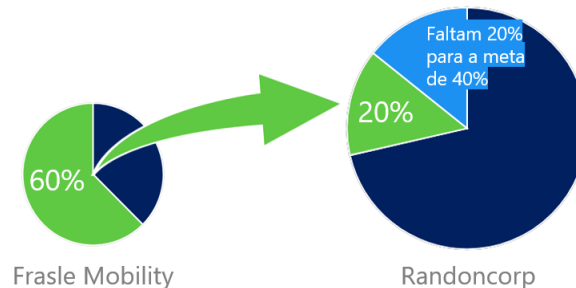
2. Comentários dos diretores / 2.10 - Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Caldeira verde

No ano de 2023, a Companhia deu início a construção da “Caldeira Verde”, fonte de energia limpa (biomassa) em substituição ao gás natural. Esse projeto, está conectado ao compromisso público assumido em conjunto com a Randoncorp de reduzir em 40% a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030. A caldeira verde tem previsão orçamentária de R\$ 17 milhões dos quais R\$ 4 milhões foram utilizados em 2023. O projeto representa 60% de redução de emissão na Frasle Mobility e 20% da meta do compromisso público. A inauguração está prevista para início de 2025.



Modernização Centro de Distribuição - AutoStore

Em 2024, a Companhia dará início aos investimentos relacionados a modernização do centro de distribuição em Extrema/MG. O projeto conta com uma estrutura avançada de robótica, engenharia e sistematização visando a alta performance em distribuição de produtos com desembolso de aproximadamente R\$ 25 milhões.

Capacidade

Na unidade Frasle Mobility, site Fremax, está prevista a conclusão da construção da subestação de energia, que aumentará a capacidade de produção em 25% e eliminará o uso de geradores a óleo diesel. Este projeto representa um investimento total estimado em cerca de R\$ 18 milhões para o ano de 2024. Antecipa-se que a obra será finalizada até o início de 2025. Já na Unidade Frasle Mobility, site Controil, teremos investimentos na ordem de aproximadamente R\$ 4 milhões para novas células de usinagem de cilindro mestre e cilindro de roda.

Eficiência e produtividade

Serão realizados investimentos de aproximadamente R\$ 13 milhões relacionado ao processo de fabricação de pastilhas para veículos comerciais envolvendo alteração no processo de cura e novos equipamentos para indicação de desgaste.

Composs – Smart Composites

Durante o ano de 2023 a Composs, que possui seus negócios vinculados a materiais compósitos estruturais, realizou ampliação e robotização da linha produtiva devido a novos projetos vinculada a montadora. O investimento contou com a parceria da Auttom, unidade especializada em automação e robotização da Randoncorp. Para o ano de 2024 está previsto novo investimento da ordem de aproximadamente R\$ 4,0 milhões relacionado a internação dos metálicos e do processo de pintura.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos junto a terceiros. Importante ressaltar que, no dia 28 de fevereiro de 2024, a Frasle Mobility, firmou contrato de financiamento com a *International Finance Corporation*, maior instituição global de desenvolvimento voltada para o setor privado nos mercados emergentes e que faz parte do Grupo Banco Mundial onde foram captados R\$ 250 milhões para potencializar iniciativas de sustentabilidade. Entre as principais ações que serão beneficiadas com os recursos está o projeto chamado “Caldeira Verde”, iniciativa que consiste na construção de uma nova caldeira

2.10 Planos de negócios

alimentada por biomassa, na unidade fabril da Frasle Mobility em Caxias do Sul mencionada acima nos investimentos previstos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia prevê desinvestimentos relacionados ao encerramento das atividades da controlada Fanacif S.A. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 16 de abril de 2024. Para mais informações sobre o encerramento da planta industrial, vide item 1.1 deste formulário ou acesse pelo link: [Comunicado ao Mercado](#).

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

NIONE

Unidade controlada pelo Centro Tecnológico Randon (CTR) que é uma sociedade entre a Randoncorp e Frasle Mobility, a NIONE nasceu de estudos científicos onde, foi possível desenvolver uma tecnologia aplicada no processo de obtenção de um insumo (pré-mix) que potencializa as propriedades de outros materiais, conferindo maior durabilidade, resistência mecânica e alterando de forma significativa suas características físico-químicas.

Em 2023, a Companhia lançou a mercado um aditivo desenvolvido para tratamentos de superfície, trata-se de um aditivo nanoestruturado com óxido de nióbio para tratamentos de superfície metálica e pré-tratamentos de pintura, que aumenta em até 70% a resistência a corrosão destes produtos.

Além disso, a Fremax inaugurou nova linha de pintura de discos de freio que utiliza o “aditivo nanoestruturado para coatings” fornecido pela NIONE. O aditivo NIONE contém nanopartículas de pentóxido de nióbio, que agem para melhorar a performance da pintura e aumentar a resistência à corrosão, viabilizando desta forma a utilização de tinta à base d’água para este tipo de aplicação. A nova linha de pintura também apresenta ganhos de desempenho no processo de fabricação, com secagem ultrarrápida e baixo consumo de energia, por meio de um exclusivo processo de cura por micro-ondas. Tais características, associadas ao aumento de resistência à corrosão, redução da camada de tinta e à formulação à base d’água, atendem ao compromisso da NIONE de sustentabilidade.

Compass

O avanço tecnológico da Frasle Mobility no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a mobilidade chega a uma nova etapa com a criação da marca Compass. O movimento representa a evolução da marca Smart Composites, lançada em 2021 para habilitar novas tecnologias focadas em materiais compósitos estruturais de forma pioneira no mercado latino-americano.

Os compósitos, foco da tecnologia da Compass, são constituídos a partir da combinação de materiais de diferentes naturezas químicas e diferentes propriedades resultando em novos materiais com desempenho superior, e têm apresentado êxito como alternativa, principalmente, na substituição de componentes metálicos. A diminuição de peso, que pode superar 60%, é uma das principais vantagens em aplicações automotivas, pelo impacto direto no consumo de combustível e na emissão de gases poluentes na atmosfera. Mais leve, o veículo pode transportar mais carga, aumentando a competitividade do negócio.

Copper-free

Visando atendimento da legislação americana que restringe o uso de cobre e suas ligas a partir de 2025, a Companhia investiu em pesquisas para o desenvolvimento de produtos livre desse metal. A linha de pastilhas comerciais para freios ar (ADB) foi fortalecida com desenvolvimento de várias formulações sem o uso de cobre.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Em 2023, foi investido 1,2% da receita operacional líquida da Companhia destinada para projetos de desenvolvimento de tecnologias e novos produtos.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há outro projeto em desenvolvimento, exceto os já divulgados.

2.10 Planos de negócios

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos últimos anos, foram destinados em média 1,5% da receita operacional líquida da Companhia para projetos de desenvolvimento de tecnologias mais competitivas, modernas e sustentáveis, que permitem competir em novos e específicos mercados e nichos de negócio.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Frasle Mobility assume com seriedade sua responsabilidade em contribuir para a construção de um futuro melhor, pautado pela responsabilidade, eficiência e prosperidade para todos. Nesse contexto, todas as estratégias e ações diárias da empresa são orientadas pelo princípio fundamental que guia sua gestão: ser uma entidade comprometida com a sustentabilidade ambiental, justiça social e viabilidade econômica.

Com o firme propósito de avançar cada vez mais nessa trajetória, a Companhia mantém seu compromisso e foco na Ambição ESG, estabelecendo metas e compromissos até 2025 e 2030, visando promover a sustentabilidade em todas as áreas do negócio.

Para construir a Ambição ESG, foi realizado um estudo de materialidade, que identificou os temas mais relevantes para a sustentabilidade do negócio a partir da perspectiva dos investidores (principais índices ESG do mercado de capitais), dos principais frameworks (GRI, SASB e ODS), das melhores práticas do setor (considerando os pares em todo o mundo) e da estratégia de atuação da Companhia. Embora a matriz de materialidade da Companhia tenha sido revisada no ano de 2023, os compromissos públicos assumidos em 2021 permanecerão válidos até o final do ciclo de 2025.

Compromissos públicos

A estratégia de sustentabilidade da Companhia está intrinsecamente ligada a missão de construir um futuro mais promissor, promovendo soluções e relacionamentos que geram valor de forma segura e sustentável. A seguir, são apresentados os compromissos públicos assumidos pela Frasle Mobility, juntamente com a Ranconcorp na construção desse futuro:



Materialidade 2023 – 2025

Parte integrante da gestão da empresa é manter uma escuta ativa dos *stakeholders* através do processo de materialidade. Nesse sentido, pela primeira vez, foi adotada a metodologia da dupla materialidade, que incorpora a perspectiva dos riscos e impactos dos fluxos internos e externos, tanto nas ameaças quanto nas oportunidades relacionadas à sustentabilidade. A identificação e priorização dos temas consideraram tanto uma perspectiva financeira quanto de impactos socioambientais. Esse processo resultou na identificação de 9 temas prioritários, os quais foram agrupados em 3 pilares estratégicos denominados PLANETA, PESSOAS e NEGÓCIOS.

Environmental = Planeta

Identificar e desenvolver oportunidades de ganhos de ecoeficiência em nossa operação, com foco em

2.10 Planos de negócios

promover a circularidade, o uso eficiente de recursos e o combate às mudanças climáticas, além de estimular avanços na gestão ambiental de fornecedores e clientes

- Gestão do ciclo de vida do produto

- Mudanças climáticas e qualidade do ar

Social = Pessoas

Potencializar a geração de valor para nossos públicos, com apoio ao desenvolvimento dos colaboradores, ambiente diverso e inclusivo, estímulo ao desenvolvimento de práticas sustentáveis em nossos fornecedores e inclusão socioeconômica das comunidades.

- Atração, desenvolvimento e retenção de colaboradores

- Direitos humanos e relações trabalhistas

- Saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores

Governance = Negócios

Garantir a sustentabilidade do negócio por meio da inovação e tecnologia, qualidade, segurança e excelência, buscando avanços no transporte de carga e na cadeia de valor, potencializando o desenvolvimento sustentável e mantendo a ética, a transparência e a prestação de contas a todos os nossos stakeholders.

- Inovação e tecnologia

- Privacidade e segurança de dados

- Ética, integridade e compliance

- Segurança e excelência do produto

As novidades relacionadas a cada pilar, assim como os avanços relacionados aos compromissos públicos assumidos são atualizados anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Companhia que pode ser encontrado no website de RI no seguinte endereço: ri.fraslemobility.com/sustentabilidade/

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentários dos diretores / 2.11 - Outros fatores com influência relevante

A companhia não possui outras informações sobre Comentários dos Diretores além daquelas já informadas nos itens anteriores deste capítulo.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções / 3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Com o objetivo de orientar o mercado em relação ao desempenho dos negócios, a Companhia divulga projeções dos principais indicadores de desempenho anualmente, conforme abaixo:

- Receita Líquida Consolidada
- Receitas Mercado Externo
- Margem EBITDA
- Investimentos

Tais indicadores são validados no processo de planejamento estratégico da Companhia e respaldados pela avaliação do cenário macroeconômico doméstico e dos países com os quais a Companhia mantém relações comerciais, bem como, indicadores setoriais, da indústria automotiva, e o comportamento de mercado em seus segmentos de atuação.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

2023

No dia 24 de abril de 2023 a Companhia divulgou o *Guidance* para o ano de 2023. Estas projeções são acompanhadas mensalmente e revisadas semestralmente e novamente reportadas a conhecimento do mercado, se for o caso. O prazo de validade da projeção realizada é a divulgação dos resultados do exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023.

2024

No dia 11 de março de 2024 a Companhia divulgou o *Guidance* para o ano de 2024. Estas projeções são acompanhadas mensalmente e revisadas semestralmente e novamente reportadas a conhecimento do mercado, se for o caso. O prazo de validade da projeção realizada é a divulgação dos resultados do exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

2023

Receita Líquida Consolidada

- Manutenção da boa demanda no mercado de reposição impulsionado pelos preços elevados de veículos novos, aumentando a procura por seminovos;
- Linha comercial com boa perspectiva movimentada pelo agronegócio brasileiro e exportações;
- Intervalo de valores não considera receitas futuras de novos M&As.

Receitas Mercado Externo

- Crescimento dos volumes relacionado a novos projetos e repasse de preço contratual na América do Norte; e
- Manutenção dos volumes na América do Sul.

Margem EBITDA

- Cenário desafiador para negociação de preços;
- Inflação de insumos seguem presentes em algumas cadeias;
- Captura de sinergias de combinações de negócios; e
- Intervalo de valores não considera efeitos não-recorrentes.

Investimentos

- Recursos destinado à automação de linhas produtivas, aumento de capacidade e manutenção e conservação dos ativos; e
- Intervalo de valores não considera integralização de capital e investimentos não-orgânicos.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

2024

Receita Líquida Consolidada

- Preço elevado dos veículos 0km e envelhecimento da frota, mantém o mercado de reposição de linha leve aquecido no Brasil;
- Linha comercial positiva impulsionado por crescimento de equipamentos originais, *trucks* e *trailers*;
- Incremento de volumes em montadoras impulsionado por nomeações recentes em ADB (*Air Disc Brake*);
- Aumentos de capacidade realizados nos últimos anos (Nakata, Controil, Fras-le Norte América) permitem crescimento de *market share*;
- Taxa de câmbio considerada para a conversão das receitas do mercado externo de R\$ 5,00 para cada US\$ 1,00;
- Intervalo de valores não considera receitas de novos projetos e M&A's.

Receitas Mercado Externo

- Taxa de juros em patamares elevados nos países da zona do euro e EUA movimentam o mercado de reposição;
- *Powerhouse* ganhando força na América Latina e Europa;
- AML Juratek compando o resultado do ano completo.

Margem EBITDA

- Estabilidade dos preços de vendas, uma vez que já adequados ao cenário de mercado atual;
- Importados com maior competitividade;
- Captura de sinergias de empresas adquiridas;
- Inflação em queda e maior estabilidade na cadeia de suprimentos;
- Efeito positivo de ganhos de eficiência operacional;
- Intervalo de valores não considera efeitos não-recorrentes.

Investimentos

- Manutenção e conservação de ativos;
- Aumento de capacidade (construção da subestação de energia na Fremax);
- Eficiência e produtividade (automação logística no centro de distribuição em Extrema/MG);
- Projetos ESG (caldeira verde na Fras-le);
- Intervalo de valores não considera integralização de capital e investimentos não-orgânicos.

A Companhia ressalta que as informações sobre as perspectivas dos negócios e projeções são previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração e são válidas até sua efetiva concretização ou até a realização de novas análises e revisões, que identifiquem valores diferentes para as projeções apresentadas em decorrência de alterações nas premissas utilizadas.

Essas projeções estão sujeitas a riscos e incertezas, não constituindo promessa de desempenho. Em caso de alteração relevante nestes fatores, que podem fazer com que os resultados concretos sejam diferentes dos projetados, elas serão oportunamente revisadas.

d) objeto e valores da projeção

GUIDANCE 2023

Conforme Fato relevante divulgado em 24 de abril de 2023, a Companhia divulgou sua projeção empresarial ("Guidance") para o ano de 2023 e realizou revisão da mesma em 27 de setembro de 2023. A projeção válida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi:

	Guidance 2023 ¹
Receita Líquida Consolidada	R\$ 3,3 ≤ X ≤ R\$ 3,7 bilhões
Receitas Mercado Externo ²	US\$ 230 ≤ X ≤ US\$ 280 milhões
Margem EBITDA	18% ≤ X ≤ 22%
Investimentos ³	R\$ 110 ≤ X ≤ R\$ 140 milhões

¹ Valores não consideram potenciais impactos decorrentes de mudanças tributárias;

² Valor referente à soma das exportações a partir do Brasil e das receitas geradas pelas operações no exterior, líquido das operações intercompany;

³ Valor referente a investimentos orgânicos.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

GUIDANCE 2024

Conforme Fato relevante divulgado em 11 de março de 2024, a Companhia divulgou sua projeção empresarial ("Guidance") para o ano de 2024, qual seja:

	Guidance 2024 ¹
Receita Líquida Consolidada	R\$ 3,7 ≤ X ≤ R\$ 4,0 bilhões
Receitas Mercado Externo ²	US\$ 250 ≤ X ≤ US\$ 290 milhões
Margem EBITDA	17% ≤ X ≤ 21%
Investimentos ³	R\$ 130 ≤ X ≤ R\$ 170 milhões

¹ Valor referente à soma das exportações a partir do Brasil e das receitas geradas pelas operações no exterior, líquido das operações intercompany;

² Valor referente a investimentos orgânicos.

3.2 Acompanhamento das projeções

3. Projeções / 3.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

No ano de 2023 não ocorreram substituições e/ou alterações de projeções. A última mudança ocorreu em 2022, conforme abaixo:

Antes de 2022:

- Receita Bruta Total
- Receita Líquida Consolidada
- Investimentos
- Receitas Mercado Externo
- Importações

A partir de 2022:

- Receita Líquida Consolidada
- Receitas Mercado Externo
- Margem EBITDA
- Investimentos

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

2023

O *Guidance* 2023 foi divulgado em 24 de abril de 2023 e a comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho verificado no primeiro trimestre de 2023 constam no Formulário ITR 1º trimestre de 2023 da Companhia divulgado em 9 de maio de 2023, item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais”. Referido Formulário ITR 1º Tri 2023 da Companhia está disponível:

(i) na página de relações com investidores da Companhia na internet (<https://ri.fraslemobility.com/>). No referido endereço, selecione a opção “Informações a Investidores” e “Central de Resultados” no canto superior da página; em seguida, selecione opção “2023” no canto direito; em seguida, selecione, na linha “ITR/DFP”, o documento na coluna “1T23”; o item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” está na página 77 do PDF; e

(ii) na página da CVM na internet (<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=6211>). No referido endereço, selecione em “Data de Entrega” a opção “No Período” e insira no campo “De” a data “09/05/2023” e no campo “Para”, a data de consulta; em seguida, selecione no item “Categoria” a opção “ITR – Informações Trimestrais” e clique em “Consultar”; em seguida, na linha cujas colunas “Data de Referência” e “Status” indiquem respectivamente “31/03/2023” e “Ativo”, selecione na coluna “Ações” dessa linha a opção “Visualizar Documento” e, em seguida, selecione a opção “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” no canto superior esquerdo.

2024

O *Guidance* 2024 foi divulgado em 11 de março de 2024 e a comparação entre o projetado e realizado em 2023, bem como a nova projeção para 2024 está disposta no arquivo de Demonstração Financeira Padronizada “DFP” referente a conclusão do exercício de 31 de dezembro de 2023, a qual foi divulgada pela Companhia em 11 de março de 2024. O item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” referido nas Demonstrações Financeiras Padronizadas está disponível em:

(i) na página de relações com investidores da Companhia na internet (<https://ri.fraslemobility.com/>). No referido endereço, selecione a opção “Informações a Investidores” e “Central de Resultados” no canto superior da página; em seguida, selecione opção “2023” no canto direito; em seguida, selecione, na linha “ITR/DFP”, o documento na coluna “4T23”; o item “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” está na página 121 do PDF; e

3.2 Acompanhamento das projeções

(ii) na página da CVM na internet (<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=6211>). No referido endereço, selecione em “Data de Entrega” a opção “No Período” e insira no campo “De” a data “11/03/2024” e no campo “Para”, a data de consulta; em seguida, selecione no item “Categoria” a opção “DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas” e clique em “Consultar”; em seguida, na linha cujas colunas “Data de Referência” e “Status” indiquem respectivamente “31/12/2023” e “Ativo”, selecione na coluna “Ações” dessa linha a opção “Visualizar Documento” e, em seguida, selecione a opção “Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” no canto superior esquerdo.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Com a conclusão do exercício de 2023, foi apresentado pela Companhia o realizado da projeção de 2023 e conforme mencionado nos itens acima, a Companhia apresentou a mercado por meio de fato relevante sua nova projeção para o exercício de 2024.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco / 4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

Os riscos descritos neste item são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar de alguma forma. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes por nós, na data deste Formulário de Referência, também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4.1” devem ser compreendidas nesse contexto.

(a) emissor

A Companhia pode não ser capaz de realizar aquisições no momento e nos termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais aquisições podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios.

Como parte de sua estratégia, a Companhia monitora constantemente oportunidades de crescimento orgânico por meio de aquisições ou de fusões, que podem não ser bem-sucedidas, tendo em vista que a condução desses projetos dependerá do seu planejamento estratégico, da correta adoção de estratégias comerciais, financeiras e logísticas, todas igualmente necessárias ao desempenho de suas operações.

Eventuais aquisições poderão envolver uma série de riscos conhecidos e desconhecidos para a Companhia, além de desafios, que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre os seus negócios, especialmente, os seguintes:

- As aquisições ou fusões podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a imagem da Companhia;
- A Companhia poderá ficar exposta a passivos e contingências relativos a, entre outras, questões cíveis, ambientais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual como violação de marcas e patentes ou reclamações de responsabilidade civil por seus respectivos produtos, bem como outras questões regulatórias;
- O processo de tais aquisições pode ser demorado e custoso, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;
- Dificuldade de obtenção das aprovações regulatórias necessárias nos países em que buscar concretizar aquisições ou fusões, incluindo aquelas das autoridades de defesa da concorrência, deferimento de revalidações de registros sanitários e de concessão de novos registros pleiteados pela empresa adquirida;
- Dificuldade de integração ou custos de integração elevados, devido a diferenças inicialmente não identificadas durante o processo de aquisição ou fusão;
- Gerenciamento de custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- Os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- Falha nos processos de auditoria na detecção de contingências materiais que possam impactar os negócios envolvendo o ativo;
- A estrutura de custos dos ativos, sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da estrutura de custos da Companhia, e a Companhia poderá levar mais tempo do que inicialmente previsto para adequar tal estrutura à sua; e
- Eventuais restrições poderão ser impostas por autoridades de defesa da concorrência, de modo que a Companhia deixe de obter benefícios esperados, como por exemplo: captação de novos clientes, economia de custos, aceleração dos processos de conexão junto às distribuidoras ou aprimoramentos no fluxo de caixa, dentre outros.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos e perdas imprevistas, em razão dos riscos de desvio da atenção da administração dos negócios existentes, de dificuldades na integração de operações e pessoal adquiridos, de diminuição da liquidez e aumento significativo das despesas e alavancagem de juros da Companhia, de utilização de parcela significativa dos recursos disponíveis ou capacidade de empréstimo para financiar aquisições.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A concretização de tais riscos pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter os benefícios esperados de seus planos de crescimento orgânico ou de aquisições e afetar adversamente sua reputação e desempenho operacional e financeiro.

A Companhia não pode garantir que será capaz de integrar as sociedades adquiridas ou seus ativos em seus negócios de forma bem-sucedida. O insucesso da estratégia de novas aquisições ou fusões da Companhia pode afetar, material e adversamente, a sua situação financeira, os seus resultados e seu crescimento.

A Companhia poderá não integrar com sucesso seus negócios, sua administração, operações ou produtos, ou mesmo não concretizar nenhum dos benefícios previstos em futuras aquisições.

A Companhia monitora constantemente oportunidades de crescimento orgânico e por meio de aquisições ou fusões, o qual pode não ser bem-sucedido por diversos riscos e fatores, tendo em vista que a condução de seus projetos depende do planejamento estratégico da Companhia, da correta adoção de estratégias comerciais, financeiras e logísticas, todas igualmente necessárias ao desempenho de suas operações.

A habilidade da Companhia em alcançar os principais objetivos de crescimento que fazem parte de sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- Alcançar o objetivo de crescimento em seus segmentos de atuação no Brasil e no exterior, bem como o aumento de sua lucratividade e competitividade;
- Aumentar sua participação de mercado dos diversos produtos que fabrica;
- Manter seu posicionamento de mercado no Brasil e melhorar seu posicionamento de mercado no exterior;
- Manter o investimento em tecnologia, buscando aprimorar as soluções de segurança e controle de movimentos que atendam com eficácia as demandas de seus clientes.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer desses objetivos serão realizados com êxito e por completo. Qualquer impacto nos principais fatores relacionados à implantação da estratégia da Companhia poderá causar um efeito adverso nos cenários esperados para suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ameaças e ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, que podem resultar em danos à reputação e às operações da Companhia

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas ou redes da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou dados pessoais de seus clientes, colaboradores, fornecedores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores ou operações ou, ainda, na divulgação de patentes, segredos comerciais e/ou outras informações comerciais sensíveis para Companhia, o que pode afetar adversamente os resultados financeiros e a reputação da Companhia.

Eventuais falhas ou interrupções nos sistemas de tecnologia da informação podem ocasionar impactos no funcionamento administrativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a credibilidade da Companhia junto ao mercado.

Ainda, as medidas de segurança previstas nas regulamentações de proteção de dados pessoais devem ser observadas pela Companhia, de modo a garantir a conformidade. As violações à legislação de proteção de dados pessoais por contratados da Companhia que realizem tratamento de dados pessoais em seu nome, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros pela Companhia, que poderão gerar impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

Qualquer interrupção em nossos sistemas poderá causar efeito material adverso sobre os nossos negócios ou gerar perdas financeiras. Diante da própria natureza da internet e de sistemas informáticos, não é possível garantir que não ocorrerão falhas de segurança como as aqui descritas. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua reputação e, portanto, em perdas financeiras para a Companhia.

Para alcançar o crescimento sustentável, o negócio da Companhia é dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas, bem como de sua capacidade de adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias, nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua, na introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus produtos existentes; e à evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que terá sucesso em qualquer dos fatores acima, o que poderá afetá-la adversamente. A Companhia pode não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas em seus produtos e serviços, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos seus competidores. Além disso, a Companhia não pode garantir que as inovações tecnológicas que optou por desenvolver a permitirão competir de forma eficiente no seu ramo de atuação. Nesse caso, a Companhia poderá não ser capaz de adaptar os produtos e serviços oferecidos atualmente aos novos padrões tecnológicos que poderão surgir, o que poderá prejudicar a sua competitividade frente aos concorrentes e os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

A Companhia pode precisar de recursos no futuro por meio de emissão de ações, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que poderá diluir a participação acionária de investidores nas ações na Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia pode demandar a obtenção de capital adicional, o que poderá ocorrer através de emissões de valores mobiliários, inclusive ações. A Companhia pode precisar captar recursos, inclusive por meio de distribuições públicas ou privadas de ações, na forma de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. Qualquer emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode diluir a participação de acionistas em seu capital social. A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social e, caso a emissão seja realizada abaixo do valor contábil, poderá resultar também em uma diluição do valor contábil. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

A Companhia, inclusive por meio de suas controladas, exerce suas atividades em imóveis de terceiros por meio de contratos de locação. A incapacidade da Companhia e/ou suas controladas de renovar seus contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis, bem como eventuais desapropriações, podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia opera em imóveis de terceiros por meio de contratos de locação regidos pela Lei nº 8.245/91, os quais estão sujeitos à renovação, sendo que a Companhia pode não conseguir renová-los em termos comercialmente aceitáveis.

O insucesso nas negociações ou a incapacidade da Companhia de renovar seus contratos de locação - ou a renovação de tais contratos em condições menos favoráveis às atuais - pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia, sobre seus resultados de operação, incluindo a interrupção parcial e/ou temporária, bem como eventual aumento do custo de suas operações.

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação de suas unidades industriais.

A Companhia depende de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. A Companhia também enfrenta riscos relativos às licenças para instalação e operação de suas fábricas, e está sujeita a alterações nas regulamentações aplicáveis a suas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de suas plantas industriais, bem como à fiscalização ou inspeção dessas entidades em suas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Usualmente, as licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações exigem, entre outros, que a Companhia e/ou suas controladas informem periodicamente o cumprimento de regras e eventuais condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes. Qualquer falha na obtenção, manutenção ou renovação tempestiva de tais licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, bem como a ocorrência de atrasos por parte dos órgãos reguladores e administrativos na análise das solicitações da Companhia e/ou suas controladas, poderá fazer com que a Companhia e/ou suas controladas sejam impedidas de implementar e/ou desenvolver suas atividades, gerando, conseqüentemente, um impacto negativo em seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não possuir cobertura de seguros contra todos os riscos a que está exposta e, ainda, pode não ser capaz de renovar suas apólices em taxas e termos satisfatórios.

As unidades fabris da Companhia podem ser adversamente afetadas por desastres naturais, incêndios, condições climáticas desfavoráveis, interrupções no fornecimento de energia, danos a bens e equipamentos, danos ambientais e/ou catástrofes imprevisíveis. A interrupção dos seus negócios, seja por estes motivos ou por greves, paralisações, diminuição dos serviços ou atrasos na entrega de materiais e matérias-primas, ou por qualquer outro motivo não previsto, pode acarretar a perda de receita à Companhia.

A Companhia pode não possuir cobertura de seguros contra todos os riscos a que está exposta, e, pode não ser capaz de renovar suas apólices em taxas e termos satisfatórios. Ainda, as apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não cobrir os danos oriundos dos referidos riscos ou os limites das indenizações podem não ser suficientes para cobrir e ressarcir a Companhia de todas as eventuais perdas.

Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas respectivas apólices de seguros pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado. Ademais, existem certos tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices de seguro contratadas, tais como acidentes, guerra, força maior ou certas interrupções de negócios, inclusive em decorrência de pandemias.

Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados, tais como responsabilidade civil relativa à qualidade e desempenho de produto, lucros cessantes e danos ambientais, pode acarretar custos adicionais inesperados à Companhia, afetando o seu resultado operacional e desempenho financeiro. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Por fim, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos suficientes e satisfatórios, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras congêneres, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista, administrativa, societária, consumerista, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, entre outros cujos resultados podem ser desfavoráveis.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia, aos interesses dos administradores e/ou dos acionistas controladores da Companhia, ou ainda aos prognósticos de perda da Companhia, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente a reputação, os negócios ou os resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a demandas decorrentes de acidentes envolvendo veículos equipados com os produtos da Companhia, bem como ser responsabilizada por problemas de qualidade que gerem a necessidade de retirada e/ou substituição dos produtos da Companhia do mercado (recalls).

Não há garantia de que serão constituídas provisões para os processos existentes contra a Companhia, seus acionistas ou administradores, ou que as provisões, quando constituídas, serão suficientes para compensar os danos decorrentes de tais processos. Se ocorrerem decisões adversas em processos ou procedimentos em que a Companhia é parte e esta seja condenada a pagar um montante superior às respectivas provisões estabelecidas ou ocorrer situações em que nenhuma provisão tenha sido feita, o resultado de suas operações e o seu desempenho financeiro poderão ser negativamente afetados.

Da mesma forma, um ou mais dos administradores da Companhia podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, consumerista, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente. A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O sucesso da Companhia está condicionado à capacidade profissional de seus colaboradores, inclusive alta administração, gestores e profissionais operacionais e, sendo assim, depende da manutenção de sua alta administração, bem como de sua habilidade em recrutar e reter profissionais capacitados para a condução de seus negócios. A Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, oferecer treinamentos específicos e manter pessoal qualificado.

Além disso, o futuro sucesso da Companhia também depende da capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, manter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e se não obtivermos sucesso em atrair contratar, treinar, manter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira e do local de suas operações.

A Companhia exerce suas atividades de acordo com as leis e os regulamentos trabalhistas exigidos pelos órgãos governamentais, reguladores e fiscalizadores existentes em cada localidade em que atua. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho, doenças ocupacionais e/ou exposição aos agentes insalubres ou perigosos podem expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas, penalidades e correspondentes adicionais previstos em legislação. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança do trabalho pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança para o cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira e do local onde possui operações.

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Incêndios ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, danos causados por desastres naturais, tais como terremotos, tufões, enchentes, ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis, como epidemias e pandemias, guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação podem prejudicar significativamente os negócios da Companhia.

Nesse contexto, danos significativos aos estabelecimentos da Companhia e às suas instalações e propriedades poderão ocasionar atrasos em seus projetos e gerar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nas plantas industriais da Companhia podem implicar em aumentos significativos nos custos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Esses eventos também podem levar a Companhia a fechar temporariamente as instalações operacionais, o que prejudicaria gravemente as operações e os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Além disso, as vendas líquidas podem ser significativamente reduzidas na medida em que um desastre natural, epidemia ou pandemia de saúde, ou outro evento importante prejudique a economia do Brasil ou de outras jurisdições em que a Companhia opera.

As operações da Companhia também podem ser gravemente interrompidas se consumidores de energia, concessionárias de distribuição, prestadores de serviços ou outros participantes forem afetados por desastres naturais, epidemias, pandemias ou outros eventos importantes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos da Companhia podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre negócios da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, o que poderá afetar sua capacidade de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Os controles internos da Companhia atualmente existentes podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, infrações à concorrência, prevenção à lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que suas controladas, coligadas, todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia estejam sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção e a infrações à concorrência a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos destas normas, no Brasil, a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 11.129/2022, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas aplicáveis relacionadas (em conjunto “Leis de Combate à Corrupção”), bem como relativa a outras jurisdições tais como Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e United Kingdom Anti Bribery Act (UKBA). As sanções aplicadas com base em tais leis incluem, mas não se limitam a (i) multas e indenizações nas esferas cível e administrativa; (ii), perdimento de bens, direitos e valores ilícitamente obtidos; (iii) suspensão ou interdição parcial de atividades; (iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; (v) e a prisão dos agentes envolvidos; entre outras. Tais sanções, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia, assim como sua reputação.

Os processos de governança, gestão de riscos e Compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir, detectar ou mitigar (i) violações às Leis de Combate à Corrupção; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia; (iii) identificação de novos riscos; e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que suas controladas, coligadas, todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Código de Conduta Ética, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, funcionários, parceiros de negócios e terceiros que atuem em seu nome ou em benefício da Companhia.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis referidas acima, no Brasil ou no exterior, contra a Companhia, suas controladas, coligadas, seus administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia podem resultar, dentre outras consequências, em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos indivíduos envolvidos ou administradores que concorreram para a infração); (ii) obrigação de reparação do dano causado; (iii) perda de licenças operacionais;

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (v) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (vi) publicação extraordinária da decisão condenatória, entre outras sanções. Todas as referidas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante nos negócios, resultados operacionais e financeiros da Companhia bem como podem afetar negativamente sua reputação.

Por fim, a Companhia também pode ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, controladoras, coligadas, ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

No curso normal das suas atividades, a Companhia celebrou e pretende continuar a celebrar contratos com partes relacionadas. A Companhia possui a Política de Transações com Partes Relacionadas, onde suas diretrizes tem o objetivo de estabelecer os princípios e orientações para assegurar a transparência, demonstrar receitas, custos e despesas decorrentes destas transações. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia e/ou dos acionistas minoritários. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, estando sujeitas aos limites da regulação aplicável, bem como às previsões específicas do estatuto social da Companhia e da Política de Transações com Partes Relacionadas. Entretanto, a Companhia não pode garantir que as transações foram e/ou serão realizadas em estrita observância a tais previsões. Portanto, caso situações de potencial conflito de interesse entre partes relacionadas não tenham sido ou não sejam realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado poderá haver impacto negativo para os negócios da Companhia, o que poderá causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. O tratamento de dados pessoais pode não ser identificado, e os dados podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança da informação, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados pessoais. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança de privacidade. Ainda, conforme a LGPD, a Companhia tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

A não conformidade com a LGPD pode sujeitar a Companhia às sanções administrativas, de forma isolada ou cumulativa, de: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação da infração, (iii) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (iv) multa diária, e/ou multa simples de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração, (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período ou (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela própria, pelas empresas controladas ou por terceiros que tratem dados pessoais em seu nome e/ou com quem a Companhia tenha compartilhado dados pessoais devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que terá sucesso na completa adequação de suas atividades, procedimentos, documentação e da relação com terceiros por ela contratados para atender aos elevados padrões instituídos pela nova LGPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, as oportunidades de crescimento por meio de crescimento orgânico ou aquisições podem conter informações, documentos e dados sigilosos, de forma que a Companhia não pode garantir que não haverá vazamento de informações confidenciais. O vazamento de tais informações pode colocar em risco, total ou parcialmente, o sucesso das operações, aquisições, contratos e demais projetos empreendidos pela Companhia.

b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia é controlada pela Randon S.A. Implementos e Participações. As ações detidas pela controladora representam a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, o controlador possa:

- Eleger a maioria dos conselheiros e indicar diretores executivos, estabelecer a política administrativa e exercer controle total da administração da Companhia;
- Vender ou transferir as ações da Companhia;
- Aprovar quaisquer atos que exigem a aprovação dos acionistas representando a maioria do capital social em circulação, inclusive reorganização societária, aquisição e venda de ativos e pagamento de quaisquer dividendos futuros;
- Controlar a administração e políticas da Companhia e de suas controladas, inclusive a de distribuição de dividendos;
- Determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões, a venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia ou de suas controladas; e
- Agir de modo que o seu interesse não coincida com o dos outros acionistas da Companhia.

Por possuir tais poderes, o acionista controlador pode tomar decisões conflitantes com os interesses da Companhia e demais acionistas. Decisões contrárias aos interesses da Controladora e da Companhia, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente a reputação, os negócios ou os resultados da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mais desenvolvidos. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil, do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Não se pode assegurar que as ações de emissão da Companhia terão liquidez, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos adquirentes de tais ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

A administração poderá tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com o interesse dos acionistas minoritários e potenciais investidores da Companhia.

O acionista controlador poderá tomar medidas contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e política de dividendos. A decisão de seu acionista controlador quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários da Companhia.

c) suas controladas e coligadas

Os riscos descritos no item “ b” acima são aplicáveis às sociedades controladas pela Companhia e às suas subsidiárias. No que se refere às sociedades controladas pela Companhia com atuação no mercado externo, vide os riscos aplicáveis “aos países estrangeiros onde o emissor atue”, neste item 4.1.

A receita da Companhia é afetada diretamente pelo resultado operacional de suas empresas controladas e das demais empresas que venham a ser adquiridas pela Companhia. A incapacidade das nossas subsidiárias em distribuir dividendos, o resultado negativo das empresas controladas e o inadimplemento dos devedores destas últimas poderão afetar negativamente os resultados e condição financeira da Companhia.

A Companhia possui diversas empresas controladas. Diante disso, seus resultados são diretamente impactados pelo resultado operacional de referidas empresas, assim como seu resultado futuro também será afetado por empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia.

Dessa forma, o resultado negativo dessas empresas, bem como eventual inadimplemento de seus clientes, pode afetar negativamente os negócios e os resultados da Companhia. Resultados negativos das

4.1 Descrição dos fatores de risco

empresas controladas e/ou das empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem afetar a capacidade de distribuírem dividendos ou resultados à Companhia.

Adicionalmente, eventuais falhas na prestação de serviço e produtos fabricados pelas empresas controladas e/ou pelas empresas que vierem a ser adquiridas pela Companhia podem acarretar prejuízos financeiros e danos reputacionais a elas próprias e à Companhia, de maneira direta ou indireta.

d) seus administradores

Administradores da Companhia podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente.

Adicionalmente, a perda de membros da alta administração da Companhia, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A concorrência por esses profissionais é intensa e se não obtivermos sucesso em atrair e manter estes profissionais, nossos negócios podem ser adversamente afetados.

e) seus fornecedores

A Companhia avalia e monitora sua cadeia de fornecedores com base nas diretrizes do Código de Conduta Ética, Manual de Requisitos para Fornecedores abrangendo requisitos relacionados aos direitos humanos, engenharia de qualidade e relacionados à responsabilidade social, saúde e segurança ocupacional, meio ambiente incluindo medidas para prevenir trabalho forçado ou análogo ao escravo e trabalho infantil.

A Companhia possui diversas empresas controladas e diante disso, poderá estar exposta ao risco advindo da contratação e subcontratação de fornecedores que podem afetar negativamente à imagem e reputação, impactar nos negócios e interrupções de abastecimento e prestação de serviços.

f) seus clientes

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia, de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Companhia. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

Qualquer interrupção na relação da Companhia com clientes que sejam relevantes, ou qualquer redução na capacidade financeira de tais clientes, como consequência de situações imprevisíveis nos setores em que atuam, podem causar um efeito adverso significativo nos resultados da Companhia.

g) Setores da economia nos quais o emissor atue

Crises globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda global e levar a uma redução do comércio internacional. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

Historicamente, a indústria de veículos comerciais, rebocados e de autopeças tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, apresentando grande correlação com o PIB brasileiro. A retração econômica e as turbulências da economia global podem impactar negativamente os mercados consumidores, afetando o ambiente de negócios das empresas.

O setor de logística brasileiro que permite o transporte dos produtos da Companhia pode sofrer interrupções, o que impactaria significativamente as operações e os resultados da Companhia.

Grande parte dos clientes da Companhia encontram-se distante dos seus centros de produção. Para fazer com que seus produtos cheguem até seus clientes nacionais e internacionais, a Companhia utiliza os serviços de empresas de logística, que usam os modais rodoviário e portuário brasileiro. A infraestrutura de transportes no Brasil enfrenta atualmente vários problemas, dentre os quais se incluem a falta de investimentos no crescimento e modernização da estrutura portuária, o elevado custo de mão-de-obra portuária, a saturação dos portos existentes e o precário estado de conservação das rodovias. Além disso, destacam-se como obstáculos a serem superados pelos produtores e exportadores nacionais possíveis greves e paralisações de servidores públicos e entidades privadas ligadas ao setor de transportes. Ainda, aumentos significativos nos custos da

4.1 Descrição dos fatores de risco

estrutura logística e de transportes, incluindo em tributos, fretes, gasolina, pedágios, burocracias logísticas, greves ocasionadas por tais fatores, dentre outros, podem impactar os negócios da Companhia, sua condição financeira e/ou seu resultado operacional de forma negativa e adversa. Esses fatores podem influenciar na capacidade da Companhia de escoar sua produção, afetando seu resultado operacional e desempenho financeiro.

h) Regulação dos setores em que o emissor atue

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das unidades no Brasil e nos outros países em que opera.

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter a importação de produtos da Companhia podem afetar seus negócios, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

As exportações da Companhia enfrentam a concorrência de outros produtores ao redor do mundo e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação.

Ainda, a legislação ambiental determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, possam causar degradação do meio ambiente. O descumprimento das leis e regulamentos ambientais nas regiões onde a Companhia opera bem como, futuras aquisições, pode resultar em gastos e custos adicionais, sanções administrativas ou criminais, atividades reduzidas ou interrompidas, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente e poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

Custos relacionados ao cumprimento de regulamentações ambientais podem aumentar se os requisitos se tornarem mais severos, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das unidades no Brasil e nos outros países em que opera. Esses regulamentos incluem procedimentos de controle de emissões no ar, descarte de efluentes líquidos e manuseio, beneficiamento, armazenagem, descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos perigosos ou não, entre outros controles necessários à operação.

Ainda, a legislação ambiental determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, possam causar degradação do meio ambiente, está condicionado ao licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. Isso pode afetar as atuais unidades de produção que poderão ter suas atividades reduzidas, removidas, interrompidas ou fechadas de modo definitivo em determinadas localidades causando impacto adverso aos resultados.

O descumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em sanções administrativas ou criminais, ordens de fechamento, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente como, por exemplo, através da remediação de eventual contaminação. Se as leis vigentes e futuras se tornarem mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a situação financeira da Companhia. Além disso, futuras aquisições poderão sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação ambiental.

Leis e regulamentos que buscam reduzir os gases de efeito estufa e outras emissões no ar podem ser promulgados no futuro, podendo ter um impacto significativo adverso nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Um dos possíveis efeitos do crescimento das exigências relacionadas à redução da emissão de gases de efeito estufa é o aumento em custos, principalmente pela demanda de energia renovável e a implementação de novas tecnologias na cadeia produtiva. A Companhia acredita que as operações nos países onde atua podem ser afetadas no futuro por iniciativas federais, estaduais e municipais relacionadas à mudança climática, que visam

4.1 Descrição dos fatores de risco

lidar com a questão dos gases de efeito estufa e outras emissões no ar. Neste sentido, dois possíveis efeitos desse crescente conjunto de requisitos legais poderia ser o aumento no custo da energia e a necessidade de investimentos em novas tecnologias para atender os requisitos legais.

i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Eventuais alterações político-econômicas nos países onde a Companhia comercializa seus produtos ou nos países onde desenvolve atividades industriais.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, através de exportações a partir do Brasil e de suas subsidiárias no exterior. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulamentares estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: desvalorizações e outras mudanças cambiais, inflação, políticas de controle de câmbio, instabilidade social, instabilidade de preços, desabastecimento de energia, flutuações das taxas de juros, liquidez de capital doméstico, política fiscal, políticas alfandegárias, alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e outros fatores políticos, diplomáticos sociais e econômicos que afetem o país em que a Companhia possua subsidiárias. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos substanciais relacionados às operações fora do Brasil, especialmente no que tange alterações na legislação ambiental, tributária, previdenciária e trabalhista, assim como os efeitos de possíveis descumprimentos de obrigações nos países em que as empresas estrangeiras controladas pela Companhia desenvolvem suas atividades industriais.

Parte das controladas da Companhia estão em países estrangeiros. Riscos associados às vendas para o exterior da Companhia podem impactar a receita e aumentar os custos da Companhia. A realização de operações internacionais pelas controladas da Companhia está sujeita aos seguintes riscos, dentre outros:

- Mudanças das regulamentações de cada país estrangeiro;
- Restrições à importação/exportação e disponibilidade de licenças necessárias para importação/exportação;
- Imposição de tarifas externas e de outras barreiras comerciais;
- Mudanças nas regras fiscais e regulatórias dos países estrangeiros;
- Controles de preços pelo governo de cada país estrangeiro;
- Condições de pagamento estendido e da incapacidade para recolher as contas a receber; e/ou
- Incapacidade ou dificuldade para repatriar valores.

A concretização de qualquer um desses riscos pode impactar a Companhia material e adversamente, causando prejuízos aos seus resultados.

As controladas da Companhia localizadas no exterior enfrentam riscos relacionados aos registros e autorizações para o desenvolvimento de atividades industriais em seus respectivos países estrangeiros.

As controladas da Companhia localizadas no exterior dependem de diversas aprovações, licenças, outorgas, registros, cadastros e autorizações, perante órgãos da administração pública dos países nos quais atuam; estando sujeitas, ainda, a alterações nas regulamentações aplicáveis às suas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças de suas plantas industriais, bem como à fiscalização ou inspeção por tais entidades em suas plantas industriais para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes. A Companhia não pode garantir que possui todas as licenças e autorizações necessárias para a continuidade de suas atividades, por meio de suas controladas, em todos os países em que estão localizadas. A não obtenção ou a não renovação de suas licenças por quaisquer motivos poderá resultar procedimentos investigatórios e sujeitar as controladas da Companhia a sanções cabíveis, de acordo com a legislação específica do respectivo país. Os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser material e adversamente afetados se suas controladas não conseguirem obter ou renovar todas as licenças e autorizações necessárias para suas atividades e operações no exterior.

Medidas restritivas às exportações para mercados internacionais importantes podem afetar adversamente a Companhia.

A competitividade das empresas brasileiras tem levado certos países a estabelecer barreiras comerciais para restringir o acesso de empresas brasileiras a seus mercados ou até mesmo para subsidiar os produtores locais. Alguns países podem impor quotas sobre os produtos brasileiros. Ainda, a demora na alocação dessas

4.1 Descrição dos fatores de risco

quotas ou mudanças nas leis ou políticas a elas relacionadas podem causar efeito adverso em nossas exportações. Qualquer tipo de restrição deste tipo pode afetar o volume de exportação da Companhia e, conseqüentemente, as condições financeiras destas exportações. No caso de novas barreiras comerciais serem criadas para mercados relevantes para os quais a Companhia exporta, a Companhia pode ter dificuldade para vender seus produtos em outros mercados em condições favoráveis, o que poderá causar um efeito adverso relevante na Companhia.

j) Questões sociais

A Companhia tem um desafio contínuo de capturar e implementar interesses coletivos, devido sua ampla atuação empresarial.

O impacto social da Companhia por sua atuação empresarial requer capturar e implementar interesses coletivos em diversas comunidades que está inserida, como geração de empregos, formação de pessoas, elaboração de programas de inclusão social, promoção da educação ambiental e do respeito.

A Companhia não cumprindo as demandas sociais, abrangendo o estímulo à diversidade e inclusão, voltadas para a sociedade, em especial, para as comunidades em que estão inseridas, pode ser impactada negativamente. Caso a Companhia não garanta a eficácia na atividade de *due diligence* e auditoria em fornecedores pode não identificar a prática de trabalho análogo ao de escravo afetando negativamente a reputação perante *stakeholders* e os resultados dos seus negócios.

k) Questões ambientais

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental, cujo cumprimento ou violação acarreta a ela despesas de valor considerável.

A Companhia está sujeita a uma ampla variedade de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas, entre outros, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo e limpeza de contaminações. O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de licenciamento ambiental) pode sujeitar o infrator a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota um sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada ou solidariamente, responsável pelas obrigações de seus produtores ou clientes.

Desta forma, quaisquer custos nos quais a Companhia possa incorrer para retificar possíveis danos ambientais levariam a uma redução nos recursos financeiros que estariam de outro modo à disposição da Companhia para investimentos estratégicos atuais e futuros, causando, assim, um impacto negativo sobre a Companhia.

Além disso, à medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, as despesas da Companhia para cumprimento das exigências ambientais poderão aumentar no futuro. A possível implementação de novas regulamentações, alterações nas regulamentações existentes ou a adoção de outras medidas pode fazer com que o montante e a frequência dos dispêndios da Companhia em preservação ambiental variem significativamente em comparação às estimativas atuais ou aos custos históricos.

Indo além dos requisitos legais, a Companhia assumiu como compromissos públicos de zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% dos efluentes tratados para as unidades que possuem estação de tratamento própria. O não alcance desse compromisso, pode prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia depende de licenciamento ambiental para o exercício de suas atividades.

A Companhia está sujeita a uma ampla variedade de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas, entre outros, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo e limpeza de contaminações. O não cumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de licenciamento ambiental) pode sujeitar o infrator a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros, sem qualquer teto. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota um sistema de responsabilidade civil objetiva, individual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição

4.1 Descrição dos fatores de risco

responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada ou solidariamente, responsável pelas obrigações de seus produtores ou clientes.

Desta forma, quaisquer custos nos quais a Companhia possa incorrer para retificar possíveis danos ambientais levariam a uma redução nos recursos financeiros que estariam de outro modo à disposição da Companhia para investimentos estratégicos atuais e futuros, causando, assim, um impacto negativo sobre a Companhia.

Indo além dos requisitos legais, a Companhia assumiu como compromissos públicos de zerar a disposição de resíduos em aterro industrial e reutilizar 100% dos efluentes tratados para as unidades que possuem estação de tratamento própria. O não alcance desse compromisso, pode prejudicar a reputação da Companhia.

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores do que aqueles em que a Companhia e/ou suas controladas atualmente incorrem para seu cumprimento; o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades nas esferas civis, criminais e administrativas, visto que são independentes, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pela indenização dos danos ambientais causados. A Companhia e/ou suas controladas já incorreram e continuarão a incorrer em dispêndios de capital e operacionais visando a cumprir essas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. Adaptações em busca da conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia pode ser diretamente afetada pelas mudanças climáticas, tanto os riscos físicos como os de transição. O não mapeamento destes riscos de forma clara e objetiva pode apresentar resultado adverso nas atividades da Companhia focadas em projetos de impacto positivo para a sociedade e para o planeta.

m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Os negócios da Companhia podem ser indiretamente afetados por eventos macroeconômicos e sanções em resposta a conflitos geopolíticos.

A Companhia possui atividades em diversos mercados internacionais e depende de insumos de diversas origens. Desta forma, conflitos e instabilidade internacionais podem afetar indiretamente suas atividades e resultados. Estes conflitos podem ter efeitos negativos em fornecedores e distribuidores internacionais, interromper a cadeia de produção, diminuir a capacidade de compra e limitar nossas alternativas de crescimento em certos mercados, e levar à escassez e aumento de preços de insumos essenciais ao processo de produção de nossas peças e outros produtos.

A Companhia não pode prever quais políticas o governo atual irá adotar, e se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras. Qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4. Fatores de risco / 4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Destacam-se como principais fatores de riscos:

- Incidentes de segurança cibernética, incluindo ameaças e ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) da Companhia, que podem resultar em danos à reputação e às operações.
- Os negócios da Companhia podem ser indiretamente afetados por eventos macroeconômicos e sanções em resposta a conflitos geopolíticos.
- A Companhia pode não ser capaz de realizar aquisições ou fusões no momento e nos termos ou preços desejados. Adicionalmente, tais aquisições ou fusões podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou a Companhia pode não ser capaz de integrá-las com sucesso aos seus negócios. Esses fatores podem impactar diretamente o planejamento estratégico da Companhia, comprometendo a execução de suas metas de crescimento e expansão, além de influenciar na alocação de recursos e na definição de prioridades de investimento.
- A gestão inadequada de terceiros pode resultar na degradação da imagem da empresa, penalidades regulatórias e interrupções nas operações, impactando negativamente sua reputação e eficiência operacional. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.
- A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas operações nos países onde atua, especialmente devido a mudanças na legislação tributária, ambiental, trabalhista e outras obrigações legais, além de normas e padrões de qualidade. A não conformidade com essas leis ou padrões pode resultar em consequências adversas para a Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4. Fatores de risco / 4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia informa que, em linha com suas demonstrações financeiras publicadas, possui os riscos de mercado abaixo, descritos quantitativa e qualitativamente, por ordem de relevância e sem mitigação ou omissão de informações relevantes, quais sejam: (a) Risco cambial; (b) Risco de taxa de juros; (c) Estrutura de Capital; (d) Risco de Crédito; (e) Risco de Liquidez; e (f) Risco de preço das commodities. A administração e monitoramento desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Abaixo os principais tópicos dos riscos de mercado a que a Companhia está exposta, porém maiores detalhes (inclusive as análises de sensibilidade da Companhia às variáveis de risco) de cada podem ser encontrados, revisados trimestralmente, na Nota explicativa 23 do Formulário DFP da Companhia, divulgado nas páginas de relação com investidores da Companhia e da CVM na internet, conforme instruções a seguir:

- **na página da CVM** (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), em “Lista de Sistemas” clicar em “Companhias”, clicar em “Consulta de Documentos de Companhias Registradas”, buscar por “Fras-le SA” no campo “Empresas” e selecionar a Companhia. Nos “Filtros de Pesquisa” (a) selecionar no campo “Categoria”, “DFP -Demonstrações Financeiras Padronizadas”; e (b) no campo “Período de Entrega”, “Período”; e no campo “de”, “11/03/2024” até a data da realização da consulta”, clicar em “consultar”, acessar o arquivo “Ativo” com a data de entrega mais recente e, por fim, selecionar a opção “Notas Explicativas”; e
- **na página da Companhia** (<https://ri.fraslemobility.com/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados>), selecionar “2023”, e clicar no arquivo “4T23” da linha “Demonstrações Financeiras: ITR/DFP”.

a) Risco Cambial

Instabilidade da taxa de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentou variação negativa de 7,2%. O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos.

A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

b) Taxa de juros

Flutuações da taxa de juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação e utiliza, especialmente, as variações nas taxas de juros, como um instrumento de política monetária. Devido à natureza das operações da Companhia, ela está sujeita a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

c) Risco de Estrutura de Capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d) Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas a clientes ou de investimentos feitos em instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Companhia adota uma política de análise de crédito referente à situação financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando constantemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, critério esse determinado pela Política de Gestão de Tesouraria e *Funding*.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A Companhia administra suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico. Através da sólida estrutura patrimonial e de geração de receita, a Companhia possui linhas de crédito disponíveis para renovar suas dívidas, alongando os prazos de pagamento, se necessário.

f) Risco alta volatilidade de preço das commodities

Este risco está relacionado à possibilidade de flutuações relevantes nos preços das principais matérias-primas da Companhia como aço, resinas, borrachas e outros insumos utilizados no processo produtivo. Por operar em um mercado de commodities, os custos dos produtos vendidos da Companhia podem ser afetados por alterações nos preços das matérias-primas que ela compra. A fim de minimizar este risco, a Companhia monitora constantemente as variações de preços nos mercados nacional e internacional, realiza compras antecipadas e trava preços com seus principais fornecedores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco / 4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista, regulatória e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía provisão para contingências no valor R\$96.263 mil referente aos processos com risco de perda provável. Descrevemos a abaixo os principais processos judiciais individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2023.

1) AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 5015768-50.2023.4.03.0000.	
a. Juízo	2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.
b. Instância	2ª Instância (originária).
c. Data de instauração	12/06/2023.
d. Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional. Réu: Nakata Automotiva Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 56.461.182,39.
f. Principais fatos	A controlada Nakata teve reconhecido judicialmente o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores relativos a ICMS calculados nas operações de saída praticadas em razão da pacificação do entendimento do STF sobre essa discussão no julgamento do Tema 69 de repercussão geral. Após o trânsito em julgado da ação própria da Nakata, o Supremo Tribunal Federal, também no Tema 69, limitou os efeitos retroativos dessa decisão de repercussão geral, possibilitando o recálculo dos tributos recolhidos somente a quem possuía ação judicial discutindo o tema antes de 15/03/2017. Como a ação própria da Nakata era posterior a 15/03/2017 e a decisão dessa ação própria não previu a modulação dos efeitos, a União ajuizou uma ação rescisória, visando aplicar a modulação de efeitos decidida pelo STF ao processo da Nakata e, assim, impedir que a empresa pudesse buscar a repetição dos indébitos anteriores a 15/03/2017.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não existem ainda decisões de mérito. Houve decisão apenas em sede liminar, na qual o TRF3 negou a tutela de urgência requerida pela União por entender, em análise perfunctória, pelo não cabimento de ação rescisória no caso específico.
h. Estágio do processo	O processo está na fase de apresentação de razões finais pelas partes, fase anterior ao julgamento.
i. Chance de perda:	Provável: R\$ 37,1 milhões / Possível: R\$ 11,8 milhões / Remota: R\$ 7,4 milhões.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 56 milhões envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Nakata venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa. A maior parte do valor está provisionada, o que minimiza o impacto de eventual decisão desfavorável.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

2) BENEFÍCIO FISCAL DE II - 10314.003382/2010-23.	
a. Juízo	Administrativo (Receita Federal do Brasil).
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
c. Data de instauração	23/06/2014.
d. Partes no processo	Autuador: Secretaria da Receita Federal. Autuado: Nakata Automotiva LTDA.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 8.004.055,31.
f. Principais fatos	Autuação lavrada pela Receita Federal em face da empresa Nakata Automotiva Ltda, por entender que a empresa não poderia usufruir do benefício fiscal de redução do Imposto de Importação previsto no artigo 5º da Lei nº. 10.182/01, uma vez que não promoveria industrialização das peças importadas. Diante disso, decretaram a perda do benefício fiscal e exigem os respectivos débitos de II, IPI, PIS e COFINS referentes às importações realizadas no período de 1.2.2007 a 23.3.2009, acrescidos de multa de ofício de 75% e juros de mora.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Foi apresentada Impugnação contra o Auto de Infração, demonstrando que a empresa efetivamente industrializa as autopeças importadas, fazendo jus ao benefício fiscal. A Impugnação foi julgada improcedente e o auto de infração foi mantido pelos seus termos. Contra essa decisão foi interposto Recurso Voluntário, o qual foi recebido pelo CARF em 05/10/2018. Aguarda-se o julgamento pelo CARF.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento pelo CARF.
i. Chance de perda:	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 8.004.055,31 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Nakata venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.

3) DRAWBACK - 11077.720261-2018-18.	
a. Juízo	Administrativo (Receita Federal do Brasil).
b. Instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB.
c. Data de instauração	23/10/2018.
d. Partes no processo	Autuador: Receita Federal do Brasil. Autuado: Fras-le S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 8.603.886,26
f. Principais fatos	Refere-se a Auto de Infração n.º 11077.720.261/2018-18 lavrado pela Delegacia da Receita Federal em face da empresa Fras-le S.A., relativa a ato concessório de drawback. O processo aguarda julgamento da primeira instância administrativa.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O processo aguarda o julgamento na primeira instância administrativa.
h. Estágio do processo	O processo aguarda o julgamento na primeira instância administrativa.
i. Chance de perda:	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 8.603.886,26 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Fras-le venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.
--	---

4) PIS/COFINS - 11020-907.667/2022-37.	
a. Juízo	Administrativo (Receita Federal do Brasil).
b. Instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB.
c. Data de instauração	06/06/2022.
d. Partes no processo	Atuador: Receita Federal do Brasil. Autuado: Fras-le S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 6.931.795,12.
f. Principais fatos	Lançamento realizado pela Receita Federal do Brasil contra a Fras-le, na data de 06 de junho de 2022, objetivando a cobrança do importe de R\$ 6.110.023,86, decorrentes de créditos calculados pela empresa com base em ação judicial que reconheceu o direito da Contribuinte à repetição dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS e de COFINS sobre as variações cambiais positivas decorrentes de exportação (operações de venda ou prestação de serviços ao exterior).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O processo aguarda o julgamento na primeira instância administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento na primeira instância administrativa.
i. Chance de perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 6.931.795,12 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Fras-le venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.

5) CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI - 0025157-63.1998.4.01.3400.	
a. Juízo	6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Brasília – DF.
b. Instância	2ª Instância.
c. Data de instauração	02/10/1998.
d. Partes no processo	Autor: Fras-le S.A. Réu: União – Fazenda Nacional.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 2.660.349,60.
f. Principais fatos	A controladora Fras-le embargou execução fiscal proposta pela União objetivando a compensação entre valores referentes ao crédito-prêmio de IPI devido à União, referente às exportações de produtos manufaturados no período de 21/05/1982 a 30/04/1985, deduzido do valor do IPI incidente sobre as operações no mercado interno. O valor envolvido está garantido por depósito judicial integral.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	O julgamento de primeira instância reconheceu parcialmente os argumentos da empresa e reconheceu o direito compensatório parcial. Contra essa decisão, ambas as partes interpuseram recursos de apelação, os quais não foram julgados ainda.
h. Estágio do processo	Aguarda o julgamento dos recursos de apelação pelo TRF1.
i. Chance de perda:	Remota.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 2.660.349,60 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Fras-le venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

6) AÇÃO RESCISÓRIA - MODULAÇÃO DE EFEITOS DO TEMA 69 DO STF - 500020-12.2022.4.03.0000.	
a. Juízo	2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.
b. Instância	2ª Instância (originária).
c. Data de instauração	03/01/2022.
d. Partes no processo	Autor: União – Fazenda Nacional. Réu: Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 6.759.955,89.
f. Principais fatos	<p>A controlada Jurid teve reconhecido judicialmente o direito de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores relativos a ICMS calculados nas operações de saída praticadas em razão da pacificação do entendimento do STF sobre essa discussão no julgamento do Tema 69 de repercussão geral. Após o trânsito em julgado da ação própria da Jurid, o Supremo Tribunal Federal, também no Tema 69, limitou os efeitos retroativos dessa decisão de repercussão geral, possibilitando o recálculo dos tributos recolhidos somente a quem possuía ação judicial discutindo o tema antes de 15/03/2017.</p> <p>Como a ação própria da Jurid era posterior a 15/03/2017 e a decisão dessa ação própria não previu a modulação dos efeitos, a União ajuizou uma ação rescisória, visando aplicar a modulação de efeitos decidida pelo STF ao processo da Jurid e, assim, impedir que a empresa pudesse buscar a repetição dos indébitos anteriores a 15/03/2017.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Existe decisão de mérito, ainda não definitiva, julgando procedente a ação rescisória para o fim de reconhecer que a decisão rescindenda está em parcial desacordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal. Contra essa decisão, foram opostos recursos especial e extraordinário, os quais estão em processamento.
h. Estágio do processo	Aguardando remessa dos autos aos tribunais superiores (STJ e STF).
i. Chance de perda:	Provável: R\$ 6,3 milhões / Possível: R\$ 392 mil.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 6.759.955,89 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Jurid venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa. A maior parte do valor está provisionada, o que minimiza o impacto de eventual decisão desfavorável.

7) CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS - 10920-722.377/2012-37.	
a. Juízo	Administrativo (Receita Federal do Brasil).
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
c. Data de instauração	15/08/2012.
d. Partes no processo	Autuador: Receita Federal do Brasil. Autuado: Fras-le S.A. (Fremax).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 2.816.914,85.
f. Principais fatos	Trata-se de lançamento contra o contribuinte objetivando a cobrança do importe original de R\$ 1.053.794,04, relativamente a eventual ausência de recolhimento de contribuições destinadas à previdência social (adicional RAT) incidentes sobre remunerações dos segurados, notadamente considerando a exposição dos empregados a agente nocivo (ruídos), entre janeiro de 2009 a dezembro de 2010.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeiro grau não proveu os argumentos da empresa e manteve o lançamento. Contra essa decisão, a contribuinte interpôs recurso voluntário.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento de recurso voluntário pelo CARF.
i. Chance de perda:	Possível.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 2.816.914,85 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Fras-le venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.

8) ICMS - 4.147.343-7.	
a. Juízo	Administrativo (Receita Estadual de São Paulo).
b. Instância	Secretaria da Fazenda de São Paulo.
c. Data de instauração	08/03/2022.
d. Partes no processo	Autuador: Receita Estadual de São Paulo. Autuado: Nakata Automotiva Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 2.409.350,40.
f. Principais fatos	Trata-se de lançamento contra o contribuinte objetivando a cobrança do importe original de R\$ 1.178.619,34, relativamente a eventual ausência de recolhimento de ICMS entre janeiro de 2017 a dezembro de 2018.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeiro grau não proveu os argumentos da empresa e manteve o lançamento. Contra essa decisão, a contribuinte interpôs recurso ordinário.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento de recurso ordinário pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.
i. Chance de perda:	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 2.409.350,40 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Nakata venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais à União, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.

9) ICMS - 5052424-73.2022.8.21.0010.	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul – RS.
b. Instância	1ª instância.
c. Data de instauração	29/12/2022.
d. Partes no processo	Autor: Estado do Rio Grande do Sul. Réu: Fras-le S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos em 31/12/2023	R\$ 2.267.787,24.
f. Principais fatos	Refere-se a execução fiscal proposta pelo Estado do RS, visando à cobrança de débitos de ICMS, a qual está sendo discutida por meio de embargos à execução. O débito está integralmente garantido por seguro-garantia.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A execução está suspensa enquanto tramita os embargos. Os embargos estão na fase de instrução e não possuem julgamento de mérito ainda.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento dos embargos à execução.
i. Chance de perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é considerado relevante pelo montante de R\$ 2.267.787,24 envolvido, o que, caso tenha decisões desfavoráveis, poderá impactar negativamente a situação financeira da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Fras-le venha a ter que cumprir decisão judicial desfavorável que envolva o recolhimento de valores substanciais ao Estado do Rio Grande do Sul, os quais não estão provisionados, poderá existir impacto negativo na situação financeira da empresa.
--	--

Ação Coletiva nº 0021257-39.2019.5.04.0403	
a. Juízo	3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul - RS
b. Instância	2ª Instância
c. Data de distribuição	26/09/2019
d. Partes no processo	Reclamante: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul Reclamada: Fras-le S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.104.522,92
f. Principais fatos	Ação Trabalhista ajuizada por Sindicato representando os empregados substituídos, cujo pleito é relativo a verba de adicional de insalubridade de 5 anos anteriores a entrada da ação, relativamente a parcelas vincendas a serem calculadas até a conclusão do processo, bem como os reflexos trabalhistas incidentes sobre o adicional. O processo foi julgado procedente em primeira instância condenando a empresa ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo e/ou médio, tendo os recursos ordinários não sido conhecidos, motivo que ensejou a interposição de embargos declaratórios com efeitos modificativos, os quais encontram-se pendentes de julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em novembro de 2022 foi proferida sentença de mérito acolhendo parcialmente os pedidos formulados pelo Sindicato autor e condenando a empresa ao pagamento de adicional de insalubridade nos graus máximo e/ou médio, de acordo com os laudos periciais produzidos no processo.
h. Estágio do processo	Aguardando apreciação dos embargos declaratórios
i. Chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso seja proferida decisão desfavorável em face da Fras-le, poderá haver impacto negativo na situação financeira da Companhia.

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto
Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Processos envolvendo matéria trabalhista e previdenciária	
a. valores envolvidos	R\$ 32.090.769,13, sendo R\$4.112.815,69 classificados como risco de perda remoto, R\$22.645.050,68 como risco de perda possível e R\$5.332.902,76 classificados como risco de perda provável.
b. práticas do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Reclamações trabalhistas individuais movidas por empregados, pleiteando, entre outros objetos, adicional de insalubridade. Ressalta-se que os valores indicados refletem a contingência de todos os pedidos formulados em tais reclamações trabalhistas.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4. Fatores de risco / 4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Foram provisionados R\$ 84,8 milhões para os processos descritos no item 4.4 acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4. Fatores de risco / 4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4. Fatores de risco / 4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras informações relevantes com relação a este item 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua. As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos são estabelecidas de forma corporativa na Política de Gestão de Riscos Randoncorp aprovada em 7 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 14 de dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração, cuja versão atualizada está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades no gerenciamento de riscos da Companhia para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de gestão.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos estratégicos, bem como, os resultados financeiros e operacionais e sua reputação. Além destes, a Companhia identifica riscos emergentes, aqueles com maior grau de importância para o negócio, como cibersegurança e segurança da informação, fatores macroeconômicos e geopolíticos.

Para proporcionar uma visão corporativa os riscos são categorizados em estratégico, operacional, regulatório ou financeiro – nesta categoria associado ao mercado, crédito e a geração de caixa. Portanto, conforme a Política de Gestão de Riscos, a Companhia define a estratégia para responder aos riscos:

(i) associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade de adaptação as mudanças no ambiente.

(ii) associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes e greves.

(iii) associados às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas internas.

(iv) associados ao mercado como mudanças prejudiciais no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações, dos preços de commodities; crédito como a perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos e contrapartes de contratos; e a liquidez como não efetivamente na maximização de geração de caixa operacional e dificuldade na captação recursos financeiros.

Adicionalmente, como proteção, para cada risco corporativo crítico é estabelecido um indicador de risco (KRI) monitorado continuamente.

Para o risco emergente de cibersegurança e segurança da informação, temos uma estratégia e estrutura sólida, com abordagem englobando governança, cultura e tecnologia adotando boas práticas e em conformidade com as legislações aplicáveis.

Promovemos continuamente ações de conscientização para fortalecer a cultura de segurança da informação da Companhia junto aos nossos colaboradores e neutralizar ameaças cibernéticas, garantindo a robustez da infraestrutura tecnológica, a segurança das informações da empresa e a privacidade dos dados pessoais.

Já para o risco de fatores macroeconômicos e geopolíticos, realizamos análises e monitoramos movimentos políticos e econômicos, que possam impactar os negócios da Companhia, em colaboração com entidades de classe. Em cenários de crise, acionamos um comitê para definir planos de ação eficazes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além disso, nossa estratégia de diversificação nos confere significativa resiliência, permitindo nos adaptar a cenários adversos e garantir a continuidade das operações da Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A descrição dos instrumentos utilizados para identificar, avaliar, mensurar e tratar os principais riscos que podem impactar os negócios da Companhia encontram-se na Política de Gestão de Riscos, destacada na letra (a) deste item 5.1, adicionalmente, a Companhia mantém proteções específicas através das diretrizes que constam nas demais políticas corporativas fundamentadas nos nossos princípios e na nossa filosofia de trabalho, que podem ser encontradas em: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os principais riscos aos quais a Companhia está sujeita. A estratégia de resposta de evitar, aceitar, mitigar ou transferir o risco é definida considerando os impactos financeiro e de imagem, e a probabilidade de materialização do risco. Na definição de resposta de mitigar ou transferir o risco são estabelecidos controles úteis, práticos e econômicos monitorados pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

O Comitê Executivo é responsável por avaliar continuamente a eficácia do modelo de gestão de riscos, aprovar a avaliação dos riscos e definir o apetite de riscos.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por estabelecer a metodologia e disseminar a cultura de gerenciamento de riscos reportando diretamente ao Conselho de Administração, órgão responsável pela aprovação da política de gestão de riscos e por garantir a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos.

A gestão de riscos é responsabilidade de todos, sendo que os donos de riscos são responsáveis por monitorar a efetividade das atividades de controle e disseminar informações ou procedimentos que sejam necessários, bem como, reportar a área de Gestão de Riscos e Compliance qualquer evento incerto que pode impactar os negócios.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A área de Gestão de Riscos e Compliance tem como atribuição atuar no desenvolvimento de uma cultura organizacional de gerenciamento de riscos e comunicação que envolva os colaboradores e partes que mantenham vínculo e/ou relação com a Companhia. A Auditoria Interna Corporativa, a qual reporta-se ao Conselho de Administração, tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos por meio de trabalhos de avaliação realizados sobre os processos e com base nos riscos inerentes.

5.2 Descrição dos controles internos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles / 5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia dispõe de diretrizes internas (políticas) devidamente divulgadas aos seus colaboradores para orientar e estabelecer os parâmetros acerca dos processos para atingimento dos objetivos desses alinhados a estratégia da Companhia.

Os controles internos existentes na Companhia visam garantir de forma razoável, em aspectos relevantes, a confiabilidade de todos os processos buscando a conformidade e a minimização dos riscos do negócio. Constantemente, há a adequação dos controles internos a fim de acompanhar as mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o sistema SAP S/4HANA, o qual é mundialmente reconhecido e está presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo, e constantemente vem aprimorando a automatização dos processos com foco em eficiência e segurança dos mesmos.

Complementarmente às estruturas de controles internos a Auditoria Interna Corporativa, de forma independente, provém a cobertura de avaliação dos controles internos relevantes da organização, reportando as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realizando o monitoramento do Relatório de Recomendações para aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras e emitido pela auditoria externa. A área de Gestão de Riscos e Compliance, em conjunto com a gestão do negócio, mapeia os controles chaves dos riscos corporativos de maior criticidade da Companhia, conduzindo a metodologia e disseminando a cultura da gestão dos riscos. Também, aplica as boas práticas de Compliance disseminando a cultura de integridade e aderência as leis e regulamentos internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Dentro da estrutura de governança da Companhia a Diretoria Estatutária, entre outras atribuições, responde pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria e a Contabilidade (área do Centro de Soluções Compartilhadas - CSC), garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de Gestão de Riscos e Compliance suporta os processos na estruturação dos principais controles para gerenciamento dos riscos corporativos e manutenção do Programa de Integridade da Randoncorp de acordo com a Política de Gestão de Riscos e Política de Compliance.

E a Auditoria Interna Corporativa provém a cobertura de avaliação para os processos relevantes da Companhia, levando em consideração os objetivos estratégicos desta, avaliando a eficácia dos controles internos frente aos riscos. A companhia também conta com um Conselho Fiscal que examina e recomenda a aprovação das demonstrações financeiras.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Controladoria Corporativa mensalmente revisa as Demonstrações Financeiras elaboradas e apresentadas pelo CSC (Centro de Soluções Compartilhadas) e realiza o reporte a Diretoria da Companhia, e trimestralmente, após a avaliação da auditoria independente, também reporta ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A área de Gestão de Riscos e Compliance monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da Companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de *follow-up* e de acompanhamento de indicadores de conformidade. As fragilidades identificadas nos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa que possam impactar nas demonstrações financeiras são reportadas tempestivamente, para adoção das ações

5.2 Descrição dos controles internos

corretivas, em linha com as práticas e normas do IPPF - *International Professional Practices Framework* emitido pelo IIA - *The Institute of Internal Auditors*. Adicionalmente, a Auditoria Interna Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações emitido pela auditoria externa.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre os controles internos.

Os resultados desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., foram comunicados à Companhia como sugestões de aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis, contudo os auditores independentes não identificaram deficiência significativa, relacionado ao ambiente de controles internos, em conexão com as Demonstrações Financeiras.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com base na avaliação realizada, a Administração conclui que as deficiências de controle identificadas pelo auditor independente para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não têm impacto significativo no sistema contábil e nos controles internos. No entanto, os gestores responsáveis implementarão as ações necessárias para abordar as deficiências, enquanto a auditoria interna corporativa acompanhará os planos de melhoria.

5.3 Programa de integridade

5. Política de gerenciamento de riscos e controles / 5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

A Companhia se preocupa com a construção de um ambiente organizacional ético para que todos exerçam suas atividades pautados pela honestidade, transparência, integridade e seriedade e, por meio disso, reafirmam o seu comprometimento com a sociedade como um todo.

A Companhia adere ao Programa de Integridade da Randoncorp (ID Randoncorp), o que representa a continuidade no processo de evolução da governança das empresas, fortalecendo nossos valores e nossos princípios para os próximos desafios. O programa de integridade contempla o Código de Conduta Ética, Políticas Corporativas, Canal de Ética e Portal RiskCheck, a qual se trata de ferramenta utilizada para identificar potenciais riscos advindos da contratação de terceiros.

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adere a Política Anticorrupção da Randoncorp que estabelece diretrizes e padrões que almejam assegurar que a Companhia e todos que atuam em seu nome, entendam e atuem em conformidade com a lei.

A Companhia dispõe também do Código de Conduta Ética que está fundamentado nos princípios da Randoncorp, que são: cliente satisfeito, ética, inovação e tecnologia, lucro com sustentabilidade, pessoas valorizadas e respeitadas, preservação da imagem e do legado, segurança e qualidade e somos Randoncorp. Esses princípios, tem como principal objetivo orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho.

O Portal RiskCheck é também uma ferramenta utilizada para identificação de potenciais riscos de atos de corrupção advindos da contratação de terceiros.

(i) incluir “número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas”

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve registro de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos estão estabelecidos no Programa de Integridade (ID Randoncorp), os principais são o Código de Conduta Ética, o Canal de Ética, o Portal RiskCheck, as políticas corporativas e os treinamentos sobre os temas relacionados a integridade.

As diretrizes para gerenciamento de riscos corporativos estão estabelecidas na Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>. As políticas corporativas são revisadas anualmente para assegurar a integridade dos processos adotados pela Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia mantém uma gestão de riscos integrada, estruturada, personalizada, inclusiva, dinâmica para ter a melhor informação e manutenção da melhoria contínua. As diretrizes e a estratégia de gestão de riscos são estabelecidas de forma corporativa na Política de Gestão de Riscos Randoncorp aprovada em 07 de novembro de 2017 com última revisão realizada em 14 de dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração, cuja versão atualizada está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

5.3 Programa de integridade

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Conduta Ética é aplicável a todos os funcionários e à Alta Administração da Companhia independentemente de cargo ou funções exercidas, estendido a terceiros (exemplo: fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados). O Código de Conduta Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2016, com última revisão realizada em 09 de setembro de 2021, cuja versão está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas>

Em 2023, foram realizadas jornadas de treinamentos no formato online e presencial nas unidades da Companhia, além de acontecer na integração do funcionário e/ou terceiro, com o objetivo de orientar sobre as práticas de condutas éticas, contribuindo para que as escolhas certas sejam realizadas dentro e fora do ambiente de trabalho. Os temas também são abordados e divulgados em outros fóruns como, pautas de reuniões mensais, vídeos institucionais, comunicações internas para disseminação das práticas, zelando pelo crescimento e integridade de todas as relações.

A conduta que estiver em desacordo com o Código de Conduta Ética, bem como os procedimentos e demais políticas corporativas, está sujeita a medidas disciplinares, conforme normas internas e legislação trabalhista, civil ou criminal.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia se utiliza do Canal de Ética da Randoncorp, que está disponível para o público interno e externo. O Canal é um meio de comunicação exclusivo e seguro, que garante o anonimato, a proteção e não retaliação aos relatores. As informações registradas são recebidas por uma empresa independente e especializada, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

Qualquer pessoa pode entrar em contato por meio do site ou telefone:

Site: <https://canaldeetica.com.br/randoncorp/>

Telefone: Brasil 0800-777-0768 / Estados Unidos 1-800-245-8549

Fica disponível 24h via gravação em secretária eletrônica ou de segunda à sábado das 08h às 20h, com atendimento pessoal especializado.

A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por acompanhar as apurações do relato, e reportar periodicamente os resultados para o Comitê de Ética da Randoncorp, que tem por atribuição dar cumprimento ao Código de Conduta Ética mediante o tratamento adequado à todas as ocorrências.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve registro de casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes a respeito de gerenciamento de riscos e controles internos foram informadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dramd Participações e Administrações Ltda					
94.800.018/0001-11	Brasil	Não	Sim	17/02/2025	
Não					
34.798.325	12,887	0	0,000	34.798.325	12,887
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PREVI-Caixa Previdência Funcionários Banco do Brasil					
33.754.482/0001-24	Brasil	Não	Não	17/02/2025	
Não					
26.833.898	9,938	0	0,000	26.833.898	9,938
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Randon S.A. Impl.e Participações					
89.086.144/0001-16	Brasil	Não	Sim	07/04/2022	
Não					
141.944.855	52,569	0	0,000	141.944.855	52,569
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA						
35.098.801/0001-16	Brasil	Não	Não	17/02/2025		
Não						
44.247.178	16,387	0	0,000	44.247.178	16,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
3.000.000	1,111	0	0,000	3.000.000	1,111	
OUTROS						
19.192.087	7,108	0	0,000	19.192.087	7,108	
TOTAL						
270.016.343	100,000	0	0,000	270.016.343	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11	
Alexpar Administração e Participações Ltda					
12.334.309/0001-05	Brasil	Não	Sim	27/10/2020	
Não	Alexpar Administração e Participações Ltda		Juridica	12.334.309/0001-05	
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
12.509.381/0001-18		Não	Sim	27/10/2020	
Não					
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LA ROSE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
12.509.344/0001-00		Não	Sim	27/10/2020	
Não					
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11		
Mauripar Administração e Participações Ltda						
12.425.554/0001-10		Não	Sim	27/10/2020		
Não						
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NILVA THEREZINHA RANDON						
618.656.480-00	Brasil	Não	Sim	27/10/2020		
Não						
	Nilva Therezinha Randon		Física	618.656.480-00		
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
White Tiger Administração e Participações Ltda						
12.439.077/0001-41		Não	Sim	27/10/2020		
Não						
134.174.487	16,667	0	0,000	134.174.487	16,667	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
805.046.922	100,000	0	0,000	805.046.922	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Randon S.A. Impl.e Participações				89.086.144/0001-16		
Dramd Participações e Administrações Ltda						
94.800.018/0001-11	Brasil	Não	Sim	28/07/2017		
Não						
95.202.937	81,708	34.551.623	16,236	129.754.560	39,399	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PREVI-Caixa Previdência Funcionários Banco do Brasil						
33.754.482/0001-24	Brasil	Não	Não	29/06/2016		
Não						
10.308.300	8,847	0	0,000	10.308.300	3,130	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
11.004.290	9,444	178.263.383	83,764	189.267.673	57,470	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Randon S.A. Impl.e Participações				89.086.144/0001-16		
116.515.527	100,000	212.815.006	100,000	329.330.533	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alexpar Administração e Participações Ltda				12.334.309/0001-05		
ALEXANDRE RANDON						
468.801.000-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não	Alexandre Randon		Física		468.801.000-15	
45.861.600	100,000	0	0,000	45.861.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.861.600	100,000	0	0,000	45.861.600	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				12.509.381/0001-18		
DAVID ABRAMO RANDON						
277.049.120-20	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não	David Abramo Randon		Física	277.049.120-20		
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11	
Alexpar Administração e Participações Ltda					
12.334.309/0001-05	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
134.174.487	19,790	0	0,000	134.174.487	19,790
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
12.509.381/0001-18	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
134.174.487	19,790	0	0,000	134.174.487	19,790
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LA ROSE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA					
12.509.344/0001-00	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
134.174.487	19,790	0	0,000	134.174.487	19,790
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11	
Mauripar Administração e Participações Ltda					
12.425.554/0001-10	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
134.174.487	19,790	0	0,000	134.174.487	19,790
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NILVA THEREZINHA RANDON					
618.656.480-00	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
7.119.825	1,050	0	0,000	7.119.825	1,050
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
White Tiger Administração e Participações Ltda					
12.439.077/0001-41	Brasil	Não	Não	27/10/2020	
Não					
134.174.487	19,790	0	0,000	134.174.487	19,790
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Dramd Participações e Administrações Ltda				94.800.018/0001-11		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
677.992.260	100,000	0	0,000	677.992.260	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LA ROSE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				12.509.344/0001-00		
ROSELI BEATRIZ RANDON						
398.167.960-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não	Roseli Beatriz Randon		Física	398.167.960-15		
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mauripar Administração e Participações Ltda				12.425.554/0001-10		
MAURIEN HELENA RANDON BARBOSA						
536.947.400-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não	Maurien Helena Randon Barbosa		Física	536.947.400-15		
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
White Tiger Administração e Participações Ltda				12.439.077/0001-41		
DANIEL RAUL RANDON						
680.334.270-00	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não	Daniel Raul Randon		Física	680.334.270-00		
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alexpar Administração e Participações Ltda				12.334.309/0001-05		
ALEXANDRE RANDON						
468.801.000-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não						
45.861.600	100,000	0	0,000	45.861.600	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.861.600	100,000	0	0,000	45.861.600	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				12.509.381/0001-18		
DAVID ABRAMO RANDON						
277.049.120-20	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LA ROSE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA				12.509.344/0001-00		
ROSELI BEATRIZ RANDON						
398.167.960-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mauripar Administração e Participações Ltda				12.425.554/0001-10		
MAURIEN HELENA RANDON BARBOSA						
536.947.400-15	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
White Tiger Administração e Participações Ltda				12.439.077/0001-41		
DANIEL RAUL RANDON						
680.334.270-00	Brasil	Não	Não	27/10/2020		
Não						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
45.650.000	100,000	0	0,000	45.650.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	17/02/2025
Quantidade acionistas pessoa física	8.720
Quantidade acionistas pessoa jurídica	75
Quantidade investidores institucionais	180

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

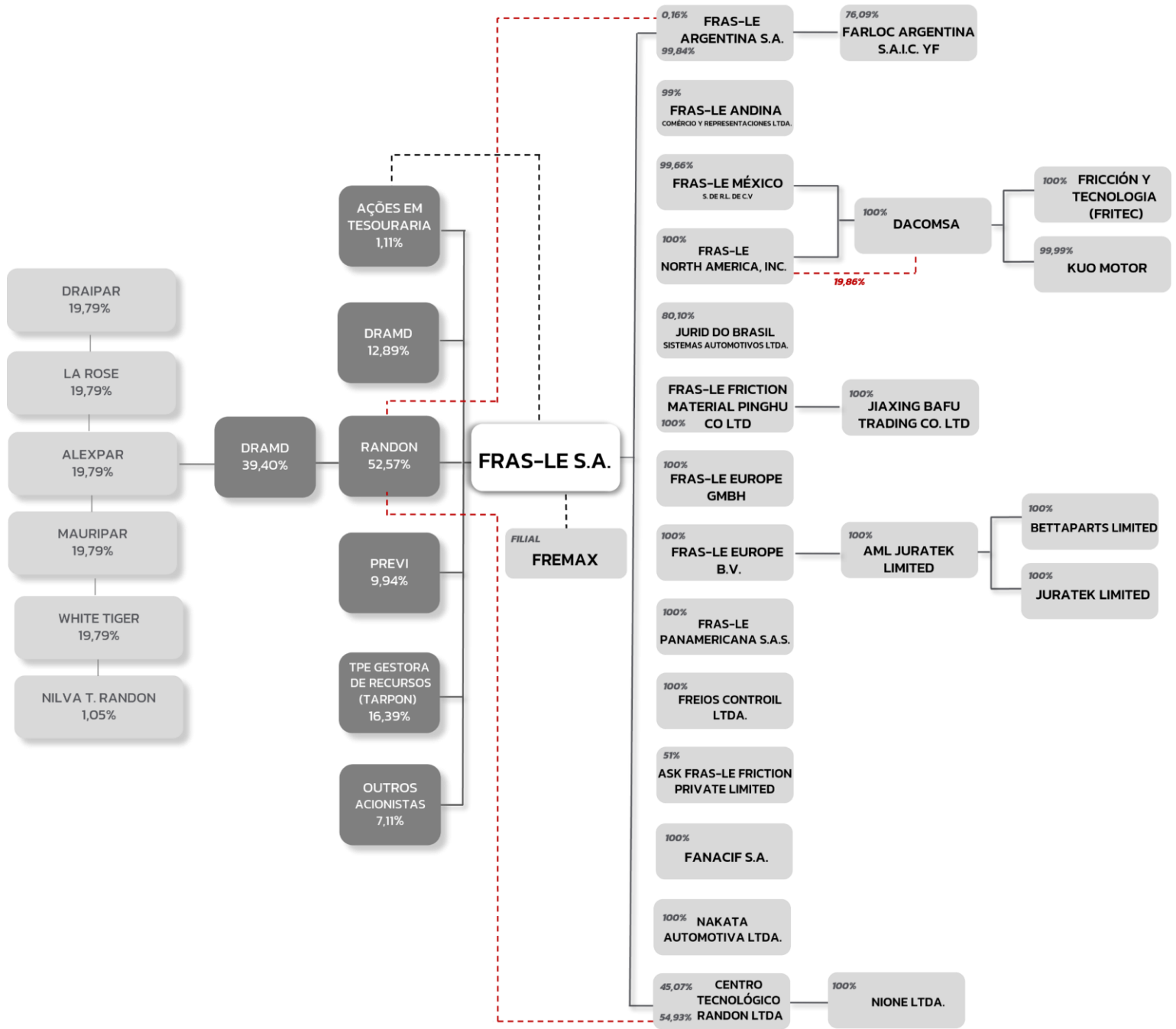
Quantidade ordinárias	90.273.163	33,432%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	90.273.163	33,432%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
AML JURATEK LIMITED	00.000.000/0000-00	100
ASK FRAS-LE FRICTION PRIVATE LIMITED	00.000.000/0000-00	51
BETTAPARTS LIMITED	00.000.000/0000-00	100
Centro Tecnológico Randon LTDA	39.467.936/0001-62	45,07
FANACIF S.A	00.000.000/0000-00	100
FARLOC ARGENTINA S.A.I.C YF	00.000.000/0000-00	76,09
FRAS-LE ANDINA COMÉRCIO Y REPRESENTACIONES	00.000.000/0000-00	99
FRAS-LE ARGENTINA S.A.	00.000.000/0000-00	99,84
FRAS-LE EUROPE BV	00.000.000/0000-00	100
FRAS-LE EUROPE GMBH	00.000.000/0000-00	100
FRAS-LE FRICTION MATERIAL PINGHU CO LTD.	00.000.000/0000-00	100
FRAS-LE MÉXICO S. DE R.L. DE C.V.	00.000.000/0000-00	99,66
FRAS-LE NORTH AMERICA, INC.	00.000.000/0000-00	100
FRAS-LE PANAMERICANA S.A.S	00.000.000/0000-00	100
Freios Controil Ltda.	90.492.695/0001-69	100
JIAXING BAFU TRADING CO. LTD	00.000.000/0000-00	100
JURATEK LIMITED	00.000.000/0000-00	100
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	17.310.380/0001-63	80,1
NAKATA AUTOMOTIVA LTDA.	04.156.194/0001-70	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6. Controle e grupo econômico / 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6. Controle e grupo econômico / 6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7. Assembleia geral e administração / 7.1 Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é constituída por diretoria, conselho de administração, conselho fiscal não permanente e comitê não estatutário de partes relacionadas.

Na assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia realizada em 17 de abril de 2024 foi deliberado pela eleição do Conselho de Administração para o mandato de dois anos e pela instalação de conselho fiscal para o mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

Atualmente a Companhia não possui política formalizada de indicação e preenchimento de cargos.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Sim, há avaliação do Conselho de Administração.

(i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A avaliação é bienal, abrange o Conselho de Administração como colegiado e autoavaliação dos seus respectivos membros.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A metodologia aplicada é um questionário, por meio de uma plataforma digital que garante a confidencialidade dos respondentes. Os principais critérios de avaliação são os pilares, atuação, estratégia e governança.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

No primeiro ciclo de avaliação não foi contratada consultoria.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Sempre que houver situação de conflito de interesses, a pessoa conflitada deverá reportar ao colegiado, caso não o faça, outro membro poderá fazê-lo e todas as matérias que envolvam situação de conflito de interesses, deverá ter a pessoa conflitada afastada desde o início do processo até a decisão.

(d) por órgão:

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração acompanha e opina sobre ações relacionadas as questões climáticas, aprovando os investimentos em geração de energia limpa, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos mais sustentáveis, que contribuem para redução das emissões de gases de efeito estufa (CO2). Além disso, a Companhia possui compromissos públicos relacionados a mudanças climáticas, cujo plano de ação para atingimento das metas, é avaliado pelo Conselho de Administração.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 14	1	13	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 14	0	14	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7. Assembleia geral e administração / 7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A diretoria e o comitê de partes relacionadas não estatutário reportam ao conselho de administração, além disso, conforme descrito no item 5.1 (b.iii) deste formulário de referência, a área corporativa de Auditoria e de Gestão de Riscos e *Compliance** também reporta diretamente ao conselho de administração e no item 8.1 deste formulário de referência, o Comitê de Pessoas não estatutário Corporativo* reporta diretamente ao conselho de administração matérias relativas à remuneração dos administradores.

*Quando definido como Corporativo(a), significa que integra a estrutura do grupo econômico Randoncorp, do qual a Companhia é controlada da Randon S.A. Implementos e Participações.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração acompanha periodicamente o andamento dos trabalhos da auditoria independente, seja por meio de reportes específicos da auditoria em reuniões periódicas ou pela análise de cartas de recomendações e outros relatórios.

A Companhia, ainda, adota uma Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2020, que pode ser acessada no site de Relações com Investidores da Companhia, (<https://ri.fraslemobility.com/>) em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas, ou pelo link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/c1665bde-e9b7-7bf3-58f2-75ddd59be3d3?origin=2>.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Não há canais específicos relacionados a temas ASG. Há sim um canal de denúncias (Canal de Ética, mais informações vide item 5.3 desse formulário) independente que permite o reporte de questões relacionadas a conformidade e compliance. Informações sobre o Canal de Ética são reportadas ao Conselho de Administração e, existe também, um Comitê de Ética Corporativo, que avalia periodicamente os relatos, visando sempre o aprimoramento dos processos e a mitigação de determinadas condutas.

Questões críticas relacionadas a ética, conformidade e inclusive temas e práticas ASG podem ser enviadas através do Canal de Ética, instrumento terceirizado e gerido por especialistas, que averiguam previamente cada caso, sendo tratadas internamente pela área corporativa de Gestão de Riscos e Compliance, com reporte periódico, de suas atividades, ao Comitê de Ética Corporativo. O Conselho de Administração é envolvido, por meio de reportes, onde são avaliados dados estatísticos e discutidas ações preventivas e corretivas. Os acionistas e demais *stakeholders* que desejarem contatar a Companhia sobre questões relacionadas aos temas ASG poderão encaminhar um e-mail para ri@fraslemobility.com. A Área de Governança Corporativa receberá o contato e dará o encaminhamento necessário às áreas responsáveis e, quando aplicável, à Diretoria e ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome ANDERSON PONTALTI **CPF:** 931.891.330-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 05/04/1978

Experiência Profissional: Diretor-Superintendente da Frasle Mobility. É Chief Operating Officer (COO) responsável pela Vertical Controle de Movimentos da Randoncorp, pela Frasle Mobility e suas controladas. Também lidera as áreas matriciais Saúde Segurança e Meio Ambiente (SSMA) e Excelência Operacional. E é coordenador do Comitê ESG (comitê operacional não estatutário). Pontalti atua na Randoncorp há mais de 25 anos e ocupou posições nas sedes da Alemanha da JOST e da Frasle Mobility. Pontalti voltou ao Brasil em 2015, como Diretor de Operações, responsável por todo o negócio no Brasil, China, EUA e, mais recentemente, na Europa, Oriente Médio e África (EMEA). Nos últimos três anos participou ativamente do ciclo de crescimento de projetos de M&A e reposicionamento estratégico da companhia. Anderson Pontalti é bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), possui mestrado em Engenharia Automotiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de especializações e MBA em Negócios na Fundação Dom Cabral (FDC), Intitut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD), na França, e Harvard Business School (HBS), nos EUA. O Sr. Anderson não exerce cargos de administração em outras companhias abertas, além dos exercidos na Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor	07/05/2024	Sim	26/04/2016

Nome ANTONIO SERGIO RIEDE **CPF:** 201.299.809-78 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Direito **Data de Nascimento:** 11/09/1956

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde abril de 2024. É conselheiro deliberativo titular, desde 2018, e membro do Comitê de Risco e Liquidez, desde 2023, na Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, onde também atuou como membro do Comitê de Remuneração e conselheiro fiscal suplente. Atua como membro do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, desde 2023, na Tupy. É presidente do Conselho Fiscal, desde 2018, na Fenabb – Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil, onde já foi membro titular do Conselho Deliberativo, presidente da Diretoria Executiva, entre outros cargos executivos. Foi conselheiro de administração titular, de 2020 até 2023, na Springs Global; e, conselheiro de administração titular, de 2017 até 2020, na Kepler Weber. Atuou como conselheiro deliberativo titular e presidente da Diretoria Executiva na Anabb Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Atuou na Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil como presidente da Diretoria Executiva. Foi Conselheiro Fiscal Titular nas empresas Fibria, Invepa e Brasilcap, tendo construído longa carreira no Banco do Brasil. Sergio Riede é Mestre em Gestão Empresarial, pela Fundação Getulio Vargas – FGV; Bacharel em Comunicação Social Jornalismo, pelo UniCEUB, de Brasília – DF. Nenhuma das empresas tem relação com a Companhia, exceto a Previ.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)			Não	02/05/2024

Nome ASTOR MILTON SCHMITT **CPF:** 010.763.880-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro mecânico **Data de Nascimento:** 03/09/1942

Experiência Profissional: Vice-presidente do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde 1996. É sócio proprietário da empresa AMJD Administração e Participações Ltda. Atua como Diretor de Economia, Estatística e Finanças na Câmara de Indústria Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC). É Presidente da Fundação Centro Tecnológico Automotivo de Caxias do Sul. Foi Diretor de Relações com Investidores da Randoncorp. Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Randon S.A. Participou do Conselho Consultivo das joint-ventures, Master Sistemas Automotivos Ltda. e Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. Astor Milton Schmitt é graduado em Engenharia Mecânica. Exceto a Randon, a Fras-le e o Banco Randon, nenhuma das empresas tem relação com o emissor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2024	2 anos	Vice Presidente Cons. de Administração		02/05/2024	Sim	22/01/1996

Nome CARLOS OSVALDO PEREIRA HOFF **CPF:** 055.286.900-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 27/04/1947

Experiência Profissional: Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta); membro suplente do Conselho Fiscal desde 2017; Indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; é o próprio emissor. Fras-le S.A. (companhia aberta); membro titular do Conselho Fiscal de 2013 até 2020; industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção, controlada da Companhia; Müller, Prei amp; Hoff Auditores Independentes S/S; sócio/diretor da empresa de auditoria externa independente devidamente registrada na CVM, desde junho de 2012; Unicasa Indústria de Móveis S.A. (companhia aberta) - membro titular do Conselho Fiscal - 2015/2017 - Atividade Principal: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial. Exceto a Randon e a Fras-le, nenhuma das sociedades integram o grupo econômico do emissor ou o grupo controlador.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	26/04/2018

Nome DANIEL RAUL RANDON **CPF:** 680.334.270-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 08/12/1976

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde 2016. É Diretor-Presidente da Randoncorp. Iniciou sua carreira há mais de 20 anos, tendo ocupado diversos cargos em unidades da Companhia, incluindo a presidência da Fras-le S.A. Em 2019, foi eleito Diretor-presidente e CEO da Randoncorp. A partir de 2022, passou a se dedicar integralmente à função de Presidente, se empenhando principalmente às agendas de ESG, inovação e institucional. É membro do Conselho de Administração da Fras-le S.A. desde 2016 e Presidente do Conselho Superior do Transforma-RS, hub colaborativo que reúne lideranças empresariais, governo, universidades e sociedade para apoiar o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul. Em sua atuação intensifica movimentos de inovação, por meio de projetos e investimentos que abrangem desde a transformação cultural até processos industriais das unidades do Brasil e do exterior. Daniel Randon é Engenheiro Mecânico graduado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com MBA em Gestão Administrativo-Financeira na Universidade de Chicago. A exceção do Transforma-RS, todas as sociedades integram o grupo econômico do emissor, ou o grupo controlador.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	26/04/2016

Nome DAVID ABRAMO RANDON **CPF:** 277.049.120-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 03/09/1959

Experiência Profissional: Presidente do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde 2016. Também é Presidente do Conselho de Administração da controladora Randoncorp, desde 2019. Entre os anos de 1984 e 1995, foi Diretor-geral da Rodoviária S.A. Indústria de Implementos para o Transporte Rodoviário. De 1992 a 2009, foi Vice-presidente do Conselho de Administração da Randoncorp e, de 2009 a 2019, Diretor-presidente (CEO), da Randoncorp. David tem passagens também pelo associativismo: de 1989 a 2001, foi Diretor do SIMEFRE (SP); de 1999 a 2004 foi Vice-presidente e Presidente da CIC - Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (RS) e membro do Conselho Superior da mesma entidade, ocupando cargo de Presidente no período de 2021 a 2023. Atualmente também é Diretor-Presidente da Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral (SSI Saúde), membro do Conselho Deliberativo do Instituto Elisabetha Randon (IER), do membro Irmão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e membro associado do Hospital Moinhos de Vento, ambos da cidade de Porto Alegre (RS). David Randon é Engenheiro Mecânico, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Também possui formação em Conselheiro de Administração pelo IBGC. Todas as sociedades integram o grupo econômico do emissor, ou o grupo controlador, exceto a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e o Hospital Moinhos de Vento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		02/05/2024	Sim	26/04/2016

Nome HEMERSON FERNANDO DE SOUZA **CPF:** 941.085.100-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Comunicador Social **Data de Nascimento:** 09/02/1979

Experiência Profissional: Diretor de Negócios, M&A e RI da Frasle Mobility, possui mais de 20 anos de experiência em funções distintas como áreas Comerciais e Marketing, Mercado, Planejamento Estratégico, Fusões e Aquisições, Mercado de Capitais e Relações com Investidores. Atuou como Gerente de Planejamento e de Relações com Investidores na Randoncorp. Na Companhia, atuou como Gerente Executivo de Controladoria e de Relações com Investidores. Em 2019, foi eleito como Diretor responsável pelas controladas Fremax e Controil, bem como pelas unidades da Europa e divisão de M&A da Frasle Mobility, e, Diretor de Relações com Investidores. Hemerson é Bacharel em Comunicação Social, possui MBA em Business, Management, Marketing, and Related Support, pela ESPM, e MBA em Finanças pelo IBMEC. O Sr. Hemerson não exerce cargos de administração em outras companhias abertas, além dos exercidos na Companhia. . O Sr. Hemerson não exerce cargos de administração em outras companhias abertas, além dos exercidos na Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2024	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		07/05/2024	Sim	07/05/2019

Nome JAIME MARCHET **CPF:** 327.865.490-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 13/12/1960

Experiência Profissional: Membro titular do Conselho Fiscal da Frasle Mobility desde 2024. É Membro do Conselho de Administração do Banco Randon desde 2021; membro do Conselho Consultivo da Randon Triel HT, desde 2020; Membro do Conselho Fiscal do SSI, desde 2015; Membro suplente do Conselho Diretivo do Fundação Universidade de Caxias do Sul, desde 2017; Vice-presidente do Conselho Deliberativo da CIC, reeleito para o Bienio 2023 a 2025. Possui experiência como Diretor Corporativo de Controladoria da Randoncorp, onde atuou de 2016 a 2021, também como Coordenador Financeiro, de 1996 até 2001, e como Coordenador de Comercio Exterior, de 1989 até 1996. Foi Diretor Administrativo do Banco Randon S.A., de 2009 até 2021; atuou como Gerente de Controladoria, Finanças, TI e RI da FRAS-LE S.A, de 2005 até 2009; e foi Diretor Executivo da Fundação Universidade de Caxias do Sul durante os anos de 2022 e 2023. Jaime é Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul, possui especialização em Gestão Empresarial, pela Universidade de Caxias do Sul; é certificado em Fusões e Aquisições (M&A) pela Chicago University-USA, e em STC Executivo – Skills, Tools and competencies, pela Fundação Dom Cabral, em parceria com Kellogg School of Management de Chicago – USA; e, possui Curso de Conselheiro pelo IBGC. Todas as sociedades integram o grupo econômico do emissor, ou o grupo controlador.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		02/05/2024	Sim	17/04/2024

Nome JOILSON RODRIGUES FERREIRA **CPF:** 945.772.268-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bacharel em Direito **Data de Nascimento:** 10/12/1961

Experiência Profissional: Membro titular do Conselho Fiscal da Frasle Mobility desde 2023. Atuou como diretor da BRASILCAP Capitalização S.A.; da Caixa de assistência dos funcionários do Banco do Brasil (CASSI); da INVEPAR S.A.; e, da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI); Foi Vice-presidente da FENACAP, Federação Nacional de Capitalização. Atuou como Conselheiro de Administração da ALL, América Latina Logística S.A.; da COELBA, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia; da CPFL, Concessionária de Energia; da NEOENERGIA; e, da Tupy S.A. Joilson é Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), MBA em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV-RJ, e MBA Executivo em Gestão Avançada de Negócios pela Universidade Federal de Mato Grosso. Nenhuma das empresas tem relação com a Companhia, exceto a Previ.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	13/04/2023

Nome LUCIANA BACCI COSTA **CPF:** 740.128.276-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Consultora **Data de Nascimento:** 25/06/1966

Experiência Profissional: É membro independente Comitê de Auditoria (2024 – atual) da Votorantim Cimentos; É membro independente Comitê de Auditoria (2024 – atual) do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais. É membro independente do Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance (2022 – atual) da Nuclea. É membro independente Comitê de Auditoria (2020 – atual) do Banco da Amazonia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	17/04/2024

Nome RENATA FABER ROCHA RIBEIRO **CPF:** 215.671.488-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora de empresas **Data de Nascimento:** 01/06/1980

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde abril de 2024. Atua no Grupo BTG Pactual desde agosto de 2020, onde ocupa o cargo de Diretora de ESG da Revista Exame. Antes disso, Renata acumulou mais de 15 anos de experiência em Equity Research no Itaú BBA, nos setores de transportes, logística e bens de capital, sendo reconhecida pelo ranking da revista Institutional Investor como uma das melhores analistas da América Latina desses setores, entre os anos de 2005 e 2017. Atua ativamente em diversas parcerias e projetos voltados para o avanço da agenda de sustentabilidade. É membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras desde 8 de dezembro de 2022, onde também é membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê ESG. Renata Faber é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; certificada em Liderança em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa na London Business School; e, Estratégias para Avanço da Diversidade e Inclusão no INSEAD. Nenhuma das empresas tem relação com a Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2024	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		02/05/2024	Sim	17/04/2024

Nome SERGIO LISBÃO MOREIRA DE CARVALHO **CPF:** 989.109.738-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Físico Nuclear **Data de Nascimento:** 23/02/1957

Experiência Profissional: Diretor-Presidente e CEO Frasle Mobility. É Diretor-executivo geral, Chief Executive Officer (CEO) da Randoncorp. Atua na Randoncorp desde 2017, com vasta experiência em gestão de negócios, fusões e aquisições, contribui para o cumprimento dos objetivos financeiros e de desenvolvimento sustentável da Companhia. A partir de 2022, passou a exercer as funções de CEO da Companhia. Integra o Heavy Duty Manufacturers Association nos Estados Unidos, e dirige a seção Rio Grande do Sul do Sindipeças. Com trajetória internacional em empresas do setor automotivo, foi membro do conselho de diversas companhias na América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia, no qual se destaca a sua passagem como Vice-Presidente da Meritor (EUA), CEO e Presidente na Nelson Global Products (EUA), Presidente da Sypris Technologies (EUA), CEO e Presidente na Fuwa Heavy Industries (China) e fundador e CEO-Presidente da AXN Heavy Duty (EUA). Sérgio Carvalho é Graduado em Física pela Universidade de São Paulo (USP). Exceto a Fras-le, nenhuma das sociedades integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Sergio não exerce cargos de administração em outras companhias abertas, além dos exercidos na Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/05/2024	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		07/05/2024	Sim	13/02/2017

Nome VOLNEI FERREIRA DE CASTILHOS **CPF:** 406.767.300-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 03/12/1964

Experiência Profissional: Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul – CODECA; Membro do Conselho de Administração. Já foi membro titular do Conselho Fiscal de 2010 a 2013; sociedade de economia mista responsável pela limpeza urbana de Caxias do Sul; Fundação Getúlio Vargas (FGV); professor convidado para os cursos de MBA; instituição de ensino; desde 2008; Instituto de Pós-graduação (IPOG); professor convidado para os cursos de MBA e de Cursos para Executivos; desde 2017. Associação Criança Feliz; associação para fins não econômicos, membro do Conselho Fiscal desde 1995. Membro do Comitê de Auditoria do Grupo Hospital Conceição-GHC – Porto Alegre RS.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	15/04/2015

Nome WLADIMIR OMIECHUK **CPF:** 315.757.570-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 24/11/1958

Experiência Profissional: Membro titular do Conselho Fiscal da Frasle Mobility desde 2022. Atua como membro do Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A, desde 2020. É membro independente de Comitês de Auditoria, Financeiro e Partes Relacionadas do Grupo OLEOPLAN, membro independente do Comitê de Auditoria estatutário da SLC Agrícola, membro independente do Conselho de Administração da empresa Medicina Diagnostica Serviços Médicos e Laboratório. Atua em atividades Pro Bono como coordenador do Conselho Fiscal do Instituto Caldeira, HUB de Inovação, em Porto Alegre, e condelheiro fiscal doFundo Centenário, associação responsável por prover bolsas para estudantes de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É membro do Conselho Administração do IBEF- RS e Diretor do Instituto Cultural Floresta. Wladimir é Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui especialização em IFRS pela FIPECAFI/USP e formação em Conselheiro de Administração pelo instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Nenhuma das empresas tem relação com a Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	17/04/2024	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		02/05/2024	Sim	12/04/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: ASTOR MILTON SCHMITT **CPF:** 010.763.880-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro mecânico **Data de Nascimento:** 03/09/1942

Experiência Profissional:

Vice-presidente do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde 1996. É sócio proprietário da empresa AMJD Administração e Participações Ltda. Atua como Diretor de Economia, Estatística e Finanças na Câmara de Indústria Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC). É Presidente da Fundação Centro Tecnológico Automotivo de Caxias do Sul. Foi Diretor de Relações com Investidores da Randoncorp. Exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Randon S.A. Participou do Conselho Consultivo das joint-ventures, Master Sistemas Automotivos Ltda. e Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. Astor Milton Schmitt é graduado em Engenharia Mecânica. Exceto a Randon, a Fras-le e o Banco Randon, nenhuma das empresas tem relação com o emissor.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	07/05/2024	2 anos	Comitê de Partes Relacionadas		07/05/2024	Sim	05/08/2016

Nome: DANIEL RAUL RANDON **CPF:** 680.334.270-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 08/12/1976

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde 2016. É Diretor-Presidente da Randoncorp. Iniciou sua carreira há mais de 20 anos, tendo ocupado diversos cargos em unidades da Companhia, incluindo a presidência da Fras-le S.A. Em 2019, foi eleito Diretor-presidente e CEO da Randoncorp. A partir de 2022, passou a se dedicar integralmente à função de Presidente, se empenhando principalmente às agendas de ESG, inovação e institucional. É membro do Conselho de Administração da Fras-le S.A. desde 2016 e Presidente do Conselho Superior do Transforma-RS, hub colaborativo que reúne lideranças empresariais, governo, universidades e sociedade para apoiar o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul. Em sua atuação intensifica movimentos de inovação, por meio de projetos e investimentos que abrangem desde a transformação cultural até processos industriais das unidades do Brasil e do exterior. Daniel Randon é Engenheiro Mecânico graduado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com MBA em Gestão Administrativo-Financeira na Universidade de Chicago. A exceção do Transforma-RS, todas as sociedades integram o grupo econômico do emissor, ou o grupo controlador.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2024	2 anos	Comitê de Partes Relacionadas		07/05/2024	Sim	05/08/2016

Nome: RENATA FABER ROCHA RIBEIRO **CPF:** 215.671.488-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora de empresas **Data de Nascimento:** 01/06/1980

Experiência Profissional: Membro do Conselho de Administração da Frasle Mobility desde abril de 2024. Atua no Grupo BTG Pactual desde agosto de 2020, onde ocupa o cargo de Diretora de ESG da Revista Exame. Antes disso, Renata acumulou mais de 15 anos de experiência em Equity Research no Itaú BBA, nos setores de transportes, logística e bens de capital, sendo reconhecida pelo ranking da revista Institutional Investor como uma das melhores analistas da América Latina desses setores, entre os anos de 2005 e 2017. Atua ativamente em diversas parcerias e projetos voltados para o avanço da agenda de sustentabilidade. É membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras desde 8 de dezembro de 2022, onde também é membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê ESG. Renata Faber é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; certificada em Liderança em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa na London Business School; e, Estratégias para Avanço da Diversidade e Inclusão no INSEAD. Nenhuma das empresas tem relação com a Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2024	2 anos	Comitê de Partes Relacionadas		07/05/2024	Sim	07/05/2024

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr. David também é Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações, controladora da Companhia.				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Randon	468.801.000-15	Randon S.A. Impl.e Participações	89.086.144/0001-16	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor da Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr. David também é Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações, controladora da Companhia.				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Randon	468.801.000-15	Dramd Participações e Administrações Ltda	94.800.018/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor-presidente da Acionista Controladora Indireta	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr. David também é Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações, controladora da Companhia.				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maurien Helena Randon Barbosa	536.947.400-15	Dramd Participações e Administrações Ltda	94.800.018/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Sócia-diretora da Acionista Controladora Indireta	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr. David também é Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações, controladora da Companhia.				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	Randon S.A. Impl.e Participações	89.086.144/0001-16	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente da Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr. David também é Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações, controladora da Companhia.				
<hr/>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maurien Helena Randon Barbosa	536.947.400-15	Dramd Participações e Administrações Ltda	94.800.018/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Sócia-diretora da Acionista Controladora Indireta	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Daniel também é Diretor-presidente da Randon S/A Implementos e Participações				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	Randon S.A. Impl.e Participações	89.086.144/0001-16	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
Sr Daniel é Diretor Presidente da Controladora				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Abramo Randon	277.049.120-20	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Daniel também é Diretor-presidente da Randon S/A Implementos e Participações				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Randon	468.801.000-15	Randon S.A. Impl.e Participações	89.086.144/0001-16	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Diretor da Acionista Controladora	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Daniel também é Diretor-presidente da Randon S/A Implementos e Participações				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Raul Randon	680.334.270-00	DAVID ABRAMO RANDON	88.610.126/0001-29	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Randon	468.801.000-15	Dramd Participações e Administrações Ltda	94.800.018/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Sócio e Diretor-presidente da Acionista Controladora Indireta	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
O Sr. Daniel também é Diretor-presidente da Randon S/A Implementos e Participações				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2023Administrador do Emissor

SERGIO LISBÃO MOREIRA DE CARVALHO

Diretor Presidente

989.109.738-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES

Diretor Executivo Geral

89.086.144/0001-16

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

DAVID ABRAMO RANDON

Presidente do Conselho de Administração

277.049.120-20

N/A

Controle

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES

Acionista e Presidente do Conselho de Administração

89.086.144/0001-16

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
DAVID ABRAMO RANDON Presidente do Conselho de Administração	277.049.120-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA Sócio indireto	94.800.018/0001-11 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DAVID ABRAMO RANDON Presidente do Conselho de Administração	277.049.120-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA Sócio e administrador	12.509.381/0001-18 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL RAUL RANDON Membro do Conselho de Administração	680.334.270-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES Acionista e Diretor Presidente	89.086.144/0001-16 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA	94.800.018/0001-11		
Sócio indireto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WHITE TIGER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	12.439.077/0001-41		
Sócio e administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDERSON PONTALTI	931.891.330-34	Controle	Controlador Direto
COO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Membro do Comitê Executivo da Controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor**

SERGIO LISBÃO MOREIRA DE CARVALHO	989.109.738-20	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Diretor Executivo Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DAVID ABRAMO RANDON	277.049.120-20	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Acionista e Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
DAVID ABRAMO RANDON	277.049.120-20	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA	94.800.018/0001-11		
Sócio indireto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
DAVID ABRAMO RANDON	277.049.120-20	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	12.509.381/0001-18		
Sócio e administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Acionista e Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA	94.800.018/0001-11		
Sócio indireto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
WHITE TIGER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	12.439.077/0001-41		
Sócio e administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Administrador do Emissor			
ANDERSON PONTALTI	931.891.330-34	Controle	Controlador Direto
COO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Membro do Comitê Executivo da Controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor			
DAVID ABRAMO RANDON	277.049.120-20	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
DRAIPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	12.509.381/0001-18		
Sócio indireto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Administrador do Emissor

DAVID ABRAMO RANDON Presidente do Conselho de Administração	277.049.120-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
--	-----------------------	------------------------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA Sócio indireto	94.800.018/0001-11 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
---	---------------------------	------------------------	--

Observação**Administrador do Emissor**

DAVID ABRAMO RANDON Presidente do Conselho de Administração	277.049.120-20 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
--	-----------------------	------------------------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES Acionista e Presidente do Conselho de Administração	89.086.144/0001-16 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
---	---------------------------	------------------------	--

Observação**Administrador do Emissor**

DANIEL RAUL RANDON Membro do Conselho de Administração	680.334.270-00 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
---	-----------------------	------------------------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES Acionista e Diretor Presidente	89.086.144/0001-16 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
--	---------------------------	------------------------	--

Observação**Administrador do Emissor**

DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto
--------------------	----------------	----------	----------------------

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
DRAMD PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA	94.800.018/0001-11		
Sócio indireto	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
DANIEL RAUL RANDON	680.334.270-00	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WHITE TIGER ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	12.439.077/0001-41		
Sócio e administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
SERGIO LISBÃO MOREIRA DE CARVALHO	989.109.738-20	Controle	Controlador Direto
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Diretor Executivo Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDERSON PONTALTI	931.891.330-34	Controle	Controlador Direto
COO	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
RANDON S.A. IMPL.E PARTICIPAÇÕES	89.086.144/0001-16		
Membro do Comitê Executivo da Controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

7. Assembleia geral e administração / 7.7 Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia contrata anualmente Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), cujos beneficiários são Diretores, Conselheiros e demais administradores, que tem como coberturas o pagamento e/ou reembolso de despesas suportadas por seus administradores em determinados acordos ou condenações. O limite máximo de indenização para cada cobertura é de R\$ 50 milhões.

A Companhia entende que referido seguro atende os interesses, uma vez que sem tal instrumento e considerando o mercado competitivo de profissionais qualificados, teria desvantagem na contratação de administradores com reconhecida competência e, portanto, a gestão poderia ficar aquém do que esperado pelos acionistas.

7.8 Outras informações relevantes

7. Assembleia geral e administração / 7.8 Outras informações relevantes

A Companhia adota um portal de governança, para organização e troca de informações com todos os Conselhos, de forma a assegurar a confidencialidade e ter um repositório único de documentos. Mais informações poderão ser acessadas nos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, disponíveis no site de relação com investidores: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>

Alterações na Governança Corporativa

Em 20 de março, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou, em reunião, as seguintes alterações em sua governança corporativa, dando sequência ao seu plano de sucessão, que entrarão em vigor a partir de 1º de setembro de 2025:

O Sr. Sérgio L. Carvalho deixará os cargos de Presidente e CEO da Frasle Mobility, ocupados por ele desde fevereiro de 2017. Este movimento, já planejado no processo de governança das empresas, reflete o planejamento individual de Sérgio, tanto no aspecto profissional, quanto pessoal. Neste novo contexto, Sérgio passará a atuar para a Frasle Mobility como *senior executive advisor*, na função de consultoria externa independente, contribuindo no planejamento estratégico da empresa;

O Sr. Daniel R. Randon, deixará a posição de Conselheiro de Administração, passando a ocupar o cargo de Presidente da Companhia, com funções institucionais;

O Sr. Anderson Pontalti atual COO da Frasle Mobility assumirá o cargo de CEO da Companhia, dando continuidade ao trabalho de Sérgio.

A Frasle Mobility segue com a estratégia de avaliar constantemente sua governança, buscando a profissionalização de suas lideranças para atingir seus objetivos de crescimento sustentável. O Fato Relevante na íntegra pode ser acessado pelo link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/b69225bd-832a-5f4c-0321-bd02ae4d4e90?origin=1>.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A companhia possui uma Política de Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2021. A política foi atualizada em 18 de dezembro de 2023 e está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia ou pelo link: <https://ri.fraslemobility.com/estatutos-codigos-e-politicas/>.

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal tem como objetivo:

- alinhar os interesses dos colaboradores com a estratégia da Companhia e dos acionistas;
- reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções;
- estimular os profissionais a contribuir e buscar cada vez mais a expansão dos negócios; e
- assegurar que a remuneração dos executivos reflita nos resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia, bem como a competitividade desta frente as práticas de mercado.

Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em doze parcelas mensais.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração anual dos Administradores é sugerida pela área de Pessoas e Cultura Corporativa e apresentada ao Comitê de Pessoas, órgão não estatutário, posterior aprovada em reunião de Conselho de Administração.

Nesse contexto, o Conselho de Administração conta com o assessoramento do Comitê de Pessoas, órgão consultivo, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia e responsável por avaliar e discutir as diretrizes da remuneração da administração da Companhia, incluindo os critérios de remuneração (fixa e variável) e benefícios, zelando para que tais diretrizes estejam compatíveis com a Política de Remuneração dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal, em consonância com as metas e a situação econômico-financeira da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para realizar nossas pesquisas salariais anuais, contamos com consultorias renomadas, sendo que as pesquisas são compostas por empresas com características similares de mesmo porte e segmento, reconhecidas no mercado. A Companhia se utiliza destes dados para analisar a competitividade das práticas de remuneração, assim como estabelecer eventuais necessidades de reajustes salariais dos profissionais. Em comparação ao mercado, mantemos para os executivos da Companhia um posicionamento na mediana de mercado para a remuneração fixa e terceiro quartil para remuneração variável, fortalecendo a relação entre a remuneração e o crescimento sustentável da Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria é sugerida pela área de Pessoas e Cultura Corporativa e apresentada ao Comitê de Pessoas, sendo posteriormente aprovada em reunião de Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, revisar periodicamente, modificar, alterar ou revogar a política de remuneração, especialmente no caso de qualquer alteração essencial ou relevante às leis ou aos regulamentos aplicáveis, respeitando sempre as regras de governança corporativa da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A remuneração é composta de (i) honorários fixos, (ii) remuneração variável (representada por participação nos lucros e resultados e Bônus de Retenção - ILP, concedida apenas aos diretores), (iii) previdência privada, (iv) assistência médica e (v) seguro de acidentes pessoais; e (vi) fundo de garantia por tempo de serviço.

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é composta por (i) honorários fixos mensais, têm por objetivo remunerar os administradores pelo exercício de suas funções; (ii) a assistência médica, tem como propósito facilitar o acesso à saúde dos administradores e de seus dependentes, se for o caso; e, o (iii) seguro de acidentes pessoais, tem por objetivo assegurar aos administradores o custeio das despesas médicas e hospitalares em caso de acidente quando em viagem; e (iv) e, o fundo de garantia por tempo de serviço é para a formação de um pecúlio a ser recebido pelos Diretores quando do seu desligamento.

Remuneração Variável

Incentivo de curto prazo (participação nos lucros): a participação nos lucros e resultados visa desafiar os diretores a cada vez mais buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico, paga anualmente de acordo com o atingimento dos resultados da Companhia. Essa remuneração tem três principais indicadores: EBIT, *Operating Cash Flow* e Necessidade de Capital Giro. O atingimento dos indicadores é calculado de acordo com o % de atingimento do planejado anualmente. Os Diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao montante dos honorários fixos dos administradores ou 8% dos lucros da Companhia, o que for menor.

Bônus de Retenção ILP: a remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos elegíveis no médio e longo prazo. O programa reconhece e recompensa a constância e o comprometimento dos executivos atrelando o bônus com a estratégia e perenidade da companhia e os interesses dos acionistas.

O bônus tem um ciclo de três anos, ou seja, ao término de três anos o executivo é recompensado pelas seguintes métricas, de acordo com o atingimento dos resultados da Companhia:

- crescimento do EBITDA: busca constante por maior retorno para as partes interessadas;
- ROIC: otimização do capital investido (ativos, NCG) na companhia;
- alavancagem financeira: otimização da estrutura de capital, visando a perenidade financeira e capacidade de realização de novos investimentos para crescimento ou manutenção da companhia.

O Bônus de Retenção - Incentivo de Longo Prazo é composto pelos seguintes fatores:

- Retenção (permanência na empresa): Corresponde a 30%(trinta por cento) da premiação.
- Performance (atingimento dos indicadores): Este fator pode ser reduzido ou alavancado de acordo com o nível de atingimento dos indicadores e corresponde a 70%(setenta por cento) da premiação.

Abaixo exemplo de indicadores:

Indicador	Peso	Gatilho	Meta	Superação
Crescimento do EBITDA no período de 3 anos (média)	40%	300	450	600
ROIC (média)	30%	10%	15%	20%
Alavancagem: Dívida/EBITDA	30%	2x	1x	0x

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, assegurando o mínimo de 10% da remuneração da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Os Conselheiros Fiscais fazem jus, ainda, ao reembolso das despesas com locomoção e estadia, necessárias ao desempenho de suas funções. A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na AGO.

8.1 Política ou prática de remuneração

• sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais

Não existe proporção fixa, podendo a composição da remuneração variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A participação dos administradores nos lucros e resultados obedece aos limites estabelecidos na Lei 6.404/76. Já o Bônus de Retenção – ILP está atrelado ao atingimento dos indicadores financeiros da Companhia pelo período de 3 (três) anos, conforme mencionado no item anterior.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

2023	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	32,22%	4,35%	61,44%	1,99%	100%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
2022	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	41,46%	5,90%	50,36%	2,28%	100%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
2021	Salário Base	Benefícios	Remuneração Variável	Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	99,99%	0,01%	0,00%	0,00%	100%
Diretoria Estatutária	42,67%	5,93%	48,89%	2,51%	100%
Conselho Fiscal	100%	0,00%	0,00%	0,00%	100%

• sua metodologia de cálculo e de reajuste

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas em empresas do mesmo setor e mesmo porte, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, a assistência médica obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o seguro de acidentes pessoais é reajustado pelo índice IPCA anualmente.

• principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os honorários são definidos com base na mediana dos parâmetros estatísticos de remuneração fixa, obtidos em pesquisas salariais específicas, identificados através da comparação de ocupantes de cargos equivalentes no mercado nacional, bem como parâmetros de inflação, e, a participação nos lucros, a partir de 2023, baseia-se nos indicadores de lucro líquido, EBIT e Operating Cash Flow, e Necessidade de Capital de Giro, para a remuneração variável (Bônus de Retenção ILP) os indicadores financeiros são: EBITDA, ROIC e Alavancagem, que tem como desafio otimizar os resultados da Companhia conforme a meta estabelecida no planejamento estratégico.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico- financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

(ii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,67	3,00	3,00	10,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.175.909,46	3.304.100,02	399.228,00	5.879.237,48
Benefícios direto e indireto	97,16	450.938,38	0,00	451.035,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.031.402,82	0,00	1.031.402,82
Participação de resultados	0,00	3.794.217,56	0,00	3.794.217,56
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	200.935,37	0,00	200.935,37
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	2.176.006,62	8.781.594,15	399.228,00	11.356.828,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.824.069,00	2.842.166,53	329.304,00	4.995.539,53
Benefícios direto e indireto	69,40	383.803,97	0,00	383.873,37
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.685.628,02	0,00	1.685.628,02
Participação de resultados	0,00	3.734.621,24	0,00	3.734.621,24
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	175.656,24	0,00	175.656,24
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.824.138,40	8.821.876,00	329.304,00	10.975.318,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.718.991,24	2.528.883,74	271.343,85	4.519.218,83
Benefícios direto e indireto	72,36	360.059,59	0,00	360.131,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.071.837,95	0,00	3.071.837,95
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	138.816,30	0,00	138.816,30
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.719.063,60	6.099.597,58	271.343,85	8.090.005,03

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.586.823,36	2.069.066,90	205.155,60	3.861.045,86
Benefícios direto e indireto	176,40	287.277,94	0,00	287.454,34
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.370.318,95	0,00	2.370.318,95
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	121.907,21	0,00	121.907,21
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circula CVM/SEP 2023, o numero de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, foram apurados de acordo com a média anal do nº de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.586.999,76	4.848.571,00	205.155,60	6.640.726,36

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,67	3,00	3,00	10,67
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	153117,00	0,00	153.117,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1289026,50	0,00	1.289.026,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	510390,00	0,00	510.390,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1031402,82	0,00	1.031.402,82
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5480009,47	0,00	5.480.009,47
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5480009,47	0,00	5.480.009,47
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3794217,55	0,00	3.794.217,55

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	433350,00	0,00	433.350,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2166750,00	0,00	2.166.750,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1444500,00	0,00	1.444.500,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1685628,02	0,00	1.685.628,02
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4666235,53	0,00	4.666.235,53
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4666235,53	0,00	4.666.235,53
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3734621,24	0,00	3.734.621,24

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4247874,98	0,00	4.247.874,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4247874,98	0,00	4.247.874,98
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3071837,95	0,00	3.071.837,95

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3655890,26	0,00	3.655.890,26
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3655890,26	0,00	3.655.890,26
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2370318,95	0,00	2.370.318,95

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8. Remuneração dos administradores / 8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.7 Opções em aberto

8. Remuneração dos administradores / 8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8. Remuneração dos administradores / 8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.10 Outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.12 Precificação das ações/opções

8. Remuneração dos administradores / 8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.13 Participações detidas por órgão

8. Remuneração dos administradores / 8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Exercício Social findo em 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Randon Implementos - Ação Ordinária	49.889	0	0	49.889
Fras-le - Ação Ordinária	343.376	10.000	0	353.376
Randon Implementos - Ação Preferencial	2.180.749	111.800	0	2.292.549
Fras-le - Ação Preferencial	0	0	0	0

8.14 Planos de previdência

8. Remuneração dos administradores / 8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	3	0
Número de membros remunerados	3	0
Nome do plano	Randonprev	Randonprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	3	0
Condições para se aposentar antecipadamente	55 anos e 10 anos de empresa	55 anos e 10 anos de empresa
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.183.263,79	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	161.298,37	-
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há	Não há

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	4,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.191.402,26	979.319,47	854.901,97	1.193.627,40	1.193.627,40	1.142.954,52	109.768,00	90.447,95	68.436,73
Valor da menor remuneraçãoReal	822.862,08	726.092,95	587.938,41	210.147,20	175.121,28	147.956,28	109.768,00	90.447,95	68.436,73
Valor médio da remuneraçãoReal	947.388,84	842.961,25	689.688,97	364.813,80	343.798,25	396.705,84	82.326,00	67.835,96	51.288,90

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros. Remuneração Total / Nº de membros realizado cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros.	
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros. Remuneração Total / Nº de membros realizado cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a informação total de membros.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total / Nº de membros realizado o cálculo com a informação total dos membros da diretoria. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.	

Conselho de Administração		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de Membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O Valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a informação total de membros.	
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com informação total de membros. Remuneração Total Anual / N° de Membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho de Administração. O Valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a informação total de membros.	

Conselho Fiscal		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.	
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.	
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual do Conselho Fiscal com a informação total de membros. Remuneração Total / N° de membros - realizado cálculo com a informação total dos membros do Conselho Fiscal. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado com a exclusão de 2 membros que não exerceram o cargo por 12 meses reconhecido no resultado.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8. Remuneração dos administradores / 8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não há qualquer previsão em contrato, apólice de seguro ou outros mecanismos de remuneração ou indenização para o caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Para os Diretores, há possibilidade de indenização mediante obrigatória avaliação de impactos e aprovação do Conselho de Administração e, se aplicável, contrato de não competição.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Conselho de Administração				Diretoria Estatutária				Conselho Fiscal			
2024	2023	2022	2021	2024	2023	2022	2021	2024	2023	2022	2021
65,23%	65,44%	69,46%	69,44%	26,11%	24,13%	27,86%	32,63%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

8. Remuneração dos administradores / 8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não recebem outras remunerações além daquela estabelecida para o exercício de seus cargos.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8. Remuneração dos administradores / 8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conforme citado no item 8.1 f, os administradores e demais pessoas citadas no item 8.1, não recebem remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos, em função do exercício do cargo no emissor.

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos administradores / 8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A partir do exercício social de 2023, o Programa de Remuneração Variável (ILP) deixa de ser reportado como Participação nos Lucros, e passa a ser Remuneração Variável(Bônus) nos termos informados no item 8.2. Salientamos que os encargos sociais do empregador, projetados para o ano de 2023 não estão contemplados no item 8.2, conforme entendimento exarado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10). Para fins informativos, os valores despendidos pela Companhia com os encargos sociais no exercício social do ano de 2023 e projetados para o ano de 2024 seguem abaixo:

INSS	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Realizado 2023	364.813,80	65.860,80	1.651.971,68	2.082.646,28
Projeção 2024	435.181,89	79.845,60	1.616.469,18	2.131.496,67

Ademais, no item 8.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se deu conforme demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024
Diretoria				
Janeiro	3	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	3	3	3	3
Abril	3	3	3	3
Maio	3	3	3	3
Junho	3	3	3	3
Julho	3	3	3	3
Agosto	3	3	3	3
Setembro	3	3	3	3
Outubro	3	3	3	3
Novembro	3	3	3	3
Dezembro	3	3	3	3
Total	36	36	36	36
Média (Total/Nº Meses)	3	3	3	3
Conselho de Administração				
Janeiro	5	5	5	5
Fevereiro	5	5	5	5
Março	5	5	5	5
Abril	5	5	5	5
Maio	5	5	5	5
Junho	5	5	5	5
Julho	5	5	5	5
Agosto	5	5	5	5
Setembro	5	5	5	5
Outubro	5	5	5	5
Novembro	5	5	5	5
Dezembro	5	5	5	5
Total	60	60	60	60
Média (Total/Nº Meses)	5	5	5	5
Conselho Fiscal				
Janeiro	3	3	3	3
Fevereiro	3	3	3	3
Março	3	3	3	3
Abril	3	3	3	3
Maio	3	3	3	3
Junho	3	3	3	3
Julho	3	3	3	3
Agosto	3	3	3	3
Setembro	3	3	3	3

8.20 Outras informações relevantes

Outubro	3	3	3	3
Novembro	3	3	3	3
Dezembro	3	3	3	3
Total	36	36	36	36
Média (Total/Nº Meses)	3	3	3	3

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0011-05	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
14/03/2019	14/03/2019		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços prestados pelos auditores independentes compreendem: (i) a auditoria das nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023; (ii) revisões das informações trimestrais (ITRs) da Companhia referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, elaboradas de acordo com a NBM TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); (iii) assessoria tributária.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício de 2023 para os serviços prestados dos itens (i) e (ii) acima foi de R\$ 2.042,8 mil, a remuneração para os serviços extra-auditoria descritos no item (iii) acima foi de R\$ 171,8 mil.			
Justificativa da substituição			
Não se aplica.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não se aplica			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/03/2024	01/01/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços prestados pelos auditores independentes compreendem: (i) a auditoria das nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024; (ii) revisões das informações trimestrais (ITRs) da Companhia referentes aos trimestres findos em 29 de março, 28 de junho e 30 de setembro de 2024, elaboradas de acordo com a NBM TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB);			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Não aplicável, em função do início da prestação do serviço ocorrer em 2024.			

Justificativa da substituição
Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9 Auditores / 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Frasle Mobility possui uma Política de Contratação de Serviços e Extra-Auditoria aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de julho de 2020, na qual o próprio Conselho de Administração é responsável por zelar pela independência dos auditores independentes. Além disso, o Comitê Executivo é responsável por aprovar a auditoria, assim como os serviços de não-auditoria fornecidos por empresa de auditoria externa, com o objetivo de garantir que esses serviços não afetam a independência dos auditores.

9.4 Outras informações relevantes

9 Auditores / 9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

Em 17 de julho de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a Política de Contratação de Serviços Extra-Auditoria. Para acessá-la, basta clicar no link abaixo:

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/23341a9d-be9a-4855-a251-1c1004aa997c/c1665bde-e9b7-7bf3-58f2-75ddd59be3d3?origin=1>

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	18	123	0	0	22
Não-liderança	994	4018	0	0	0
TOTAL = 5.175	1012	4141	0	0	22

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	91	1	8	0	0	63
Não-liderança	11	1518	197	356	0	0	2930
TOTAL = 5.175	11	1609	198	364	0	0	2993

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	4	131	28
Não-liderança	1505	3007	500
TOTAL = 5.175	1509	3138	528

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	50	91	22
Não-liderança	0	0	0	771	3169	1072
TOTAL = 5.175	0	0	0	821	3260	1094

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	249	572	0	0	0
Sul	674	2586	0	0	0
Exterior	89	983	0	0	22
TOTAL = 5.175	1012	4141	0	0	22

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	821
Sul	11	1609	198	364	0	0	1078
Exterior	0	0	0	0	0	0	1094
TOTAL = 5.175	11	1609	198	364	0	0	2993

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	267	495	59
Sul	958	1918	384
Exterior	284	725	85
TOTAL = 5.175	1509	3138	528

10.1 Descrição dos recursos humanos

10 Recursos humanos / 10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

(iv) outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

2023	
Região Sul	3260
Região Sudeste	821
Outras Regiões	0
Total no Brasil	4081
Chile	0
Argentina	61
China	114
Europa	15
México	0
Estados Unidos	54
África	0
Emirados Árabes Unidos	0
Índia	636
Colômbia	12
Uruguai	202
Total no exterior	1094
Total no mundo	5175
Expatriados	10

Funcionários por grupo de atividades	2023
Gestão	141
Administrativo/Técnico/Aprendizes	300
Operacional	3640
Total no Brasil	4081

Os dados reportados sobre o ano de 2023 consideram funcionários (as) afastados (as) e não contabilizam aprendizes e estagiários. Ao final do ano de 2023 e durante o ano de 2024 a Companhia realizará uma ampla atualização cadastral no Brasil que considera dados de diversidade, como raça, etnia e orientação sexual.

Monitoramos os indicadores de mulheres em posições de liderança, sobre o qual temos um compromisso público em nossa agenda ESG (dobrar o número de mulheres em posição de liderança até 2025) e o indicador de pessoas com deficiências.

(b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atualmente a Companhia possui serviços terceirizados de apoio prestado diariamente, como alimentação, segurança patrimonial, limpeza e manutenção, atividades estas não relacionadas à atividade econômica da Companhia. Os contratos são firmados por prazo determinado de um ano, com revisão contratual anual. Os contratos são celebrados com base nos serviços a serem prestados, e não estabelecem uma quantidade específica de empregados, e, por este motivo, não é possível prever contratualmente a quantidade de terceirizados necessários para atender as demandas ou serviços especificados no contrato. Demais serviços terceirizados são adquiridos conforme necessidade pontual, geralmente técnica, sem fornecedor definido.

Novas formas de monitorar o controle de terceiros classificando por grupos e em todas as unidades poderão ser adotados nos próximos anos.

10.1 Descrição dos recursos humanos

(c) índice de rotatividade

Brasil	Em 2023
Rotatividade Geral	26,36%

Exterior	2023
América do Norte	70,37%
Ásia	16,46%
Europa	63,33%
América do Sul	10,65%

Dados sobre 2023, considerando empresas SAP e Extra SAP.

10.2 Alterações relevantes

10 Recursos humanos / 10.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

O ano de 2023 estabilizou suas atividades com os recursos já estabelecido no ano anterior. Desta forma as empresas Frasle Mobility não registram nenhuma alteração relevante em seus quadros de funcionários.

Mudança no cálculo de rotatividade, item 10.1 (c): buscando alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Companhia alterou o cálculo de *turnover* anual, que anteriormente era o número de funcionários desligados dividido pela soma dos funcionários do início do ano e dos funcionários do fim do ano, com o resultado dessa conta dividido por 2 (dois). O novo cálculo considera a soma do número de admissões e do número de demissões, dividido por 2 (dois) e com o resultado sendo dividido pela média de funcionários ativos do período.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10 Recursos humanos / 10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) política de salários e remuneração variável

Política de salários: a remuneração na Companhia é composta por: salário nominal; encargos sociais; benefícios e remuneração variável. Os cargos são administrados por tabela salarial composta por níveis de salário para cada grupo de cargos.

Participação nos resultados: a Companhia conta com um Programa de Participação nos Resultados - PPR como uma forma de remuneração variável, que estimula o profissional a superar o seu nível de desempenho, e está vinculado às metas da organização. O acordo de PPR é negociado por períodos de até 3 anos, por meio da comissão composta por representantes da empresa e dos funcionários(as), onde são negociados e estabelecidas metas e indicadores. A revisão das metas e indicadores ocorrerá anualmente envolvendo a comissão. A distribuição ocorre anualmente observando os requisitos mínimos para a devida distribuição.

(b) política de benefícios

A Companhia propicia bem-estar aos funcionários(as) e seus familiares através de um amplo pacote de benefícios, dentre os quais podemos destacar: cobertura de atendimentos médicos, laboratoriais e hospitalares através de plano de saúde extensivo aos dependentes; atendimentos internos na área de saúde, dispondo de um centro de saúde com serviços de medicina clínica e do trabalho, de enfermagem e odontologia, que acompanham e promovem a prevenção de doenças; restaurante próprio que proporciona uma alimentação balanceada; e transporte exclusivo para os funcionários(as).

O plano de serviços e benefícios também conta com: convênio odontológico, convênio com farmácias, seguro de vida, auxílio maternal, assistência social, previdência privada, homenagem por tempo de empresa, festa de Natal, posto bancário, cooperativa de crédito, condolências e corretora de seguros na Companhia.

A Companhia também patrocina a "Associação Randoncorp", a qual oferece facilidades aos associados como: biblioteca, sede campestre, salões de festa, academia, coordenação de atividades esportivas e grupo de tradição e convênios diversos.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- (i) grupos de beneficiários
- (ii) condições para exercício
- (iii) preços de exercício
- (iv) prazos de exercício
- (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável. A Companhia não oferece plano de remuneração baseados em ações para empregados.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão da maior remuneração individual reconhecida no resultado da Fras-le S/A, no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, e a mediana da remuneração individual dos empregados da Fras-le S/A Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social é 119,41.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
3.903.144,55	32.685,90	119,41
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10 Recursos humanos / 10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nos três últimos exercícios sociais, não ocorreram greves de funcionários da Companhia. Abaixo, apresentamos as principais informações sobre a relação da Companhia com os principais sindicatos de suas áreas de atuação.

Brasil

A Companhia possui uma relação transparente com o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, por meio da qual o Sindicato é envolvido nas situações de interesse dos colaboradores, integrando a comissão que aprova o acordo de participação nos resultados, participa de votações e negociações específicas onde a sua presença seja necessária.

Com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo a Companhia também possui uma relação transparente, por meio da qual o Sindicato é envolvido nas situações de interesse dos colaboradores e participa de votações e negociações específicas que ensejem sua presença.

Da mesma forma, com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville a Companhia possui um diálogo aberto e transparente, por meio do qual o Sindicato é envolvido nas situações de interesse dos colaboradores.

A seguir estão relacionados os sindicatos que representam os funcionários da Companhia nas negociações coletivas anuais, bem como nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria:

Nome	Cidade	UF	Data base
Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas. Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul	Caxias do Sul	RS	01 de junho
Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas. Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo	São Leopoldo	RS	01 de junho
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, na Fundação, na Siderurgia e na Industria do Material Elétrico de Joinville	Joinville	SC	01 de abril
Sindicato dos Trabalhadores Industriais Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de Sorocaba e região.	Sorocaba	SP	01 de setembro
Sindicato do Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região.	Osasco	SP	01 de novembro
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Extrema, Itapeva e Camanducaia.	Extrema	MG	01 de outubro

Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o Governo não exige que os colaboradores sejam filiados a um sindicato e, especificamente o estado do Alabama apresenta postura liberal no que se refere às relações entre funcionário e empresa. A NLRB (National Labor Relations Board) é uma agência federal independente que protege os direitos dos empregados, mas também não exige que os empregados tenham filiação a algum sindicato. Os sindicatos são geralmente formados com base em um grupo de trabalho específico, dos quais o empregado pode escolher se deseja ser membro ou não. Dessa forma, os funcionários da Companhia nos Estados Unidos não contam com um sindicato formal ao qual estejam filiados.

China

Na China, o Governo não permite a criação de sindicatos ou organizações similares, de forma que os funcionários da Companhia na China não possuem filiação a sindicatos.

Alemanha

Na Alemanha, a Companhia não possui relação com Sindicato, porém existe na região um Sindicato que representa empresas da indústria – IG Metall.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Argentina e Uruguai

Na Argentina, os Sindicatos têm uma atuação bastante forte e as sociedades controladas pela Companhia possuem um bom relacionamento com todos eles. Os Sindicatos das Unidades da Argentina e Uruguai são:

- Fras-le Argentina: Union Obreros Y Empleados Plásticos
- Farloc e Armetal: UOM Union Obrera Metalurgica
- Fremax: Obrera Metalugica
- Fanacif (Uruguai): UOM Union Obrera Metalurgica

Colômbia, Índia, Holanda e México

Na Colômbia, Índia, Holanda e México, a Companhia não possui relação com Sindicato.

10.5 Outras informações relevantes

10 Recursos humanos / 10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item 10.1 A

Registramos que as segregações solicitadas no item 10.1 (a) não estão disponíveis para consolidação do número total da Companhia. Os dados são referentes as empresas que utilizam o sistema SAP (Frasle Mobility site Caxias do Sul, site Controil e site Fremax), além disso salienta-se que essas empresas não possuem autodeclaração de gênero, cor e raça. As informações disponibilizadas estão de acordo com o cadastro dos funcionários no sistema, com base nos dados apontados por eles no momento de sua contratação.

As demais empresas que são extra SAP, não possuem autodeclaração de cor e raça e por isso os números de ambas as situações (empresas com SAP e extra SAP) estão concentrados na opção “prefiro não responder”.

Diversidade

Em 2023 evoluímos na jornada de Diversidade, Inclusão e Equidade com a participação ativa dos Grupo de Afinidade nas ações envolvendo as datas comemorativas e momentos de educação e sensibilização do tema nas unidades. Os quatro grupos apoiaram em ações nas datas específicas, como:

- Mês da Mulher com o tema: Mulheres em todas as suas formas de Ser;
- Mês da Pessoa com deficiência com o tema: Agir para incluir e transformar espaços, relações e oportunidades;
- Mês do Orgulho LGBTQIAPN+ com o tema: Eu jogo no time do Respeito!
- Mês da Consciência Negra: Com orgulho e respeito fizemos história. Por um mundo sem racismo, a mudança é agora!

Carreira Feminina

Além de palestras, oficinas e rodas de conversa sobre os temas, lançamos em 2023 o Jornada Delas – Mentoria e Workshops de Carreira com foco em aceleração de carreira feminina, programas de desenvolvimento exclusivo para mulheres. Com impacto para cerca de 420 mulheres na Randoncorp, sendo 84 da Frasle Mobility.

Desenvolvimento de Lideranças e Gestão

Sobre o desenvolvimento de gestão, o grande marco foi o Leadership Meeting que é o Encontro Global com a gestão e lideranças. O tema foi Pessoas e Negócio, momento no qual estiveram presentes temas de estratégia, nova marca Randoncorp e liderança integral. Além disso tivemos o Liderança em Movimento, com programas conduzidos corporativamente e também pela vertical Fras-le Mobility.

Novos Caminhos | Jornada da Prosperidade

Em 2023, o Programa Novos Caminhos foi redesenhado e passou a ser chamado de Novos Caminhos | Jornada da Prosperidade. As principais mudanças foram a ampliação do benefício para as unidades do Brasil e a revisão da jornada oferecida para as pessoas que buscam se preparar para a transição externa da organização. Tem como objetivo reconhecer o legado das pessoas, proporcionando condições para criar e conectar novos ciclos de experiências na sua interação com o mundo, valorizando a sua trajetória e criando conexões para um futuro sustentável. Desde a sua criação, há 21 anos, 810 profissionais da Randoncorp participaram do Novos Caminhos. A difusão do redesenho do procedimento foi realizada de forma integrada com o novo benefício de previdência complementar RandonPrev. As lideranças das unidades de negócios no Brasil foram treinadas para o engajamento nas evoluções da aprendizagem intergeracional e cultura previdenciária com as equipes. A nova Jornada da Prosperidade teve os eixos semestrais de aprendizagem recriados para: Perceber, Reencontrar, Conectar e Criar.

11.1 Regras, políticas e práticas

11 Transações com partes relacionadas / 11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em linha com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, O Estatuto Social prevê que compete ao Conselho de Administração deliberar acerca de transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido em política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho em 10 de dezembro de 2020 e vigente desde janeiro de 2021, com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes.

É dever dos administradores e fiscais manifestar-se tempestivamente, sobre conflito de interesses ou interesse particular (direto ou indireto) em relação a determinado assunto a ser deliberado e não participar das discussões acerca do tema e tampouco manifestar seu voto. Caso não o fizer, outro membro do colegiado poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, de modo que, tão logo identificado o conflito em relação ao tema específico, a pessoa envolvida seja afastada das respectivas discussões e deliberações, devendo ser registrado em ata este afastamento temporário ou a abstenção voluntária.

Essa Política é Corporativa, aplicando-se a todas as empresas Randoncorp e suas partes relacionadas, bem como a seus administradores e acionistas. Tem por objetivo estabelecer princípios e orientações, com o intuito de assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, sempre pautadas nos princípios da transparência e da ética.

Além do Estatuto Social, os regimentos internos do Conselho de Administração e da Diretoria estabelecem que, sempre que houver qualquer conflito de interesses, incluindo transações dessa natureza, a pessoa conflitada deverá afastar-se desde o início das negociações e não votar sobre o assunto em discussão. Adicionalmente, a Companhia possui um Comitê de Partes Relacionadas, não estatutário, composto por membros do Conselho de Administração, a quem cabe analisar as transações com Partes Relacionadas envolvendo a Companhia, conforme disciplina da própria Política e do Regimento do referido Comitê.

Informações adicionais, inclusive o Informe de Governança podem ser acessadas no site Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.fraslemobility.com/>) em Governança Corporativa – Estatuto e Políticas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ASK Fras-le Friction Private Limited	31/12/2023	7.332.423,52	7.332.423,52	0,00	20/01/2027	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Contrato de conta corrente (Mútuo)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A existência dos contratos de mútuo é instrumento de otimização e gerenciamento do caixa consolidado da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ASK Fras-le Friction Private Limited	31/12/2023	5.599.295,26	326.757,35	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda.	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Compra pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ASK Fras-le Friction Private Limited	31/12/2023	1.625.257,80	1.625.257,80	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda.	0,00
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Venda pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de vendas efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ASK Fras-le Friction Private Limited	31/12/2023	366.333,66	0,00	0,00	20/01/2027	0,00
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Outras receitas (rendimento sobre operação de mútuo)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valor de atualização financeira sobre o contrato de mútuo firmado anteriormente.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auttom	31/12/2023	1.573,80	1.573,80	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A					
Objeto contrato	Rateio de despesas corporativas com saldo a paga					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Rateio de despesas corporativas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Randon S.A	31/12/2023	28.085.129,57	23.123.350,52	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Saldos a pagar referentes a operações de Vendor e risco sacado. Outras despesas (custos bancários referentes a operações financeiras)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Caster Schroeder	31/12/2023	237.896,27	237.896,27	0,00	Data da liquidação do contrato	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A					
Objeto contrato	Compra pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Castertech Fundação e Tecnologia	31/12/2023	370.600,94	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	31/12/2023	41.253,34	0,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Venda de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e/ou insumos utilizados na produção e prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	31/12/2023	1.360.886,85	0,00	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CENTRO TECNOLÓGICO RANDON LTDA	31/12/2023	2.066.895,24	252.256,23	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,00
Relação com o emissor	Empresa Coligada Fras-le S.A e controlada pela Randon S.A no país					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existent					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CENTRO TECNOLÓGICO RANDON LTDA	31/12/2023	65.904,90	0,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0,00
Relação com o emissor	Empresa Coligada Fras-le S.A e controlada pela Randon S.A no país					
Objeto contrato	Venda de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e/ou insumos utilizados na produção e prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CENTRO TECNOLÓGICO RANDON LTDA	31/12/2023	24.998,06	0,00	0.000	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa Coligada Fras-le S.A e controlada pela Randon S.A no país					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Conexo	31/12/2023	195.207,94	15.513,75	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existent					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
DB	31/12/2023	95.348,00	95.348,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A					
Objeto contrato	Compra pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Dramd Participações e Administrações Ltda	31/12/2023	6.943.257,63	6.943.257,63	0,00	Não aplicável	0,000000
Relação com o emissor	Controladora final					
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio a pagar					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Juros sobre o capital próprio a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fras-le Argentina	31/12/2023	2.979.434,94	0,00	0,00	01/08/2029	0,00
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Outras receitas (rendimento sobre operação de mútuo)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A existência dos contratos de mútuo é instrumento de otimização e gerenciamento do caixa consolidado da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fras-le Argentina S.A.	31/12/2023	27.662.894,96	25.589.223,62	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Venda pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de vendas efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fras-le Argentina S.A.	31/12/2023	15.940,52	15.940,52	0,00	Não aplicável	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Dividendos a recebe					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fras-le Argentina S.A.	31/12/2023	42.015.369,32	42.015.369,32	0,00	01/08/2029	7,4% a.a
Relação com o emissor	Empresas controladas no exterior					
Objeto contrato	Contrato de conta corrente (Mútuo)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	A existência dos contratos de mútuo é instrumento de otimização e gerenciamento do caixa consolidado da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Fundação Assistencial Abramo Randon	31/12/2023	122.916,86	0,00	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Elisabetha Randon	31/12/2023	990.551,64	0,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Saldos mantidos com outras partes relacionadas					
Objeto contrato	Doações/dotações assistenciais					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Doações/dotações assistenciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto Hercilio Randon	31/12/2023	6.650.000,05	0,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Saldos mantidos com outras partes relacionadas					
Objeto contrato	Pagamento de projetos referentes a pesquisas e desenvolvimentos					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Doações/dotações assistenciais					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	31/12/2023	831.981,65	0,00	0,00	Data da liquidação do contrato	0
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Venda de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	31/12/2023	34.560,58	0,00	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,00

Relação com o emissor Empresa controlada pela controladora Randon S.A.

Objeto contrato Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)

Garantia e seguros Não há

Rescisão ou extinção Não aplicável

Natureza e razão para a operação Compartilhamento de despesas

Posição contratual do emissor Credor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	31/12/2023	11.748.073,66	4.319.508,23	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no país					
Objeto contrato	Venda pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de vendas efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	31/12/2023	18.068,75	18.068,75	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Empresas controladas no país					
Objeto contrato	Compra pela Companhia de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	31/12/2023	385.699,80	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresas controladas no país					
Objeto contrato	Outras despesas (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Master Sistemas Automotivos	31/12/2023	266.690,06	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Master Sistemas Automotivos Ltda.	31/12/2023	19.844,40	0,00	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Master Sistemas Automotivos Ltda.	31/12/2023	44.878.058,67	130.297,10	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Venda insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de vendas efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon Administradora de Consórcios Ltda	31/12/2023	17.964,44	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon Messias	31/12/2023	28.704,12	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon S.A. Impl. e Participações	31/12/2023	49.357.909,63	1.068.734,17	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Controladora direta da Companhia					
Objeto contrato	Outras despesas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas) somado ao contrato de Cooperação Administrativa e Financeira, cujo objeto é o compartilhamento de serviços de assessoria financeira, jurídica, contábil, planejamento, auditoria interna e outros serviços corporativos					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon S.A. Impl.e Participações	31/12/2023	27.974.754,62	27.974.754,62	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta da Companhia					
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio a pagar					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon S.A. Impl.e Participações	31/12/2023	3.484.874,13	39.549,53	0,00	Data da liquidação do contrato	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta da Companhia					
Objeto contrato	Venda de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e/ou insumos utilizados na produção e prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon S.A. Impl.e Participações	31/12/2023	26.954.086,18	155.475,99	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existent					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon Serviços	31/12/2023	2.867.784,20	00	0,0	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon Triel	31/12/2023	10.225,25	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Randon Venice	31/12/2023	823.926,61	792.211,74	0,00	Data da liquidação do contrato	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A					
Objeto contrato	Venda de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023, e ao saldo em aberto existente.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas e/ou insumos utilizados na produção e prestação de serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RTS	31/12/2023	4.678.336,88	0,00	0,00	Não aplicável, por se tratar de operações de compra e venda	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Compra de insumos utilizados no processo de produção da parte relacionada. O montante envolvido corresponde aos valores negociados no exercício de 2023					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a compra de insumos utilizados no processo produtivo					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
RTS	31/12/2023	27.318,17	0,00	0,00	Não aplicável	0,00
Relação com o emissor	Empresa controlada pela controladora Randon S.A.					
Objeto contrato	Outras receitas operacionais (contratos de compartilhamento de despesas)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11 Transações com partes relacionadas / 11.2 Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do missor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Não aplicável.

o) demonstração do caráter estritamente cumulativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas de mercado para operações semelhantes, seguindo os mesmos critérios de avaliação, tomada de preço e procedimentos que norteiam negociações feitas com terceiros não relacionados à Companhia. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos. Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas. Nesse sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

11.3 Outras informações relevantes

11 Transações com partes relacionadas / 11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/04/2022		1.229.400.001,32	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
270.016.343	0	270.016.343	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/04/2022		1.229.400.001,32	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
270.016.343	0	270.016.343	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/04/2022		1.229.400.001,32	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
270.016.343	0	270.016.343	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
24/05/2016		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
500.000.000	0	500.000.000	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12 Capital social e valores mobiliários / 12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações. FRAS 14
Data de emissão	15/07/2020
Data de vencimento	15/07/2027
Quantidade	210.000
Valor nominal global R\$	210.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	223.157.218,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Resgate Antecipado Facultativo</p> <p>O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio (flat), incidente sobre o valor do resgate (sendo que o valor do resgate significa o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento).</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos.</p> <p>O Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado por qualquer índice. Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI-Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252(duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.B3.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 360(trezentos e sessenta) dias, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias corridos, desde a primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão das Debêntures que vier a ser estabelecida na Escritura de Emissão.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Amortização Antecipada Facultativa: A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a amortização antecipada facultativa das Debêntures

Vencimento Antecipado: Em casos de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, sendo certo que a eventual incorporação da Nakata Automotiva S.A. pela própria Emissora, não será considerada uma hipótese de vencimento antecipado nos termos desta cláusula, decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, bem como pedido de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas devida e comprovadamente fundamentado, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, salvo se houver a apresentação, pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, de contestação de boa-fé dentro do prazo legal; pedido de recuperação judicial ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, independentemente de deferimento do pedido ou obtenção de homologação judicial; ou pedido de autofalência formulado pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido desde que, em qualquer dos casos, exclusivamente em relação às Controladas da Companhia, tal fato resulte em um Efeito Adverso Relevante no âmbito da Emissora;

Restrições Impostas ao Emissor: Dívida Líquida Consolidada /EBITDA Consolidado menor ou igual a 3,50 vezes.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão, de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações. FRAS13, na B3 – segmento CETIP UTMV
Data de emissão	15/06/2020
Data de vencimento	15/06/2027
Quantidade	210.000
Valor nominal global R\$	210.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	210.936.542,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de prêmio (flat), incidente sobre o valor do resgate (sendo que o valor do resgate significa o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento).

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos.

O Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado por qualquer índice. Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI-Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252(duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 360(trezentos e sessenta) dias, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias corridos, desde a primeira subscrição e integralização das Debêntures ou a data do pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão das Debêntures que vier a ser estabelecida na Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

Outras características relevantes

Amortização Antecipada Facultativa: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar amortizações antecipadas sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures

Liquidez e Estabilização: Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preços para as Debêntures.

Vencimento Antecipado: liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, decretação de falência da Emissora, bem como pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros não elidido no prazo legal ou salvo se houver a apresentação, pela Emissora, de contestação de boa-fé dentro do prazo legal; ou pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou pedido de autofalência formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

Restrições Impostas ao Emissor: Dívida Líquida Consolidada /EBITDA Consolidado menor ou igual a 3,50 vezes.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.
Data de emissão	20/12/2024
Data de vencimento	20/12/2031
Quantidade	210.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	750.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculada de forma pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos; e (c) de prêmio flat regressivo, conforme tabela prevista na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa (spread) de 1,22% (um inteiro e vinte e dois centésimos por cento) ao ano, base de 252 Dias Úteis, calculada de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão (“Remuneração”). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de março de 2025, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 17 (dezesete) dos meses de março e setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
Outras características relevantes	<p>Amortização Extraordinária: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“Amortização Extraordinária Parcial”). Por ocasião da Amortização Extraordinária Parcial, o valor devido pela Emissora será equivalente a parcela do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (a) da Remuneração e demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Parcial, calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Parcial, e (b) do Prêmio, calculado nos termos da Escritura de Emissão.</p> <p>Vencimento Antecipado: As Debêntures estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas na Escritura de Emissão. Restrições Impostas ao Emissor: Dívida Líquida Consolidada /EBITDA Consolidado menor ou igual a 3,50 vezes.</p>

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	2	0

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12 Capital social e valores mobiliários / 12.5 Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

O mercado de negociação das ações ordinárias e das debêntures de emissão da Companhia é a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12 Capital social e valores mobiliários / 12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Oferta pública subsequente de Ações (Follow-on)

Os recursos líquidos provenientes de sua oferta pública subsequente de ações, realizada no ano de 2022, serão destinados para (i) expansão dos negócios da Companhia, incluindo aquisições, *greenfields*, *joint ventures* e/ou outros acordos comerciais estratégicos, (ii) investimentos nos negócios e produtos desenvolvidos pela Companhia, incluindo a exploração de novas tecnologias e a expansão das unidades produtivas atuais; e (iii) capital de giro.

Em 2023, com recursos captados da oferta pública de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda entre a Fras-le Europa BV e a AML Juratek Limited, com sede em Doncaster, Reino Unido. Essa aquisição compõem a estratégia de expansão dos negócios objetivada na oferta pública. A Companhia, permanece trabalhando ativamente na prospecção de novas aquisições para o próximo ciclo.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Oferta pública subsequente de Ações (Follow-on)

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta.

Valores Mobiliários

Não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e o divulgado nas escrituras de Emissão dos Valores Mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Oferta pública subsequente de Ações (Follow-on)

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

Valores Mobiliários

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio.

12.9 Outras informações relevantes

12 Capital social e valores mobiliários / 12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Sérgio Lisboa Moreira de Carvalho	Diretor Presidente	Alterado	
Hemerson Fernando de Souza	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário / 13.1 Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

FRAS-LE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 88.610.126/0001-29

DECLARAÇÃO SOBRE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2024 (ANO BASE 2023)

Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho, inscrito no CPF 989.109.738-20, físico, na qualidade de Diretor Presidente da Fras-le S.A., nos termos do item 13.1 do Anexo C à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80/22"), declarar que:

- (a) Reviu o formulário de referência da Companhia;
- (b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20, e;
- (c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Caxias do Sul, 31 de maio de 2024

Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho

Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

FRAS-LE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 88.610.126/0001-29

DECLARAÇÃO SOBRE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2024 (ANO BASE 2023)

Hemerson Fernando de Souza, inscrito no CPF 941.085.100-97, comunicador social, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Fras-le S.A., nos termos do Item 13.1 do Anexo C à Resolução CVM nº 80, de 29 março de 2022, conforme alterada (Resolução CVM 80/22), declara que:

- (a) Reviu o formulário de referência da Companhia;
- (b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20, e;
- (c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Caxias do Sul, 31 de maio de 2024

Hemerson Fernando de Souza
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.